UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DE RIBEIRÃO PRETO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS:
O CASO DO PROJETO AMANHÃ DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS
VALES DO SÃO FRANCISCO E PARNAÍBA

CLAUDIONEI NALLE JR

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Souza Passador

RIBEIRÃO PRETO
2006

CLAUDIONEI NALLE JR

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS:
O CASO DO PROJETO AMANHÃ DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS
VALES DO SÃO FRANCISCO E PARNAÍBA

Dissertação apresentada ao Mestrado do
Programa de Pós-Graduação em Administração
de Organizações do Departamento de
Administração da Faculdade de Economia,
Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto
da Universidade de São Paulo.

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Souza Passador

RIBEIRÃO PRETO
2006

FOLHA DE APROVAÇÃO

Claudionei Nalle Junior

Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas: O Caso do Projeto Amanhã da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba.

Dissertação apresentada ao Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Administração de Organizações do Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

A meus pais, esposa e filhas.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus, pelo dom da vida e por estar ao meu lado em todos os momentos.

À Profa. Dra. Cláudia Souza Passador, minha orientadora e amiga, uma pessoa incrível, a quem sou imensamente grato, pela amizade, apoio e ensinamentos e com quem tive a felicidade de conviver em diversas situações: como professora, orientadora, supervisora no PAE, coordenadora do GPublic e do Projeto ABC da Cidadania; e muito contribuiu para meu crescimento intelectual, científico e pessoal e cujos exemplos de comprometimento com o desenvolvimento não esquecerei jamais.

À minha família, cujo apoio e paciência durante todo o período do mestrado foram muito importantes para a conclusão deste trabalho.

Ao Povo do Estado de São Paulo, que custeou meus estudos, sem o qual não teria condições de fazê-lo.

À Universidade de São Paulo e à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, pela oportunidade de realização deste curso de mestrado.

À Fundação Educacional Guaxupé, pelo apoio e incentivo durante todo o período de realização deste mestrado.

Aos Professores Dr. João Luiz Passador, pela amizade e apoio desde o meu primeiro momento na instituição e Dr. Alceu Salles Camargo Jr, pelo grande aprendizado e pelos valiosos apontamentos e sugestões tão úteis para a construção deste trabalho.

A todos os docentes da FEA-RP, em especial aos Professores Dr. Alberto Matias, Dr. Edgard Merlo, Dra. Irene Miura, Dra. Simone Galina e Dr. André Costa, cujos ensinamentos e observações foram muito importantes para meu crescimento acadêmico-científico.

A todos os funcionários da FEA-RP e da Prefeitura do Campus de Ribeirão Preto, com quem tive a oportunidade de conviver, pela amizade e atenção com que sempre fui tratado.

Aos funcionários da CODEVASF e ao povo do vale do São Francisco, que tão bem me receberam durante minhas visitas e cuja colaboração foi imprescindível para a pesquisa.

A todos os amigos e colegas que cursaram comigo as disciplinas, especialmente à segunda turma do mestrado em Administração de Organizações da FEA-RP: Aline, Dalton, Ivete, Julio, Leandro, Luciano, Tilton, Maurício, Vanessa e Vinícius.

Aos meus amigos e companheiros do GPublic – Centro de Estudos em Gestão e Políticas Públicas Contemporâneas: Maitê, Chiba, Ana Luiza, Maíra, Natani e Thiago.

Ao Fundo de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo, pela bolsa e pela gratificante oportunidade de participar do Projeto “ABC da Cidadania”.

Ao Programa de Aperfeiçoamento de Ensino, pela bolsa concedida e pela oportunidade de aprimorar ainda mais meus conhecimentos durante o período do mestrado.

“A grandeza do homem é a de sentir-se responsável. A grandeza é sentir que, colocando a sua pedra, colabora-se para a construir o mundo”.

Antoine de Saint-Exupéry

RESUMO

NALLE JR, Claudionei. **Desenvolvimento regional e políticas públicas:** O caso do Projeto Amanhã da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba. 2006. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.

O trabalho discute os conceitos de desenvolvimento e seu impacto na administração pública brasileira, assim como as políticas públicas adotadas. Sua idéia central reside nos conceitos de formação de capital humano e capital social como base das políticas de desenvolvimento cujo objetivo deve ser a melhoria das condições de vida dos cidadãos. A pesquisa inclui o estudo do caso do Projeto Amanhã, que tem como principal objetivo a promoção do desenvolvimento, por meio da educação, de jovens moradores da zona rural na região delimitada pelas bacias hidrográficas dos rios São Francisco e Parnaíba. O projeto é um dos programas promovidos pela CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, empresa pública, ligada ao Ministério da Integração Nacional, que, através do fomento a atividades produtivas, busca o desenvolvimento por meio da inclusão econômica e social, aliada à utilização sustentável dos recursos naturais da região. Percebe-se no Projeto Amanhã a interessante particularidade de agregar à questão do desenvolvimento local a tese da educação, o que permitiu observar que políticas públicas de desenvolvimento com vertente na educação são, potencialmente, mais efetivas, eficientes e eficazes.

Palavras-chave: Administração pública, desenvolvimento regional, políticas públicas.

ABSTRACT

NALLE JR, Claudinei. **Regional Development and Public Politics**. 2006. Dissertation (Master's degree) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.

The work argues the concepts of development and its impact in the Brazilian public administration, as well as the adopted public politics. Its central idea inhabits in the concepts of the formation of the human capital and social capital as base of the developmental politics whose objective must be the improvement of the conditions of life of the citizens. The research includes the study of the case – Projeto Amanhã, that it has as main objective the promotion of the development, by means of education, of young inhabitants of the agricultural zone in the region delimited by the river basins of the Rivers São Francisco and Parnaíba. The project is one of the programs promoted by CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba, public company, linked to the National Integration Ministry, that, through the promotion of the productive activities, searches the development by means of the economic and social inclusion, allied to the sustainable use of the natural resources of the region. The interesting particularity is perceived in the Project to add to the question of the local development the thesis of the education, what it allowed to observe that public politics of development with source in the education are, potentially, more effective, efficient and efficacious.

Key-words: Public management, regional development, public politics.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 6.1 – O Vale do São Francisco	96
Figura 6.2 – Vale do Rio Parnaíba	97
Figura 6.3 – Áreas de ação das Superintendências Regionais	100

LISTA DE QUADROS

Quadro 3.1 – Quadro referencial – Desenvolvimento economicista	49
Quadro 3.2 – Componentes do desenvolvimento	54
Quadro 3.3 – Formação de Capital Humano	56
Quadro 3.4 – Formação de Capital Social	62
Quadro 3.5 – Multidimensionalidade do território	64
Quadro 3.6 – Formação de capacidades territoriais	66
Quadro 3.7 – Formação de cidadania	67
Quadro 3.8 – Formação de condições de sustentabilidade	69
Quadro 3.9 – Concepções de Desenvolvimento Local	72
Quadro 4.1 – Construção do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	81
Quadro 6.1 – Área de Atuação – Vale do Rio São Francisco	96
Quadro 6.2 – Área de Atuação – Vale do Rio Parnaíba	98
Quadro 6.3 – CODEVASF – Superintendências Regionais	99
Quadro 7.1 – Perímetros de Irrigação	115
Quadro 7.2 – Crescimento da receita tributária nos municípios do Vale do S.Francisco	124
Quadro 7.3 – Últimas unidades implantadas do Projeto Amanhã	126
Quadro 7.4 – Configuração atual do PAM (2006) – 1ª SR	130
Quadro 7.5 – Configuração atual do PAM (2006) – 2ª SR	131
Quadro 7.6 – Configuração atual do PAM (2006) – 3ª SR	132
Quadro 7.7 – Configuração atual do PAM (2006) – 4ª SR	133
Quadro 7.8 – Configuração atual do PAM (2006) – 5ª SR	135
Quadro 7.9 – Configuração atual do PAM (2006) – 6ª SR	136
Quadro 7.10 – Configuração atual do PAM (2006) – 7ª SR	137
Quadro 7.11 – Localidades contempladas com o Projeto Amanhã	139

LISTA DE TABELAS

Tabela 7.1 – IDH-M dos municípios bahianos que sofrem impacto do PAM	109
Tabela 7.2 – IDH-M dos municípios pernambucanos que sofrem impacto do PAM	110
Tabela 7.3 – IDH-M dos municípios sergipanos que sofrem impacto do PAM	111
Tabela 7.4 – IDH-M dos municípios alagoanos que sofrem impacto do PAM	111
Tabela 7.5 – IDH Municípios atendidos pelos perímetros de irrigação	117
Tabela 7.6 – Variação da arrecadação tributária do Grupo 1	121
Tabela 7.7 – Variação da arrecadação tributária do Grupo 2	122
Tabela 7.8 – Variação da arrecadação tributária do Grupo 3	123

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 7.1 – Crescimento médio IDH (1991-2000) – Municípios PAM x Média da UF	112
Gráfico 7.2 – Localidades atendidas pelo PAM (máxima expansão e em 2006)	139
Gráfico 7.3 – Proporção de jovens atendidos em cada SR	140

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADA	Agência de Desenvolvimento da Amazônia
ADENE	Agência de Desenvolvimento do Nordeste
AL	Alagoas
APL	Arranjo Produtivo Local
APL's	Arranjos Produtivos Locais
BA	Bahia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Mundial
BUREC	Bureau of Reclamation
CE	Ceará
CEBATSA	Centro de Capacitação em Bases Tecnológicas do Semi-árido
CEEIVASF	Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
CHAPADA	Centro de Habilitação e Apoio ao Pequeno Agricultor do Araripe
CHESF	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
CIPE	Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o Desenvolvimento
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
COMDEPI	Companhia de Desenvolvimento do Piauí - COMDEPI
COOPAVALE	Cooperativa de Multiserviços do Vale do São Francisco
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CVSF	Comissão do Vale do São Francisco
DF	Distrito Federal
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

DLS	Desenvolvimento Local Sustentável
DLIS	Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
EMATER-PI	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação
FAVAG	Faculdade do Vale do Grotuba
FDA	Fundos de Desenvolvimento da Amazônia
FDNE	Fundos de Desenvolvimento do Nordeste
FEA-RP	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto
FINBRA	Finanças do Brasil
FRANAVE	Companhia de Navegação do São Francisco
GPUBLIC	Centro de Estudos em Gestão e Políticas Públicas Contemporâneas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICV	Índice de Condições de Vida
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
IMAN	Instituto Manoel Novaes para o Desenvolvimento da Bacia do São Francisco
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTEPRI	Instituto de Terras do Piauí
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVA	Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores
IRPPA	Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada
ISS	Imposto Sobre Serviços
JBIC	Banco Japonês para a Cooperação Internacional

MA	Maranhão
MG	Minas Gerais
MI	Ministério da Integração Nacional
MMA	Ministério do Meio Ambiente
NEPP	Núcleo de Estudos de Políticas Públicas
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAM	Projeto Amanhã
PE	Pernambuco
PI	Piauí
PIB	Produto Interno Bruto
PLANAP	Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Parnaíba
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PPCSA	Programa Permanente de Convivência com o Semi-árido
PROMESO	Promoção da Sustentabilidade dos Espaços Sub-Regionais
SE	Sergipe
SEEAB	Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Irrigação do Piauí
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SPR	Secretaria de Programas Regionais
SR	Superintendência Regional

SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUVALE	Superintendência do Vale do São Francisco
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIVALE	União das Prefeituras do Vale do São Francisco
USAID	Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 FORMAÇÃO DO ESTADO MODERNO: DESENVOLVIMENTO E CRISE	23
2.1 A importância da Cidadania neste novo contexto	34
3 DESENVOLVIMENTO	37
3.1 Precusores do pensamento sobre desenvolvimento	39
3.2 Evolução das políticas de desenvolvimento	41
3.3 Novas concepções de desenvolvimento	49
3.3.1 Capital Humano	54
3.3.2 Capital Social	57
3.3.3 Territorialidade	63
3.3.4 Cidadania	66
3.3.5 Sustentabilidade	68
3.4 Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável	69
4 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO	75
4.1 Avaliação da eficiência de gastos públicos	76
4.2 Indicadores de desenvolvimento	79
5 METODOLOGIA	84
5.1 Tipo de pesquisa	84
5.2 Estratégia e técnicas de pesquisa	85
5.3 Dados	87
6 A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E PARNAÍBA	88
6.1 O Ministério da Integração Nacional	88

6.2 Ministério da Integração Nacional – configuração atual	91
6.3 Antecedentes Históricos da CODEVASF	93
6.4 Missão, objetivos e metas da companhia	94
6.5 Área de Atuação	95
6.5.1 Vale do São Francisco	95
6.5.2 Vale do Parnaíba	97
6.6 Estrutura Administrativa	98
6.7 Parcerias com outras instituições públicas ou privadas	100
6.8 Outros organismos que atuam nos vales do São Francisco e/ou Parnaíba	101
6.9 Atuação	102
6.10 Resultados alcançados	105
7 ESTUDO DE CASO – PROJETO AMANHÃ	106
7.1 Dados preliminares sobre o Projeto	108
7.2 Comparando o Projeto Amanhã com o desempenho dos Perímetros de Irrigação	113
7.3 Descaracterização do Projeto Amanhã	125
7.4 Configuração atual do Projeto Amanhã	128
7.5 Considerações sobre o estudo de caso	141
7.6 Sugestões para o Projeto Amanhã	146
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
REFERÊNCIAS	153
APÊNDICE	162
ANEXOS	173

1 INTRODUÇÃO

Alcançamos no final do século XX, temíveis níveis de pobreza e exclusão social, que têm contribuído para o aumento da violência, criminalidade, fome e outros graves problemas sociais. Isto torna premente a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento, que favoreça uma mudança qualitativa na maneira de pensar da sociedade e a forma como ela busca as próprias soluções para os problemas.

De forma geral, as pessoas sabem onde querem chegar e são capazes de visualizar o que querem para seu futuro. Entretanto, raramente observam cuidadosamente o ponto de partida, a situação atual e os fatores que nos trouxeram até este ponto. Não raro, corremos o risco de insistir nas mesmas estratégias que foram utilizadas no passado e contribuíram para que tivéssemos as condições tão desconfortáveis da atualidade.

Como exemplo disso, temos o antigo discurso sobre a importância de retomar o crescimento econômico do país, industrializar, produzir riqueza e, então, distribuir emprego e renda, conceito metaforizado na década de 1970, quando se dizia que “era preciso primeiro deixar o bolo crescer para depois reparti-lo”.

Temos no nosso passado provas de nossa capacidade de alcançar altas taxas de crescimento econômico. Todavia, tal crescimento nunca foi capaz de promover bem-estar social duradouro, demonstrando que desenvolvimento econômico e desenvolvimento social não são aspectos que, necessariamente, caminham juntos.

Dessa forma, o grande desafio para o século XXI é a adoção de um novo modelo de desenvolvimento, um modelo que seja socialmente incluyente, participativo e eficaz em melhorar de forma duradoura as condições de vida da sociedade.

Infelizmente, ainda hoje, as políticas sociais se submetem à supremacia das políticas econômicas e são vistas como meras políticas compensatórias e emergenciais, de socorro e alívio, destinadas a uma pequena parcela de incapazes da população.

A economia de mercado não foi capaz de buscar o equilíbrio natural como muitos acreditavam. A crescente imposição do mercado distancia, cada vez mais, a possibilidade de equilíbrio ao operar livremente mecanismos destrutivos na sociedade. O Estado tem sido enfraquecido não em favor da sociedade, mas em favor do mercado, muitas vezes, em contradição aos interesses da sociedade. O equilíbrio precisa ser urgentemente reestabelecido através da retomada, pelo Estado, de seu papel como indutor de desenvolvimento.

Ainda na década de 1970, durante a fase do milagre econômico brasileiro, Celso Furtado (1974) já alertava para o mito do desenvolvimento econômico. O autor afirmava que a excessiva preocupação com crescimento econômico desviava a atenção dos gestores públicos das efetivas necessidades da sociedade para outros objetivos, mas abstratos para a população em geral, como investimentos, exportações, industrialização etc.

O aumento do nível das desigualdades e de exclusão, além do agravamento de vários problemas sociais, deixava claro que não fazia sentido o crescimento econômico se este não consegue favorecer o desenvolvimento humano e social de um país ou região (OLIVEIRA, 2002).

É necessário pensar um novo modelo de desenvolvimento que favoreça a sociedade como um todo e não simplesmente pequenos grupos. A sociedade deve se organizar para impulsionar o crescimento que culmine na melhoria da qualidade de vida de todos. Isso dependerá diretamente do nível de cidadania local. Cidadania no sentido amplo, que envolva participação nos processos decisórios, isto é, faça das pessoas protagonistas do seu próprio futuro.

Em vista disso, os gestores públicos têm se inclinado a buscar soluções que envolvam uma maior participação e comprometimento dos cidadãos na busca e manutenção conjunta de condições que promovam a criação de empregos e melhoria do nível de renda da população. Diversos modelos, entre eles, os modelos de Desenvolvimento Local, são testados, produzindo relatos de experiências bem sucedidas em vários pontos do território nacional (MOURA *et al.*, 2002).

Dessa forma, a fim de alcançar uma maior compreensão das novas abordagens de desenvolvimento local, construir novas hipóteses e aprimorar as idéias e estratégias que dão sustentação e visam a maior eficácia de tais programas, buscou-se a realização de um estudo de caso de um projeto que reunisse os principais componentes da concepção de desenvolvimento local.

Neste sentido, destaca-se o Projeto Amanhã, que tem como principal objetivo a promoção do desenvolvimento, por meio da educação, de jovens moradores da zona rural na região definida pelas bacias hidrográficas dos rios São Francisco e Parnaíba. O projeto é um dos programas promovidos CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, empresa pública, ligada ao Ministério da Integração Nacional, que, através do fomento a atividades produtivas, busca o desenvolvimento por meio da inclusão econômica e social, aliada à utilização sustentável dos recursos naturais da região. Percebe-se no Projeto Amanhã a interessante particularidade de agregar à questão do desenvolvimento local a tese da educação. Daí, justifica-se a escolha desse projeto como objeto de estudo.

Regiões como a da área de atuação da CODEVASF reúnem consideráveis parcelas da população sistematicamente excluídas das políticas tradicionais de educação, como a população rural, os jovens e adultos analfabetos e as crianças que trabalham.

Diversas atividades conjuntas são realizadas envolvendo a CODEVASF e os governos municipais da área de atuação, que englobam desde projetos de irrigação até programas de incentivo ao empreendedorismo, assessoria e planejamento conjunto com as prefeituras.

Neste contexto, surge o problema de pesquisa: **programas de desenvolvimento com a variável educação agregada têm a capacidade de otimizar os resultados esperados para as políticas públicas?** Para responder a essa questão, utiliza-se um referencial teórico e um estudo de caso apoiado em dados primários e secundários sobre o Projeto Amanhã, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba.

A importância de tal trabalho justifica-se na constatação de Tavares (2005), que as avaliações de políticas públicas realizadas por pesquisadores, acadêmicos e instituições de pesquisa são fundamentais na reflexão dos fundamentos e objetivos das políticas públicas.

Como contribuição do trabalho, as informações geradas poderão ser utilizadas pelos formuladores e gestores de políticas públicas a fim de aprimorarem seu conhecimento em administração pública. Tal pesquisa é, portanto, útil à sociedade por possibilitar uma gestão mais eficiente da relação gasto público versus retorno social. Dessa forma, esse estudo tem como objetivo central avaliar as contribuições do Projeto Amanhã no desenvolvimento das regiões atendidas pelo programa.

A estrutura da parte textual do trabalho, além desta introdução contendo seu objetivo geral, apresenta, no segundo capítulo, a formação do Estado moderno, seu desenvolvimento e crise. No terceiro capítulo, a revisão teórica sobre desenvolvimento traça um panorama geral desde as origens do modelo desenvolvimentista, que contribuiu com vários aspectos e problemas atuais até as novas abordagens de desenvolvimento, focadas no desenvolvimento social e que têm como base a cidadania, formação de capital humano e capital social. No quarto capítulo, uma revisão sobre avaliação de políticas públicas; posteriormente, o quinto capítulo discute o método da pesquisa de campo utilizada; no sexto capítulo, apresenta a

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba; o sétimo capítulo dispõe os resultados do estudo de caso e, finalmente, são explanadas as considerações finais do trabalho, incluindo, além da confirmação dos objetivos, sugestões de melhoria para o Projeto Amanhã.

Espera-se que este trabalho contribua para ampliação do debate sobre desenvolvimento, fortalecendo a necessidade de mudança da abordagem economicista para uma abordagem mais social, cujo foco e objetivo maior sejam a melhoria permanente das condições de vida das populações, por meio do fortalecimento do Estado enquanto promotor e incentivador do desenvolvimento, mas, sobretudo, pelo fortalecimento da sociedade civil e da cidadania, através da qual os indivíduos passam a ser os construtores do seu próprio futuro.

2 FORMAÇÃO DO ESTADO MODERNO: DESENVOLVIMENTO E CRISE

As funções de administração do Estado ganham cada vez mais importância para garantir os interesses da sociedade frente ao dinamismo das mudanças econômicas, sociais e tecnológicas. Exige-se de seus agentes uma capacidade cada vez maior de agir estrategicamente em busca do bem comum, tal capacidade é reflexo de uma formação cada vez mais adequada e profissional dos gestores públicos.

O nascimento do Estado Moderno coincide com a luta contra a dominação de um ser humano por outro, e com a tentativa de colocar todos os homens em condições de igualdade no que diz respeito ao acesso aos bens públicos e orientando a administração pública com o objetivo primordial de utilizar todo o aparelhamento do Estado na satisfação das necessidades coletivas (LIMA, 2005).

Como acabou eternizado no lema dos revolucionários franceses de 1789 – liberdade, igualdade e fraternidade – o Estado deveria pensar no bem estar de seus componentes, sem que quaisquer das diferenças da população interferisse na distribuição dos benefícios criados pela administração pública; ao mesmo tempo, esta teria responsabilidade de criar oportunidades para que os menos favorecidos tivessem possibilidades de ascensão na estrutura social (REVOLUÇÃO, 1989).

Entretanto, também na visão dos revolucionários, o governo deveria zelar pela liberdade de cada indivíduo expressar suas idéias, a liberdade religiosa, mas também a liberdade econômica, a liberdade de ação dos agentes econômicos sem a interferência do governo. Para os economistas liberais clássicos, os governos não deveriam interferir na economia, pois o mercado, com sua “mão invisível”, regularia as necessidades da sociedade (LIMA, 2005; REVOLUÇÃO, 1989).

Até a década de 1930, o Brasil era caracterizado pela orientação liberal clássica e gerido por uma administração patrimonialista, cujas oligarquias locais claramente se organizavam de forma a garantir seus interesses particulares, tratando o Estado como instrumento de manutenção do *status quo* (PASSADOR; PASSADOR, 1998).

A grande depressão econômica da década de 1930 e, na sequência, a eclosão da Segunda Guerra Mundial indicam a fragilidade e as limitações dos mecanismos de auto-regulação do capitalismo, deixando clara a necessidade da regulação da economia capitalista pelo governo. A partir deste momento, o desenvolvimento do *Welfare State* avança entre os países ocidentais como alternativa às deficiências de auto-regulação do mercado (SOUZA, M. M. C., 1999).

No Brasil após 1930, Getúlio Vargas inicia uma série de reformas administrativas no Estado brasileiro, de características burocráticas, que tinham como objetivo dar maior eficiência à máquina pública. A característica mais marcante desta fase foi dar maior ênfase aos meios (atividades de administração) do que aos fins (atividades substantivas), ao mesmo tempo em que seguia para um caminho autocrático e impositivo (MARCELINO, 1998).

O Estado adota o modelo clássico de administração, baseado na racionalidade técnica de Max Weber, de forte centralização, caracterizado pela poderosa concentração dos poderes do Estado no poder Executivo Federal, consolidado com a instauração do Estado Novo (PASSADOR; PASSADOR, 1998).

Deve-se observar criteriosamente a utilização do termo *Welfare State* como sinônimo de políticas sociais. Embora utilizados como sinônimos corriqueiramente, os significados são distintos, entende-se por políticas sociais medidas específicas de melhoria do bem-estar de determinados grupos de uma sociedade executadas por decisão política. Quando se pensa em *Welfare State*, entende-se como a ampla atuação do aparelhamento dos governos com o

objetivo de executar medidas promotoras de bem-estar a toda sua população (SOUZA, M. M. C., 1999).

Durante o século XX, sob a influência do Welfare State, o Estado desenvolveu várias funções, tais como a promoção de uma política expansiva e anticíclica, a garantia dos serviços públicos, a criação de infra-estrutura, a articulação de um aparato produtivo autônomo e distribuição de renda na forma de direitos sociais, que levou a um período de crescimento do consumo e da oferta de empregos, que muitos acreditavam que seria ininterrupto. (BEHRING, 2003).

No período do Estado Novo, Getúlio Vargas promove a regulamentação das relações de trabalho, disciplinando e uniformizando as relações trabalhistas (capital x trabalho). Pouco tempo depois, buscou-se a ampliação da rede pública de ensino primário e a criação do ensino profissional por meio do sistema S (SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) com o objetivo de melhor preparar a mão de obra para a indústria que crescia.

Os ganhos que a população experimentou, em termos de direitos sociais e trabalhistas, Santos (1987) denomina de cidadania regulada, pois teve como principal foco conter o crescente conflito que se fazia sentir em determinadas categorias profissionais, em sua maioria, urbanas. Os trabalhadores rurais (a grande maioria dos trabalhadores nas décadas de 1930-1940), os desempregados e as pessoas sem profissão definida não se beneficiaram de tais reformas, evidenciando a limitação dessa cidadania que se propagava.

Nos anos 50, a Organização das Nações Unidas (ONU) propõe a década do desenvolvimento e começa-se a desenhar um projeto nacional de desenvolvimento, caracterizado pelo Plano de Metas do governo de Juscelino Kubistschek (1956-1960). Inicia-

se a fase do pensamento desenvolvimentista que se consolida no final da década de 1960 com o “Modelo de Administração para o desenvolvimento” (MARCELINO, 1998).

O avanço da democracia na época dá a oportunidade de se organizarem entidades civis e políticas que questionam o modelo funcionalista, restrito e paternalista de então e lançam as idéias de comunidade e atendimento às necessidades sociais locais. São criadas linhas de financiamento e apoio a movimentos comunitários, associativistas e cooperativistas e as ações sociais voltam-se ao atendimento às necessidades básicas de educação, saneamento e habitação (PASSADOR; PASSADOR, 1998).

O modelo que vigorou a partir de 1967 era voltado para a expansão da intervenção do Estado na vida econômica e social, caracterizando-se pela defesa da industrialização planejada, o desenvolvimento do setor privado e a acumulação de capital privado através de financiamento público, protecionismo da indústria nacional, o que renegou mais uma vez o desenvolvimento humano e social a um segundo plano, pois o foco do desenvolvimento estava centrado nos indicadores macroeconômicos. Nesse período, o Brasil apresentou as maiores taxas de crescimento econômico de sua história, entretanto, infelizmente, esse crescimento não foi uniforme, aumentando ainda mais as distorções e diferenças sociais da população (MELO, 1998).

Tudo o que se relacionasse com desenvolvimento, portanto, provinha da vontade do Estado, que concentrava suas ações na esfera econômica do desenvolvimento através da criação de grandes empresas públicas. O governo, portanto, orientava as ações de desenvolvimento econômico e coordenava a distribuição de seus benefícios à população. O distorcido modelo brasileiro de *Welfare State*, era caracterizado pela ausência de tradição participativa, má focalização dos objetivos, mau planejamento dos gastos e baixa efetividade social. Tendia a proteger determinadas categorias sociais com maior poder de organização,

excluindo outras, às vezes, mais necessitadas, que não possuíam tanta força política (DRAIBE, 1997).

Percebe-se, neste ponto, uma das críticas feitas ao modelo brasileiro de *Welfare State*: ter servido mais a propósitos macro-econômicos que a propósitos sociais. As políticas sociais promovidas, como a instituição do salário mínimo, visavam ao aumento da capacidade de consumo das famílias de trabalhadores e garantiriam a demanda por bens de consumo produzidos pelas grandes corporações. Da mesma maneira, políticas de infra-estrutura de transportes, de saneamento, habitação estimulavam a indústria da construção e criaram as condições para o crescimento da indústria automobilística. A ampliação da educação através de um sistema educacional mais abrangente garantiria uma reserva de mão de obra qualificada a ser utilizada pela indústria quando necessário; ou seja, assegurava às corporações a reprodução da força de trabalho e a demanda de seus produtos. (MEDEIROS, 2001; SOUZA, M. M. C, 1999).

Segundo Medeiros (2001), o modelo gerou problemas na relação entre governo e a classe trabalhadora, como o patrimonialismo e o corporativismo. Ao favorecer tais fenômenos, o *Welfare State* acaba desmobilizando a classe trabalhadora e afasta a possibilidade de movimentos de oposição ao regime adotado pelo Estado. Os indivíduos das classes menos favorecidas acabam agindo de modo particular, individual, visando à manutenção das vantagens conseguidas pelo seu grupo, garantindo que somente os programas governamentais que estejam em concordância com os interesses das classes dominantes fossem estabelecidos (MEDEIROS, 2001).

A partir do final da década de 1970, com os choques do petróleo e a elevação mundial dos juros, a economia desacelera e o modelo de crescimento econômico, sustentado por financiamentos externos, entra em colapso. Os governos do período concentram esforços em planos econômicos para conter a crescente inflação. Tanto no Brasil quanto em vários países

do mundo, os governos são pressionados para reduzirem o tamanho de suas ‘máquinas estatais’ e suas despesas, enfraquecendo, assim, os modelos de *Welfare State* (DRAIBE, 1997).

Nesta época, o nível de emprego cai, aumentando a precariedade e a informalização do trabalho, que enfraquecem ainda mais o modelo brasileiro de *Welfare State*; as necessidades da população crescem enquanto a capacidade de financiamento do estado diminui drasticamente. Já na década de 1980, a aceleração da globalização pressiona o Estado para a modernização. A crise do *Welfare State* expõe a fragilidade da sociedade com enormes níveis de desigualdade e exclusão social e indica a urgente necessidade de uma nova concepção de desenvolvimento que privilegie os aspectos humanos e sociais (FORRESTER, 1997; IANNI, 1999).

Cabe observar que apesar da generalização, alguns poucos países, principalmente no norte da Europa (Suécia, etc) construíram modelos de *Welfare State* que vem conseguindo se afastar das pressões da globalização, principalmente a crise fiscal, mantendo modelos plenos e saudáveis na proteção e manutenção de aparatos e serviços sociais de boa qualidade, geridos pelos governos.

Nesse sentido, de forma geral, a década de 1980 foi marcada pela crise do modelo de estado de bem estar social (*Welfare State*) e a impossibilidade dos governos manterem custosos programas de assistência social, que foram limitados devido às necessidades que se faziam urgentes de ajustes fiscal e orçamentário.

A preocupação de muitos pesquisadores com relação à crise do *Welfare State* reside na constatação de que muitos dos instrumentos criados para fazer frente às distorções do capitalismo, e que foram conquistados pelas classes mais desfavorecidas ao longo do século XX, estão desaparecendo (BEHRING, 2003).

Com a ausência de políticas públicas sociais ou regulatórias, o caminho estava aberto para que as distorções causadas pelas deficiências do modelo liberal se instalassem e aumentassem o desemprego, dando caráter emergencial a certas demandas sociais, que eram enfrentadas, basicamente, por meio de ações filantrópicas voluntárias e de caráter cívico e caridoso (PASSADOR; PASSADOR, 1998).

O neoliberalismo descobre os efeitos perigosos do *Welfare State*, entre eles, a desmotivação, a concorrência desleal, a baixa produtividade, a burocratização, a sobrecarga de demandas e o excesso de expectativas. Montes (1996) destaca o excesso de demandas como especialmente perigosa pelo fato de incentivarem os movimentos sociais a esperarem do Estado o atendimento a suas demandas. Dessa forma, o caminho natural do neoliberalismo foi buscar um Estado, cada vez mais, baseado no mercado livre e, cada vez menos, social.

O estado de desigualdade econômica e social em que se encontravam os países latino-americanos nessa época fez das políticas sociais o principal objeto de reformas, pois se fazia urgente a busca de mecanismos que, de alguma forma, fosse capaz de reverter os desequilíbrios encontrados ou, pelo menos, proteger a sociedade de uma situação pior (DRAIBE, 1997).

Na esfera econômica, as nações viam a corrosão das finanças públicas que obrigaram os estados a uma série de reformas de caráter econômico, que colocou as políticas sociais na mira dos ajustes, resultando nos cortes de gastos sociais, o que comprometeu completamente a continuidade das políticas de *Welfare State* existentes (DRAIBE, 1997).

O consenso neoliberal-conservador, que então se generalizava, acreditava que o mercado seria capaz de atender as necessidades da sociedade. Buscava-se um Estado mais enxuto, com atuação mais restrita e que interferisse minimamente nas relações entre os agentes da sociedade. Entretanto, rapidamente percebeu-se que tal crença não era oportuna

por não garantir aos menos favorecidos e desprovidos de recursos a igualdade de oportunidades para ter condições de fazer frente à livre-concorrência tão desejada.

Aliado a isso, a busca de melhores condições de competitividade e rentabilidade faz com que procurem estabelecer custos de produção menores, que passam pela pressão das empresas, no sentido de desregulamentar as relações de trabalho impostas a partir da década de 1930. Se, na época, a cidadania regulada carregava a crítica da não universalidade, por excluir do processo várias categorias, hoje, temos um quadro onde a desregulamentação amplia o número de indivíduos que não tem acesso aos direitos sociais e trabalhistas da cidadania regulada, pois agora são considerados parceiros, terceirizados, empreendedores, sem vínculo empregatício.

A partir dessa época, percebe-se um crescente aumento das desigualdades sociais e econômicas que vem recebendo a preocupação, cada vez maior, das pessoas e tem sido incluída como questão prioritária pela administração pública, pois funcionam como elementos alimentadores do processo de exclusão social, que leva ao crescimento da violência, intolerância, insegurança, entre outras conseqüências (MOURA *et al.*, 2002).

Nos anos de 1990, as atenções estavam voltadas para a questão da crise econômica que prejudicava a governabilidade do Estado. Tal crise era agravada pela tendência de os cidadãos sobrecarregarem o Estado com demandas sociais e este, por sua vez, enfrentando graves problemas de financiamento, não era capaz de atender tais demandas de maneira adequada (NOGUEIRA, 1994).

O resultado disso foi a queda, proporcionalmente maior, dos gastos sociais que as demais contas públicas e a menor recuperação proporcional destas rubricas quando tais economias se recompunham (DRAIBE, 1997).

Dessa forma, com a crise do *Welfare State* e a incapacidade de se promover o bem estar a toda a população, o Estado mantém somente algumas políticas assistencialistas de

caráter emergencial e começa a buscar estratégias de combate à exclusão social, focadas nos pequenos empreendimentos que se formam à margem do mercado globalizado, fomentando a economia popular (MOURA *et al.*, 2002).

Em 1995, o então ministro da Administração Federal e Reforma do Estado – Bresser Pereira – apresenta o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, que previa a reforma geral de seus componentes, buscando a modernização das instituições públicas que alicerçam o Estado. Mudanças culturais quanto aos objetivos e tarefas do serviço público e mudanças de gestão, buscando maior capacitação dos servidores, agilidade dos organismos e uma orientação maior à satisfação das necessidades da sociedade (BRESSER PEREIRA, 2001).

A reforma do Estado apresenta-se, dessa forma, como um momento que envolve a discussão sobre as definições de elementos, distintos, mas interdependentes: a definição do tamanho do Estado, desregulamentação e a elevação da capacidade financeira e administrativa do Estado em formular e implementar políticas públicas, o que abre caminho para a descentralização do desenvolvimento (BRESSER PEREIRA, 2001).

Movimentos externos, principalmente os frutos dos debates sobre o meio ambiente, introduziram discussões sobre sustentabilidade do desenvolvimento humano e social. O argumento econômico cede espaço ao argumento humano e social, mostrando que, pensar em desenvolvimento somente em termos econômicos, sem considerar aspectos sociais, políticos, culturais e ambientais, é muito vago e entra em choque com os modelos de desenvolvimento nacionais, favorecendo, dessa forma, a ação regional e baseada em pequenos empreendimentos (MOURA *et al.*, 2002).

Dessa forma, ganha força a idéia de que, para barrar a reprodução da desigualdade e da pobreza, é necessário a introdução de mudanças no comportamento dos agentes sociais que interagem entre si em termos de competição e colaboração. Isso exige que se disseminem os

conceitos e estimule o crescimento do capital humano e do capital social (FRANCO, 2002; MARINI; MARTINS, 2004).

No capital humano, o principal elemento está além do nível de escolaridade ou expectativa de vida, pois reside na capacidade de as pessoas fazerem coisas novas, exercitando a criatividade, desejo, sonho e visão; criando capacidade de se mobilizar, desenvolvendo atitudes e adquirindo conhecimentos necessários capazes de permitir a materialização do desejo, a realização do sonho e a viabilização da visão; ou seja, o capital humano deve representar a capacidade do homem em ser o construtor do seu próprio futuro.

É necessário que a sociedade tenha a capacidade de identificar suas necessidades e seus integrantes cooperarem na busca de objetivos comuns, sendo assim, protagonistas de seu desenvolvimento. Portanto, para que o desenvolvimento possa ser sustentável a longo prazo, deve haver horizontalidade no processo e empoderamento dos atores responsáveis por conduzi-lo (JACOBI, 2000; MILANI; ARTURI; SOLINÍS, 2002; FISCHER, 2002).

Tais programas se assentam sobre três pilares: - geração e melhoria da qualidade dos empregos, os programas sociais universais e os programas emergenciais para a pobreza. As diretrizes de reorganização do sistema de políticas sociais passam pela: descentralização dos programas; conjugação de esforços públicos e privados, através de parcerias e participação da sociedade; integração de programas, integrando objetivos, ações e formas de ações visando a complementaridade da ação social; gasto público social no centro do modelo de desenvolvimento humano sustentável. A estratégia de desenvolvimento social não passa pelas grandes aplicações de recursos em áreas sociais fundamentais, concentrando-se nos gastos voltados para desenvolvimento humano (DRAIBE, 1997).

Por consequência, percebe-se que a educação desempenha um papel importante neste processo, tanto que um dos principais entraves do desenvolvimento é a carência de educação. Ela é condição essencial para a efetiva participação e comprometimento dos indivíduos; sua

ausência pode inviabilizar outros investimentos e projetos erguidos sem a sustentação que a educação da população local pode proporcionar (PINHO, 1976).

Cabe observar que se deve entender o termo ‘educação’ no seu sentido mais amplo. Educação não deve ser compreendida como sinônimo de instrução, capacitação ou qualificação, mas muito mais que isso. Ela deve proporcionar ao indivíduo sua inserção na sociedade como cidadão, que participa das discussões e tem visão da sociedade como um todo e sua importância nesta estrutura. Além da instrução, capacitação e qualificação, ela deve proporcionar ao indivíduo um comportamento participativo, que permita que colabore nas definições e construção do seu próprio futuro e de sua comunidade.

Dessa forma, ao estabelecer relações entre desenvolvimento e educação, novamente, recai-se sobre a importância do local, uma vez que o município é a esfera de governo mais indicada para promover a educação básica, já que esta possui caráter basicamente local, com fortes componentes familiares e comunitários.

Entretanto, nem sempre os municípios possuem as condições econômico-financeiras adequadas para promover a educação necessária para levar sua população a se recuperar da defasagem existente em relação a outras regiões mais desenvolvidas do país. Em vista disso, políticas complementares em educação, aliadas a projetos de desenvolvimento local, podem ser consideradas soluções para os problemas de deficiência de desenvolvimento em certas localidades, pois, por meio da educação, é possível conferir às comunidades determinadas pré-condições absolutamente necessárias para o desenvolvimento.

2.1. A importância da cidadania neste novo contexto

Acredita-se que a origem da cidadania encontra-se nas antigas pólis gregas. As cidades eram governadas por homens livres, que, participando diretamente das decisões da comunidade, viviam uma democracia em seu estado mais puro (COVRE, 2002).

Os cidadãos, homens que utilizavam as cidades como palco para resolver seus conflitos de forma pacífica e com a utilização da lógica e a razão (ou seja, civilizadamente), sabiam que tinham em suas próprias mãos o seu próprio destino, que era desenhado em igualdade de condições entre os pares, que não sofriam qualquer tipo de influência de um monarca ou um texto sagrado (RIBEIRO, 2002).

Todavia, apesar do romantismo atribuído à democracia grega, consistia esta em um regime que excluía mais de 90% da população; pois, além de não classificar as mulheres e escravos dentre os cidadãos, excluía também aqueles que não possuíam conhecimento (RIBEIRO, 2002).

O cidadão, na Grécia antiga, era definido como aquele indivíduo que possuía a liberdade e era igual dentre seus pares. O grego livre, geralmente, era proprietário de terras e, dessa forma, não exercia o trabalho. Tinha, dessa maneira, tempo livre para procurar conhecimento. O grego que enriquecia pelo trabalho, seja como comerciante, artesão ou de outra forma, não era respeitado pelos pares como igual, pois, para os gregos, o trabalho era incompatível com o exercício do livre pensar, com a produção de conhecimentos e com a participação política (RIBEIRO, 2002).

Os novos ricos, comerciantes e armadores, pressionando por uma participação pública mais ativa, buscaram junto aos sofistas o conhecimento e a educação necessários para garantir uma participação pública, já que as portas das academias eram fechadas a eles. Nasce aqui o debate a respeito da educação. Quem deve ser educado ou não para ser cidadão? A educação

seria determinada pela classe a qual o indivíduo pertence e pelo papel e funções sociais que deve desempenhar (RIBEIRO, 2002).

Nesse sentido, Platão (1975), na obra *A República*, relaciona educação e cidadania. Demonstra que a justiça ocorre quando cada um desempenha de maneira satisfatória a função para a qual é mais apto. Dessa forma, aos filósofos, que cultivam a razão, caberia governar a sociedade.

Ainda seguindo o mesmo pensamento, Aristóteles (1973) exclui dos homens livres o exercício dos ofícios, indicando que os cidadãos devem ter uma educação que tenha por finalidade a cultura. Destaca que a filosofia é a maior das ciências e deve ser reservada à formação do homem justo, o cidadão.

Percebe-se, dessa forma, que o conceito de liberdade e igualdade, e, por extensão, de cidadania, no ideário grego, não se estende aos que trabalham. Como, portanto, poderiam os gregos incluir como cidadãos os que não tinham conhecimentos nem tempo livre para se dedicarem à filosofia? Como universalizar o conceito de cidadania?

A cidadania, nos dias de hoje, é o alvo das reivindicações dos movimentos populares. Quando se pensa em formar capital social e seu efeito no desenvolvimento dos territórios, refere-se à capacidade de as pessoas serem cidadãs e tomarem as rédeas do seu próprio destino.

Qual seria, dessa forma, o conceito de cidadania que buscamos nos dias de hoje? Seria a educação, ainda hoje, o melhor caminho para elevar à categoria de cidadãos os excluídos do processo político do Estado moderno e, dessa forma, uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento?

Qual a possibilidade de as políticas públicas de desenvolvimento serem eficazes sem contemplarem aspectos educacionais que levem cidadania aos excluídos?

Ribeiro (2002), concordando com e citando a posição de Kant, aponta que o homem só existe por meio da educação. Segundo Kant (1996 *apud* RIBEIRO, 2002), o homem “não é mais do que aquilo que a educação faz dele”.

As pesquisas de Ribeiro (2002) demonstram que a maior parte dos pesquisadores da cidadania reconhecem a educação como um direito essencial, por produzir as condições necessárias para a inclusão do indivíduo na sociedade e, conseqüentemente, no campo da participação política. A autora aponta ainda que os indivíduos não nascem com o conhecimento dos direitos e deveres da cidadania e necessitam de um processo de sociabilização e escolarização. Dessa forma, conclui-se que, se esse processo não se efetiva, se faltam as condições básicas de educação includente socialmente, estará sendo negada a cidadania a estes indivíduos.

3 DESENVOLVIMENTO

Quando se fala em estimular o desenvolvimento de um país ou região, muitos, imediatamente, apontam para o aspecto econômico, pois entendem que sua busca consiste em estratégias que tornem tal país ou região competitivo economicamente frente ao mundo globalizado e capaz de produzir e comercializar produtos de alta tecnologia e valor agregado. Sob este ângulo, os agentes limitam a promoção do desenvolvimento a questões de política econômica e tributária (MARTINELLI; JOYAL, 2004; WOLFE, 2000).

Este pensamento, focado no desenvolvimento econômico, no qual, primeiramente, deveria-se fazer o “bolo” crescer para depois reparti-lo, foi rejeitado pela experiência das duas últimas décadas, evidência ampla de que o mais importante não é o tamanho do crescimento econômico, mas a qualidade deste, à medida em que proporciona o aumento do bem-estar e da qualidade de vida das pessoas (GRACIARENA, 2000).

Com uma visão muito simplista, media-se o progresso e a qualidade de vida apenas com base na renda *per capita* e na taxa de emprego. Sabe-se que o conceito de desenvolvimento deve ser abrangente, como Heady (1970) já acreditava na década de 1970, o desenvolvimento, geralmente, ocorre quando um índice daquilo que se considera desejável e relativamente preferível tem seu valor aumentado.

Heady ainda demonstra a confusão existente entre os conceitos de desenvolvimento e modernização. Enquanto o primeiro envolve complexas mudanças sociais, econômicas e políticas, o segundo diz respeito a mudanças complementares nas características demográficas, culturais, econômicas, políticas e de comunicações de uma sociedade (HEADY, 1970; FAORO, 1992).

Ou seja, a questão do desenvolvimento não deve se limitar a poucas variáveis. Tal limitação no pensamento, ao restringir o crescimento à melhoria de indicadores econômicos, relega a segundo plano, ou muitas vezes até ignora outros aspectos mais importantes, como o desenvolvimento do ser humano, sua integridade e condições de vida.

Isto coloca, então, o homem no centro da questão desenvolvimento, portanto, o crescimento que se deseja é o do homem e do meio no qual ele vive: a sociedade. Então, se o desenvolvimento do homem e da sociedade estão no centro da questão e constituem-se em objetivo do tema, seria possível concluir que os demais fatores relacionados não fazem parte dos objetivos, mas seriam condições necessárias para que os objetivos possam ser alcançados.

Dessa forma, percebemos que conceitos como capital humano e capital social estão no centro da questão sobre desenvolvimento e, conseqüentemente, estão presentes nas discussões recentes sobre políticas públicas. Acredita-se que a existência e a qualidade das relações sociais têm influência no desencadeamento do processo de desenvolvimento.

Além da importância do capital humano e social, as novas concepções de desenvolvimento também incluem em sua discussão o conceito de localidade e de sustentabilidade, que deve ser analisado em uma amplitude maior que o mero âmbito ambiental.

Entretanto, antes de nos determos na explanação sobre os componentes da nova concepção de desenvolvimento, é importante que façamos uma rápida revisão sobre como a idéia de desenvolvimento decorreu e está se transformando, para uma melhor compreensão da situação atual, nosso ponto de partida. Pois a realidade atual, que desejamos modificar, é resultado das ações passadas.

3.1 Precursores do pensamento sobre desenvolvimento

Até a época mercantilista, não é possível destacar algum estudo ou preocupação com o desenvolvimento das atividades humanas. As relações humanas desta época estavam focadas no comércio; esforços eram aplicados somente nesta direção. Na sequência, os principais Estados mundiais ainda buscavam riqueza fácil por meio da coleta indiscriminada de recursos naturais e da exploração de metais preciosos nas áreas recém descobertas do Novo Mundo. Somente no século XVIII, surge o primeiro estudo sobre a questão de crescimento e desenvolvimento, apresentado por Adam Smith em seu livro editado em 1776: *Investigação Sobre a Natureza e Causa da Riqueza das Nações* (ADELMAN, 1972; HUGON, 1998).

Observa-se que a principal preocupação de Smith foi a questão dinâmica do crescimento e desenvolvimento, embora sua teoria do valor e distribuição tenha recebido mais atenção na história do pensamento econômico (ADELMAN, 1972).

Talvez o fato de os primeiros pensadores sobre desenvolvimento terem se debruçado mais sobre a questão econômica advém do momento histórico, dos fatos vividos por aqueles homens, pois, provavelmente, sua realidade foi construída sobre tais preocupações, restringindo, dessa maneira, a visão do problema à questão do crescimento econômico. Apesar disso, não podemos negar que, embora necessitasse de amadurecimento, advindo somente no futuro, delineavam-se situações que fariam pensar mais sobre desenvolvimento.

Pouco tempo depois, Sismonde de Sismondi (1773-1842), inicialmente discípulo de Adam Smith, critica o liberalismo econômico ao perceber as distorções que já se faziam notar e defende o intervencionismo estatal na economia como forma de proteger a sociedade do desequilíbrio social. A ele, devemos o crédito por ter sido o primeiro a defender a ampliação dos estudos econômicos, substituindo o objetivo baseado na riqueza para centrar em torno do homem. Ou seja, pregou a discussão de ordem social (HUGON, 1998).

A insistência de Sismondi em juntar ao ponto de vista econômico as considerações de ordem social influenciou vários pensadores, dentre eles, Karl Marx, e fez dele o precursor de um grande número de escolas econômicas (HUGON, 1998).

Já no século XX, mas ainda nas mãos de pensadores econômicos, a questão de desenvolvimento é trabalhada com grande determinação por Schumpeter, que publica em 1911 **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Dentre vários aspectos tratados nesta obra, chamam a atenção pensamentos que se relacionam com o moderno conceito de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, quando Schumpeter classifica desenvolvimento somente o processo de mudança econômica que aparece dentro do local, por sua própria iniciativa, e sem que tal mudança tenha sido imposta por agentes externos (SCHUMPETER, 1982).

Para Schumpeter, portanto, considera-se como desenvolvimento somente as mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa.

“... desenvolvimento econômico não é um fenômeno a ser explicado economicamente, mas que a economia, em si mesma sem desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta, e que as causas e portanto a explicação do desenvolvimento devem ser procuradas fora do grupo dos fatos que são descritos pela teoria econômica” (SCHUMPETER, 1982).

Schumpeter (1982), apesar de não ser socialista, assumia que seu pensamento era influenciado por Marx. Foi o precursor da utilização do termo empreendedor e via seu significado não como o difundido atualmente, mas como aquele indivíduo que utilizava seu capital humano na busca de atividades inovadoras, utilizando recursos da região e, conseqüentemente, formando capital social.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que, ao longo dos últimos dois séculos, os economistas têm inventado, sob o rótulo de desenvolvimento, o estudo do crescimento da economia. Repetidamente, tem-se afirmado que o desenvolvimento econômico exige a

aplicação dos recursos escassos de uma nação e de sua capacidade produtiva com os objetivos de aumentar o acúmulo de riqueza e incrementar o seu produto nacional bruto.

3.2 Evolução das Políticas de Desenvolvimento

De maneira não diferente da evolução do pensamento sobre o desenvolvimento no restante do planeta, no Brasil, desde os primórdios, os modelos propostos residiam na argumentação de que o crescimento econômico, ao distribuir diretamente a renda entre os proprietários dos fatores de produção, conduziria, de maneira automática e natural, à melhoria das condições de vida da população em geral e, por conseguinte, ao desenvolvimento econômico.

Durante o período imperial não encontramos referência alguma à questão do desenvolvimento no seu contexto mais amplo de crescimento do indivíduo enquanto parte de uma sociedade. A economia nacional era baseada no modelo escravocrata e a discussão maior neste período centrava-se no conceito de liberdade. Desde o final do século XIX, com a abolição da escravidão e a proclamação da República, até os primeiros anos do século XX, o país ocupava-se com as dificuldades causadas pelas transformações estruturais que estavam ocorrendo e o Estado ainda tentava adaptar, suas instituições a esta nova realidade. Nesta, destacam-se a repentina propagação do trabalho assalariado, o grande contingente de imigrantes que chegavam ao país e a cobrança por um reordenamento político que se fazia necessário (ABREU *et al*, 1990).

Na primeira fase da República, a busca pelos interesses das oligarquias agrícolas que dominavam o cenário político com a alternância de paulistas e mineiros na Presidência da República (República do Café com Leite), conseguiu até o final da década de 1920 somente

um conjunto de crises políticas que não produziram as mudanças que se faziam necessárias (ABREU *et al*, 1990).

A década de 1930 encontra um país abalado econômica e politicamente. O cenário econômico era marcado pela recessão mundial representada pela queda da Bolsa de Nova Iorque em 1929. A representação comum do período no Brasil é a da literal ‘queima’ pelo governo de milhões de sacas de café na tentativa de elevar os preços do produto no mercado internacional. Politicamente, assistimos à revolução de 1930 que leva Getúlio Vargas ao poder seguida da Revolução Constitucionalista de 1932 (GALVÃO, 1999).

Apesar de já se fazer notar desde o início do século XX, as distorções do capitalismo e os problemas delas decorrentes se intensificam pós 1929 com a recessão econômica. A preocupação com justiça e estabilidade social ganha força, levando à ideologia do bem-estar. Apesar de relatado anteriormente por Knut Wicksell e Stuart Mill como questão de ação do Estado, o problema da justiça social não foi colocado imediatamente na agenda política. Em 1925, Keynes expôs a ideologia que daria origem ao conceito de *Welfare State* afirmando que é necessário encontrar novas políticas e instrumentos capazes de adaptar e controlar a ação das forças econômicas, de forma que elas não interfiram excessivamente no que é mais adequado e vantajoso aos aspectos de estabilidade e justiça social (MILGATE, 1992; AMADEO, 1992; CHICK, 1993).

São necessárias modificações estruturais na organização do governo brasileiro. Getúlio Vargas introduz várias modernizações, dentre elas, inclui a questão do desenvolvimento na agenda do Estado (ABREU *et al*, 1990).

As reformas de Vargas tinham por objetivo buscar maior eficiência do governo. Todavia, sua política seguiu o caminho impositivo da ditadura, centralizando todas as decisões, inclusive, sobre desenvolvimento. Dessa forma, tudo o que se relacionasse com políticas de desenvolvimento, necessariamente, originava-se da vontade do Poder Executivo

Federal, que concentrava suas ações na exploração da atividade econômica através da criação de grandes empresas públicas (MARCELINO, 1998).

O governo, dessa forma, orienta as ações de desenvolvimento econômico e coordena a distribuição de seus benefícios à população. Adota-se um modelo de Estado de bem-estar social, o *Welfare State*, através do aparelhamento da máquina estatal com o objetivo de executar medidas promotoras de bem-estar à população. Entretanto, o modelo implantado caracterizava-se pela ausência de tradição participativa, má focalização dos objetivos, mau planejamento dos gastos e baixa efetividade social, tendendo a proteger determinadas categorias sociais com maior poder de organização, excluindo outras, que não possuíam tanta força política (DRAIBE, 1997).

Além de não investir em cidadania, paira a crítica de que Vargas utilizara o modelo de *Welfare State* como forma de controlar a população e os conflitos sociais que se faziam sentir, tanto que a distribuição dos benefícios ocorria, predominantemente, nas grandes áreas urbanizadas, regiões onde, teoricamente, a ocorrência de conflitos é maior, e maior a possibilidade de uma grande articulação popular (SANTOS, 1987).

Até a década de 1940, portanto, o crescimento do país esteve atrelado ao crescimento das exportações de produtos primários e à formação da indústria de bens de consumo, em especial, na região sudeste do país.

Na década de 1950, simultaneamente com a proposição da ONU da década do desenvolvimento, surge o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubistschek, que contempla um projeto nacional de desenvolvimento, consolidando-se, no final dos anos 1960, com o modelo de administração para o desenvolvimento (BIELSCHOWSKY, 2000; MARCELINO, 1998).

Sob o prisma meramente econômico, a visão da época para desenvolvimento consistia, basicamente, no aumento do fluxo de renda real, caracterizado pelo incremento na quantidade

de bens e serviços à disposição da coletividade, que se daria pelo aumento do PIB (FURTADO, 1961).

Como forma de aumentar substancialmente o PIB do país, o modelo economicista do desenvolvimento incentivou a urbanização e valorizou as atividades industriais. Daí, termos hoje a comum associação entre desenvolvimento e industrialização, a crença na industrialização como indispensável para se obter melhores níveis de crescimento e de qualidade de vida. Essa é a razão pela qual muitas localidades desejam tanto industrializar seu território.

Na América Latina e no Brasil, durante as décadas que se seguiram, as políticas de desenvolvimento enfatizavam a necessidade de promover o crescimento do produto e da renda por meio da acumulação de capital e da industrialização, baseada na estratégia de substituição de importações. Essa estratégia visava produzir internamente o que antes era importado (OLIVEIRA, 2002).

Neste período, o desenvolvimento dependia das decisões e orientação do governo central, adotando políticas para o país como um todo. Tal característica levou ao estabelecimento de relações bastante verticalizadas, predominando nos modelos de desenvolvimento até os anos 1990 (BROSE, 2000; FISCHER, 2002).

Ao mesmo tempo, os países centrais, em “cooperação” com os países em desenvolvimento, promoveram a intensificação da produção agrícola destes países, fortalecendo a agricultura empresarial de exportação, levando ao enfraquecimento da agricultura familiar, produtora de produtos para o mercado interno, fortalecendo e perpetuando os laços de dependência entre os países centrais e os subdesenvolvidos (OLIVEIRA, 2002).

Com isso, obtivemos uma situação contraditória: de um lado, a administração pública cria agências de fomento ao desenvolvimento regional e, de outro, regiões cuja economia é

baseada na agricultura familiar, vistas como sinônimo de atraso, levando a um grande êxodo rural no período.

A partir de 1967, há ampliação da intervenção do Estado na vida econômica e social, caracterizando-se pela defesa da industrialização planejada, o desenvolvimento do setor privado e a acumulação de capital privado através de financiamento público, protecionismo da indústria nacional, relegando, novamente, o desenvolvimento humano e social a um segundo plano, pois o foco do desenvolvimento estava centrado nos indicadores macroeconômicos.

Nesta época, o Estado é visto como principal esperança da sociedade que rumo à modernização, como afirma Heady em 1970:

“Os fins desenvolvimentistas e a urgência com que são buscados significam, inevitavelmente, que a atividade do Estado é o principal veículo de sua realização. Não existem nem tempo nem meios para o gradualismo ou para a confiança básica na iniciativa privada, como era possível nos países ocidentais que se desenvolveram há muito tempo. O elemento político assume, quase automaticamente, uma importância central na sociedade em desenvolvimento” (HEADY, 1970, p. 137).

Tal afirmação deixa clara a dependência e centralização da responsabilidade dos governantes na promoção do desenvolvimento. Entretanto, Heady (1970) alertava, ao mesmo tempo, para as distorções do capitalismo de mercado e os perigos do capitalismo estrangeiro, indicando a necessidade de se buscar o bem estar social através de uma versão do “socialismo”, uma filosofia de fundo marxista que ressaltasse a expansão industrial, mas cuidasse da proteção social.

Nesse período, o Brasil apresentou as maiores taxas de crescimento econômico de sua história, entretanto, infelizmente, esse crescimento não foi uniforme, aumentando ainda mais as distorções e diferenças sociais da população (MARTINS, 1985).

Até os anos 70, os países da América Latina utilizavam paralelamente aos planos de desenvolvimento, estruturas básicas de *Welfare State*, que acabaram não produzindo o efeito desejado (o bem-estar geral) ao protegerem determinadas categorias sociais com maior poder de organização e força política e excluírem outras, mais necessitadas (DRAIBE, 1997).

Ainda na década de 1970, ganha força na abordagem do desenvolvimento a necessidade de integração dos fatores econômicos e sociais; a UNESCO introduz o conceito de desenvolvimento integrado.

A partir do final da década, com os choques do petróleo e a elevação mundial dos juros, a economia desacelera e o modelo de crescimento econômico, sustentado por financiamentos externos, entra em colapso. Os governos do período concentram esforços em planos econômicos para conter a crescente inflação. Tanto no Brasil como no restante do mundo, os governos são pressionados a reduzir o tamanho do Estado e seus gastos, ocasionando um enfraquecimento dos modelos de *Welfare State*, além de praticamente paralisarem as iniciativas estatais de desenvolvimento.

Nesta época, o nível de emprego cai, aumenta a precariedade e a informalização do trabalho, as necessidades da população crescem, enquanto a capacidade de ação social e de financiamento do Estado diminui drasticamente. A aceleração da globalização pressiona o Estado para a modernização. A crise dos modelos de *Welfare State* expõe a fragilidade da sociedade com enormes níveis de desigualdade e exclusão social e indica a urgente necessidade de uma nova concepção de desenvolvimento que privilegie os aspectos humanos e sociais (DUPAS, 1998, 2001).

Fica claro nesta época que o conceito de desenvolvimento não pode se restringir a seus aspectos econômicos. Com as dificuldades da década de 1980, percebe-se que o crescimento econômico não leva necessariamente um país ao desenvolvimento, pois os frutos da expansão não são necessariamente distribuídos para toda a população, mesmo porque, a partir dos anos 1990, observa-se, em termos mundiais, um crescente desemprego, apesar da expansão da economia, como pode ser observado através da piora em geral das condições de vida das populações (DUPAS, 2001).

Ainda na década de 1980, os governos, na tentativa de conter as consequências

negativas das políticas anteriormente adotadas, optam por adotar e realizar reformas sociais que ganharam destaque devido à necessidade de reorientação dos gastos sociais para atender o empobrecimento da população, adequá-los às políticas macroeconômicas e à priorização de investimento em capital humano. Novamente, essas políticas falharam por se caracterizarem como programas assistencialistas com visão a curto prazo. Assim, o que se viu foi a deterioração e o colapso desses programas com o passar do tempo.

Ao longo dos anos que seguiram a década de 1980, ficava cada vez mais clara a fragilidade do modelo empregado. Não é raro vermos como conseqüências desse modelo o retrocesso político em vários países e os crescentes conflitos sociais, em todo o mundo, causados principalmente, pelo aumento do número de excluídos e pela atual incapacidade do Estado atuar na efetiva proteção dos interesses da sociedade (OLIVEIRA, 2002).

Nesse contexto, a tônica nesta época foi a consolidação da democracia através das políticas sociais, que está em sintonia com as reformas estruturais da economia, assim como só seriam eficazes se atuassem em harmonia com a sociedade (GOMIDE, 2003).

Dessa forma, o Estado admite a sua incapacidade de gerenciamento e de executor e, na tentativa de encontrar soluções alternativas mais adequadas ao contexto de um novo padrão de desenvolvimento, vê que a sua função é orientar e garantir o bom uso dos recursos humanos e materiais disponíveis (BRESSER PEREIRA, 1998).

Assim, realizam-se reformas constitucionais e institucionais com o objetivo de dar à atuação dos agentes de desenvolvimento uma maior eficiência através da criação de regras do jogo que incentivassem a competição, equidade e universalismo, além da redução de comportamentos predatórios. Dessa forma, o Estado assume um novo papel e função, o de regular e estabelecer regras estáveis, transformando-se no grande orquestrador de diferentes atores sociais (SARAVIA, 2004).

Somente neste período, já no início do século XXI, o conceito tradicional de desenvolvimento começa a dar lugar ao conceito de desenvolvimento local integrado. Com o crescimento dos movimentos populares de defesa da cidadania, ética e nas políticas contra a fome e a miséria, entra na discussão a importância da participação da sociedade civil na busca pelo desenvolvimento através da interlocução entre a sociedade, a administração pública e o setor privado, que, juntos, buscam ações locais que tenham como prioridade a atenção aos excluídos (JACOBI, 2000; ZAPATA, 2001).

Apesar disso, a controvérsia entre os conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento ainda não foi bem esclarecida. Conceitos como progresso, crescimento, industrialização, transformação, modernização, são usados frequentemente como sinônimos de desenvolvimento.

Dessa forma, utilizando como base o referencial teórico exposto nesta seção e nas anteriores, foi possível montar o seguinte quadro referencial, que resume as principais características do modelo economicista de desenvolvimento, utilizado até então em nossa história republicana:

Quadro 3.1 - Quadro Referencial – Desenvolvimento Economicista

Características das Políticas de Desenvolvimento	
Aspecto	Característica
Liderança do processo	A liderança dos processos de desenvolvimento sempre foi ocupada pelas elites, reproduzindo e imprimindo nos programas a distância entre a realidade dos governantes e a realidade dos governados.
Cidadania	Inexistência da ampla noção de cidadania, envolvendo a participação dos indivíduos nos destinos da sociedade. Idéia de participação e cidadania restringe-se ao direito ao voto, utilizado na escolha dos representantes políticos.
Investimentos Públicos	Investimentos em infra-estrutura para o processo de industrialização e exportação. Combustíveis (petróleo), energia, estradas, portos, comunicações.
Educação	Restrita à capacitação profissional estruturada de acordo com os interesses da iniciativa privada em termos de qualidade de mão de obra.
Social	Ações de curto prazo, utilizadas mais como forma de controle das massas e fonte de interesses eleitoreiros e populistas.
Atividades incentivadas	Grande incentivo à industrialização. Atividades agrícolas beneficiadas restringem-se à agricultura empresarial de exportação de produtos com baixo valor agregado (<i>commodities</i>). A industrialização favoreceu o surgimento das regiões metropolitanas e do grande êxodo rural na segunda metade do século XX.
Participação da sociedade	Elevado grau de dependência da população junto ao setor político para alcançar a satisfação das necessidades individuais, caracterizada pelo clientelismo.

Fonte: elaborado pelo autor

3.3 Novas concepções de desenvolvimento

Com a crise dos modelos *Welfare State* e a incapacidade dos governos em promover o bem estar a toda a população, ou, pelo menos, minimizar os efeitos negativos do liberalismo econômico, os governos mantêm somente algumas políticas assistencialistas de caráter emergencial e começam a buscar estratégias de combate à exclusão social focadas nos

pequenos empreendimentos que se formam à margem do mercado globalizado, fomentando a economia popular (MOURA *et al*, 2002).

O combate à exclusão social, portanto, é o combate à pobreza, já que a incapacidade de as pessoas satisfazerem suas necessidades básicas com renda própria afastá-las-ia de vários benefícios e colocariam indivíduos na condição de dependência do Estado para conseguir sobreviver (DUPAS, 1998; SANTOS, 2000).

Na década de 1990, as Nações Unidas, através do seu PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – estabelece o conceito de desenvolvimento humano, baseando-se nos estudos do economista indiano Amartya Sen (PNUD, 2006).

Convém destacar a grande contribuição de Amartya Sen para evolução do pensamento sobre desenvolvimento. Apesar das limitações do índice que ajudou a criar em colaboração a Mahbub ul Haq (o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano); o economista indiano, que foi agraciado com o prêmio Nobel de Economia em 1998, teve grande sucesso pelo fato de introduzir uma medida de desenvolvimento que não considera apenas a questão econômica, mas que também incorpora a questão humana. Seu principal mérito foi apontar que pobreza não deve ser medida unicamente pelo nível de renda da população, mas através de outros indicadores de qualidade de vida, como nível de escolaridade e saúde. A obra de Sen enfatiza a relação entre pobreza e precariedade de acesso da população aos bens e serviços essenciais para a qualidade de vida. Sua preocupação com a pobreza e a desigualdade orientou profundamente sua obra, expandindo suas contribuições muito além do referencial teórico. À medida em que conduzia seus estudos, a precariedade dos instrumentos disponíveis o motivava a produzir e refinar muitas ferramentas analíticas, o que permitiu uma nova visão da realidade. (ABRAMOVAY *et al*, 2003; BODSTEIN; ZANCAN, 2002; HOLANDA *et al*, 2003; KERSTENETZKY, 2000; PNUD, 2006)

Nos anos que seguiram, foram introduzidos temas, como meio ambiente, sustentabilidade, sociedade e cidadania nas discussões sobre desenvolvimento humano. O argumento econômico cede espaço ao argumento humano e social, como se observa no primeiro relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil, publicado em 1996, onde foi destacada a exploração dos recursos naturais, a conquista da cidadania, o acesso à Justiça a transição demográfica e suas implicações nas áreas de educação, saúde e meio ambiente (BROSE, 2000).

Além disso, crescem em número e volume os movimentos populares de defesa da cidadania, que levam a uma época marcada pela esperança de uma efetiva aproximação e interlocução dos atores da sociedade, do Estado e do setor privado na busca conjunta de ações que tenham como fim o bem estar da população. Dessa forma, o estímulo às mudanças no comportamento dos agentes sociais, que interagem entre si em termos de competição e colaboração, é uma necessidade que temos para barrar a reprodução da desigualdade e da pobreza (ANDION, 2003; CASTILHOS, 2002; FRANCO, 2002).

De acordo com isso, Rodríguez (2005) completa, apontando que tais mudanças contenham a ampliação dos conceitos de cidadania, por meio da formação de cidadãos autônomos e com consciência crítica, que reconheçam o poder e o bem-estar que a integração da sociedade é capaz de gerar e que compreendam que essa ação conjunta aliada ao sentido de responsabilidade e valorização da cultura local formam a base da autonomia e da sustentabilidade.

O resultado conjunto de todas essas mudanças construiu o alicerce sobre o qual se edificam o conceito e as práticas de desenvolvimento local. O desenvolvimento necessário envolve mudanças no estado atual das coisas. É necessário que haja mudanças nos indivíduos e nas relações entre os componentes da sociedade. Portanto, se não houver mudança social,

não há desenvolvimento, pois mudanças sociais, geradoras de desenvolvimento social, são sinônimos de desenvolvimento (FLEURY, 2004; FISCHER, 2002; FRANCO, 2002).

Apesar dessa esperança, nota-se no modelo de democracia atual um rompimento com os princípios da democracia clássica, pois o atual valoriza os procedimentos e aspectos formais, deixando em segundo plano o bem comum, a igualdade e a participação ativa dos cidadãos nas decisões e escolhas que nortearão suas vidas. O sistema representativo atual permite apenas que se conceda, através do voto, procuração a alguns indivíduos para que estes tomem decisões que sejam consideradas legítimas, mesmo que não atendam às aspirações da maioria da população (BEHRING, 2003).

Este modelo de democracia representativa desconhece a experiência corporativa dos conselhos enquanto espaços de confrontação dos interesses e de negociação de consensos entre atores da sociedade (BEHRING, 2003).

A ação da mudança social necessária ao desenvolvimento exige articulação, negociação, aceitação de diferenças e valorização da opinião em relação ao saber. Portanto, desenvolvimento é muito mais uma questão política que econômica, pois envolve a discussão e o consenso e possui estreitas ligações com o conceito de democracia (FRANCO, 2002; FURTADO, 1999).

Tais premissas somente serão possíveis com a presença de instituições democráticas amplas, fortes e estáveis. Com relação a tal condição, muitos autores relacionam como causa para o baixo desenvolvimento dos países da América Latina a fragilidade de suas instituições, tendo esta como causa a aceitação de um modelo econômico excludente, que se mostra incapaz de suprir as necessidades sociais (CASTELS, 1999; FLEURY, 2004).

Dessa forma, é possível observar na América Latina altos índices de exclusão e desigualdades, o que torna necessário criar mecanismos de integração social através do exercício da cidadania que respeite o pluralismo e a diversidade.

Infelizmente, nos países subdesenvolvidos, ao contrário dos desenvolvidos, os direitos políticos antecederam os direitos civis, que ainda não estão garantidos, não formando, assim, Estados Cívicos, necessários ao enfrentamento coletivo dos problemas de desenvolvimento (FLEURY, 2004).

Dentro desse contexto, Passador (2003) identifica fatores atualmente decisivos, como o capital social, o capital humano, o conhecimento, a pesquisa e desenvolvimento, a informação e as instituições, que devem ser determinados dentro da região e não de fora para dentro, como até então era entendido.

Logo, concluiu-se que a região dotada desses fatores, ou estrategicamente direcionada para desenvolvê-los internamente, teria melhores condições de atingir um crescimento acelerado e equilibrado (PASSADOR, 2003).

A fim de simplificar as referências sobre os componentes de desenvolvimento, agrupamos os elementos encontrados na revisão teórica em diagramas de causa e efeito, a fim de construir um quadro referencial sobre o tema.

A escolha dessa representação, introduzida por Kaoro Ishikawa na década de 1960, reside na sua relativa simplicidade e visibilidade, proporciona uma visão mais abrangente das variáveis que levam ao efeitos desejados, o que a torna um interessante instrumento de comunicação (SLACK *et al*, 1999).

Conforme pode-se observar no Quadro 3.2, os componentes básicos que levam ao desenvolvimento são representados pela existência de Capital Social, de Capital Humano, de Capacidades Territoriais, de Cidadania e de Condições de Sustentabilidade. Cada um destes componentes serão apresentados, sucessivamente, nas próximas seções, onde, além da conceitualização, serão discutidas as condições que levam a sua realização.

Quadro 3.2 – Componentes do Desenvolvimento

Fonte: Elaborado pelo autor

3.3.1 Capital Humano

Passador (2003) destaca a preocupação corrente na década de 90, de se entender por que o nível de crescimento variava entre as regiões e nações, apesar de disporem das mesmas condições na busca de fatores produtivos, como capital financeiro, mão-de-obra ou tecnologia. A solução seria encontrar, entre esses fatores, aqueles determinados dentro da região.

Percebe-se então, que apesar de interessante, alcançar bons indicadores de crescimento econômico não é suficiente para gerar o desenvolvimento desejado, sinônimo de melhoria das condições de vida da população. Nesse sentido, Amartya Sen (2000) defende um modo de desenvolvimento fruto de um processo de fortalecimento das liberdades individuais, determinado pelos valores das pessoas envolvidas e, portanto, condicionado pelos fatores

culturais da sociedade. A principal característica deste tipo de desenvolvimento está na expansão da capacidade humana em busca da melhoria de suas próprias condições de vida.

Para Zapata (2000), a ampliação do acesso à informação e ao conhecimento, através de processos educacionais contínuos, provoca mudanças de comportamentos, transformando as pessoas em agentes produtivos, atores sociais e sujeitos da sua existência. Tal entendimento faz do capital humano um dos pontos de partida para a transformação dos territórios.

Sen (2000) relaciona capital humano à capacidade que temos individualmente de agir em prol do desenvolvimento, sendo capazes de assumir um determinado papel na sociedade e, através dos conjunto de desempenhos individuais, cada um cumpra sua parte no todo, construa uma sociedade melhor para todos. Vale observar que o capital humano não está relacionado à capacidade de termos realizados os objetivos particulares, mas a capacidade de assumir determinadas responsabilidades dentro do todo.

Nesse sentido, quando se pensa em capital humano, percebe-se que os principais elementos que o compõem estão além do nível de escolaridade ou seu ajustamento aos processos de produção econômica. Ele se refere à capacidade de as pessoas fazerem coisas novas, de ampliarem sua capacidade de mobilização, buscando desenvolver atitudes e adquirirem conhecimentos úteis e necessários que permitam a busca pelo desenvolvimento da comunidade. Ele tem um papel importante como instrumento de mudança social, por esse motivo, pode-se dizer que o capital humano representa a capacidade do homem ser o construtor do próprio futuro (SEN, 2000).

Dessa forma, dada a importância do capital humano no contexto do desenvolvimento local, faz-se necessário indicar quais os mecanismos e táticas poderiam ser utilizados com o objetivo de estimular sua formação e crescimento, tanto em termos de volume, quanto em qualidade.

Nesse sentido, conforme pode ser acompanhado no quadro 3.3, a formação de capital humano capaz de executar as atividades produtivas, bem como de promover as mudanças sociais necessárias, dependerá diretamente da ocorrência da ampliação do acesso ao ensino e à educação, ampliação das oportunidades de capacitação e qualificação profissional, capacitação para gerar mudança social e também da melhoria das condições básicas de saúde, alimentação, habitação, saneamento, transporte e segurança.

Quadro 3.3 – Formação de Capital Humano

Fonte: Elaborado pelo autor

- a) **Ampliação do acesso ao ensino e à educação** – necessidade básica quando pensamos em capital humano, a educação não pode ser entendida como o simples repasse de informações, mas deve imprimir nos indivíduos qualidades sociais e uma maior percepção da realidade.
- b) **Ampliação das oportunidades de capacitação e qualificação profissional** – neste ponto, temos a ‘educação para a produção’, que responde por tornar as pessoas capazes de

assumirem determinadas funções produtivas de acordo com as necessidades econômicas do local.

- c) **Capacitação para a gestão compartilhada do desenvolvimento** – fomentar uma cultura associativista, que melhore a visão do coletivo e crie um comportamento pró formação de redes e parcerias em busca do desenvolvimento.
- d) **Melhoria das condições básicas de saúde, alimentação, habitação, saneamento, transporte e segurança** – refere-se à satisfação da necessidades básicas individuais, permitindo que, a partir desse ponto, as pessoas cresçam por meio da busca pela satisfação de necessidades mais elaboradas.

3.3.2 Capital Social

Um dos aspectos mais recentes dos estudos sobre o desenvolvimento está na inserção da concepção de “capital social”. Definido como o conjunto das características da organização social, que engloba as redes de relações entre indivíduos, suas normas de comportamento, laços de confiança e obrigações mútuas, o capital social, quando existente em uma região, torna possível a tomada de ações colaborativas que resultem no benefício de toda a comunidade (PASSADOR, 2003).

Enquanto o capital humano está relacionado ao indivíduo, o capital social tem a ver com o ambiente social propício ao desenvolvimento. Criar um ambiente (social) favorável é formar capital social. Este capital refere-se aos laços de confiança, de compromisso, de vínculos de reciprocidade, cooperação e solidariedade, que são capazes de estimular normas, contatos sociais e iniciativas de pessoas para a potencialização do desenvolvimento humano e econômico, ou seja, os laços são muito mais resistentes que meros interesses materiais; sua

força se encontra em sentimentos de fraternidade e reciprocidade (COSTA, 2006; FRANCO, 2002; PASSADOR, 2003).

São observadas na literatura três vertentes sobre a relação entre Estado e capital social: As “anti-estatais”, as “intermediárias” e as “estatistas”.

As “anti-estatais” seriam aquelas cuja existência de capital social depende do desmantelamento do Estado, substituindo sua ação pelas ações da sociedade civil organizada. Como exemplo dessa linha teórica, está Fukuyama, que afirma que as fontes de capital social estão na cultura e o Estado, através de sua atuação, além de destruir o capital social, não teria capacidade de construí-lo (CASTILHOS, 2002; ORTOLANI, 2005).

As intermediárias acreditam na organização e na articulação da sociedade como não dependentes do Estado, porém, o Estado poderia funcionar como indutor de capital social. Representando esta linha está Putnam, defensor de um papel mais participativo e fiscalizador dos cidadãos nos assuntos do Estado. (CASTILHOS, 2002; ORTOLANI, 2005)

E em oposição teórica ao primeiro grupo, os representantes de visão estadista, liderados por Evans, acreditam que o Estado deve passar de mero regulador das relações sociais para a posição de ativo mobilizador social e principal indutor de capital social (CASTILHOS, 2002; ORTOLANI, 2005).

Apesar de imperceptível para a grande maioria das pessoas, o capital social está presente no cotidiano de todos, em maior ou menor grau, pois é constituído de forças que estão acima dos interesses materiais e fazem duas ou mais pessoas se unirem em torno de um objetivo comum.

“Capital social é uma norma informal momentânea que promove a cooperação entre dois ou mais indivíduos. As normas que constituem o capital social podem alcançar desde normas de reciprocidade entre amigos, até as formas doutrinárias mais elaboradas e complexas como o Cristianismo e o Confucionismo” (Fukuyama, 1999).

Conforme Evans (1995), os componentes que formam o capital social, entre os quais estão o engajamento cívico, a integração social e as normas de confiança, podem ser

promovidos pelas esferas governamentais e, inclusive, podem ser utilizados com vistas ao desenvolvimento.

Por meio do capital social, a sociedade tem a capacidade de identificar suas necessidades coletivas e estabelecer conjuntamente seus objetivos. Seus integrantes não agem independentemente, cooperam na busca dos objetivos comuns e seu comportamento nem sempre é estritamente egoísta, o que permite aos cidadãos serem protagonistas de seu próprio desenvolvimento (ABRAMOVAY, 2000).

A necessidade da existência de capital social para consolidar o desenvolvimento ganha visibilidade a partir dos estudos de Putnam (2000) sobre as origens do desenvolvimento da região norte da Itália. Ele identifica, como causas do melhor desempenho das regiões ao norte da Itália, os elevados níveis de associativismo, de cooperação e de capacidade de formar redes e acordos de naturezas diversas. O grau de confiança que existe entre os indivíduos, as normas de comportamento e os sentimentos de reciprocidade contribuem para a sensação de bem estar geral e, portanto, para a questão do desenvolvimento. Tal percepção é que permite o estabelecimento da relação entre cidadania e desenvolvimento (PUTNAM, 2000).

Isto confirma a necessidade e a importância como o capital social se apresenta nos novos conceitos de desenvolvimento local (KLIKSBURG, 1997).

A capacidade de a sociedade liderar e conduzir o seu próprio desenvolvimento regional, condicionando-o à mobilização dos fatores produtivos disponíveis em sua área e ao seu potencial interno, configura a forma de desenvolvimento denominado endógeno. Identificam-se duas dimensões nessa forma de desenvolvimento: a primeira, econômica, na qual, a sociedade empresarial local utiliza sua capacidade para organizar, da melhor maneira possível, os fatores produtivos da região; a segunda, sócio-cultural, cujos valores e instituições locais servem de base para o desenvolvimento da região (VÁZQUEZ BARQUERO, 1988).

Recentemente, Franco (2002), ao reconstruir o conceito de capital social, refere-se à capacidade das pessoas de uma sociedade em privilegiar os interesses do grupo em detrimento dos individuais, implementar o trabalho conjunto com o objetivo de alcançar metas comuns, organizar-se e associar-se, compartilhar valores, normas e gestão das organizações comunitárias.

Essas características denotam uma série de relações estáveis e duradouras estabelecidas entre as pessoas e os diversos grupos formados dentro do território, podendo ser consideradas como o principal agente de modernização e transformação sócio-econômica em uma região, propiciando um nível ótimo de desenvolvimento social para a comunidade (FRANCO, 2002).

Dentro desse conceito, o aspecto da confiança é visto como o facilitador da vida social ao gerar e potencializar os recursos econômicos. Dessa forma, a confiança é alcançada a partir do conhecimento mútuo entre os membros da comunidade e da tradição de ação comunitária.

Para Coleman (1994), existe uma complementação entre capital físico-econômico (insumos, infra-estrutura e financiamento), capital humano (educação e preparação técnica) e capital social (relações de confiança). A otimização do capital físico-econômico e do capital humano é atingida na medida em que as relações de confiança e reciprocidade aumentam na comunidade.

Temos, ainda, a visão de Melo Neto e Fróes (1999) sobre capital social, que pode ser definido pelo acúmulo de experiências participativas e organizacionais ocorridas na base de uma comunidade e que reforçam os laços entre as pessoas, grupos e instituições; sendo necessária a existência de seis fatores na base para a construção do capital social: participação social, organização, solidariedade social, iniciativa, cooperação e confiança.

Costa (2006) sugere de que forma o capital social pode ser desenvolvido e como ele leva os indivíduos a participarem da sociedade e se beneficiarem do processo de desenvolvimento:

- “1. Relações horizontais de participação, cooperação, confiança e solidariedade contribuem para a criação e/ou o fortalecimento do capital social da sociedade e, conseqüentemente, facilitam o desenvolvimento do bem-estar da coletividade;
2. A participação coletiva é elemento fundamental do capital social de uma sociedade, sendo de vital importância a existência de regimes políticos democráticos capazes de dotar o Estado de uma cultura democrática, que crie instrumentos favoráveis ao acesso às informações sobre os negócios públicos e o controle da sociedade;
3. O legado do autoritarismo contribui para tornar as relações sociais de reciprocidade e confiança silenciosas e/ou invisíveis. Cabendo ao Estado democrático promover ações criativas que induzam à otimização dessas relações, através da sinergia entre governo, comunidade e mercado. Assim, o capital social será potencializado e poderá contribuir para a autonomia da sociedade na garantia de seu bem-estar social;
4. Entendemos que o capital social não é o quesito único e máximo para o desenvolvimento de uma sociedade. O bem-estar econômico e social é resultado da combinação de indicadores de condições naturais e ambientais; das condições de acesso à saúde e conhecimento; acesso a recursos monetários; e às condições de acesso ao trabalho. Logo, a interação do capital social com as demais formas de capital (natural, humano e financeiro) pode impactar positivamente no desenvolvimento amplo da sociedade” (COSTA, 2006).

Além das conceituações ora apresentadas, outros estudos acerca do capital social sobressaem sob a ótica de diferentes abordagens. Nesse contexto, Albagli e Maciel (2002) apresentam diferentes enfoques. Sob a visão da funcionalidade, o capital social é um recurso existente nas relações sociais em determinadas comunidades. Ao facilitar a ação coletiva orientada para um propósito comum, o capital social permite à comunidade obter certos benefícios econômicos, políticos e sociais. Alguns autores sugerem também que os estudos do capital social permeiam um novo paradigma. Este é, ao mesmo tempo, empresarial e social. Capital social ainda pode ser considerado como poderosa ferramenta para análise e promoção do desenvolvimento com base nas comunidades. Dentro dessa amplitude, o conceito de capital social integra aspectos inter-relacionados, como: a reciprocidade, as redes sociais, desenvolvimento social, cooperação e governabilidade (ABU-EL-HAJ, 1999).

Observando o Quadro 3.4 – Formação do Capital Social, tem-se uma visão mais ampla de como pode-se formar capital social a partir do referencial teórico pesquisado, resumido nos seguintes pontos:

- a) fortalecer a identidade cultural local;
- b) promover a associação das pessoas em torno de valores e interesses comuns;
- c) fortalecimento da sociedade civil;
- d) promover projetos de inclusão social;
- e) construir redes, pactos e acordos tendo como base a confiança mútua e aproveitamento das vantagens cooperativas;
- f) estimular a solidariedade e o voluntariado;
- g) construir espaços de trocas de conhecimentos e experiências entre os cidadãos.

Quadro 3.4 – Formação de Capital Social

Fonte: Elaborado pelo autor

O volume e a qualidade de capital social disponível no local estão diretamente relacionados à habilidade e capacidade de formarem alianças para o desenvolvimento. Tal capacidade é uma tarefa política indispensável para o desenvolvimento, pois as transformações necessárias acontecem a partir das relações estabelecidas entre as organizações da sociedade (RODRÍGUEZ, 2005).

3.3.3 Territorialidade

Em vista dos elementos apresentados, percebe-se, na horizontalidade dos processos e empoderamento dos atores sociais, condições necessárias para que o desenvolvimento possa ser sustentável a longo prazo. Entretanto, é inviável tal modelo em grandes dimensões geográficas

Nessa linha, passa-se a pensar na idéia de desenvolvimento local, ou seja, na regionalização das políticas sociais, na qual, a função do governo não é mais a de resolver os problemas da população, mas estimular e incentivar as comunidades a se mobilizarem para que elas desenvolvam suas potencialidades e vocações e, a partir daí, resolvam os seus problemas.

Esse motivo nos leva a crer que o país necessita de organizações intermediárias que estejam além dos limites municipais, mas inferiores aos próprios Estados, que possibilitem a construção conjunta de projetos estratégicos e ao alcance da real participação dos grupos sociais participantes (BEDUSCHI FILHO; ABRAMOVAY, 2003).

Dessa forma, a discussão sobre desenvolvimento incorpora também os conceitos de localidade e territorialidade. A questão da territorialidade no Brasil, até hoje, limitou-se a servir de base à redistribuição de recursos para as localidades em função de desequilíbrios

existentes entre as regiões e promoção de incentivos à atividade econômica de grandes empreendimentos.

Percebe-se, a partir da visão de Beduschi Filho e Abramovay (2003), que o conceito de território vai muito além do aspecto meramente espacial e geográfico, vai até as características da sociedade que se assenta sobre um determinado espaço físico, envolvendo a própria identidade dos indivíduos e dos grupos sociais.

O território é um complexo sistema multidimensional cuja interconexão entre suas várias dimensões conduz à definição de múltiplas referências (observar Quadro 3.5) a serem utilizadas em termos de planejamento e gestão do desenvolvimento. Ao conceber o território como unidade de planejamento e gestão do desenvolvimento, abre-se a possibilidade de visualizar as complexas demandas dos assentamentos humanos mediante políticas e estratégias que trabalhem adequadamente os recursos econômicos, culturais e ambientais que fomentam a integridade do território (RODRÍGUEZ, 2005).

Quadro 3.5 - Multidimensionalidade do território

Sistema complexo					
Dimensão Político-Institucional	Dimensão Sócio-demográfica	Dimensão Econômico-produtiva	Dimensão Ecológica	Dimensão Cultura, história e tradição	
Estrutura Político-administrativa	Distribuição espacial da população	Circuitos produtivos, fluxos e mercados, distritos, clusters e encadeamentos	Ecossistemas, bacias hidrográficas	Etnias, línguas, religiões, redes sociais	Territorialidade e identidade

Fonte: Adaptada de Perico apud Rodriguez (2005).

Para tanto, é necessário desenvolver o que chamamos de capacidades territoriais, que seriam as qualidades necessárias para que o território funcione como catalisador das demais variáveis, auxiliando, dessa forma, no processo de desenvolvimento.

Dentre as várias capacidades territoriais, destacamos como fundamentalmente importantes para o desenvolvimento, os seguintes itens, que podem ser acompanhados no Quadro 3.6:

- a) Conjugação dos interesses da Sociedade, do Estado e do Mercado entre os participantes deste território;
- b) difusão de uma cultura empresarial, importante para o desenvolvimento das atividades produtivas locais, principalmente para os pequenos empresários e empreendimentos sociais (associações e cooperativas);
- c) incorporação da questão da sustentabilidade nas operações produtivas, buscando as melhores alternativas de longo prazo e que venham de encontro aos interesses das gerações futuras, garantindo tanto a sustentabilidade ambiental como social;
- d) buscar a realização do potencial de desenvolvimento endógeno, impulsionando a utilização de capacidades latentes e ainda não exploradas, principalmente por meio de arranjos produtivos baseados no território e
- e) favorecer as médias e pequenas empresas adotando critérios de rentabilidade social e de geração e emprego para a concessão de benefícios.

Quadro 3.6 – Formação de Capacidades Territoriais

Fonte: elaborado pelo autor

Nesse sentido, a existência de determinadas variáveis, como podemos observar no modelo de causa e efeito apresentado no Quadro 3.6, tornam-se necessárias para se atingir tais capacidades territoriais. Os territórios devem, portanto, ser delimitados e organizados a fim de favorecer seu desenvolvimento produtivo, por meio da existência de tais capacidades territoriais.

3.3.4 Cidadania

A participação é um instrumento fundamental no sentido de promover a articulação entre os atores sociais, com o fortalecimento da coesão da comunidade e com a melhoria da qualidade das decisões, tornando mais fácil atingir objetivos comuns (SOUZA, M. L., 1999).

Por outro lado, é importante destacar que a participação supõe um processo em que as sociedades civil e econômica, cultural e política tenham tomado uma decisão em conjunto.

Assim, sua estrutura consiste na relação estável desses elementos (BUARQUE, 2001).

Cabe ressaltar que os métodos participativos não podem ser vistos como infalíveis e capazes de solucionar adequadamente todos os tipos problemas. Quando um indivíduo não consegue satisfazer suas necessidades em sua própria comunidade, restam-lhe algumas opções, como reunir os amigos próximos e vizinhos e debater o problema para buscar, em conjunto, uma solução, ou esperar até que o governo venha suprir a necessidade (SOUZA, M. L., 1999).

Os processos participativos são aqueles que promovem a atuação do indivíduo em todos os sentidos, porque nesta ele deposita sua própria condição de vitalidade e não naqueles em que apenas se assegura a oportunidade da participação. Isto quer dizer que devemos acreditar muito mais nas pessoas do que estamos acostumados, possibilitando e condicionando sua participação qualitativa e não apenas quantitativa (CASTILHOS, 2002; MARTINS, 2004; SINGER, 2002).

Quadro 3.7 – Formação de Cidadania

Fonte: elaborado pelo autor

3.3.5 A sustentabilidade

O caráter da sustentabilidade associa-se à discussão sobre desenvolvimento, pois se percebe que é importante vincular ao tema do desenvolvimento econômico a questão do meio ambiente (VEIGA, 2006).

A idéia de desenvolvimento sustentável está focada na necessidade de promover o desenvolvimento econômico satisfazendo os interesses da geração presente, sem, contudo, comprometer a geração futura (COMISSÃO, 1991).

Ainda no início dos anos 1990, sem que se tivesse assimilado totalmente os conceitos de desenvolvimento humano propostos pela ONU, foi lançado o conceito de desenvolvimento sustentável, o qual desejava que o processo de desenvolvimento ocorresse sem que se prejudicasse o meio-ambiente (VEIGA, 2005b, 2006).

A preocupação com a saúde do meio-ambiente, documentada na Agenda 21, firmada na Rio-92, deixa claro que é necessário que o desenvolvimento desejado deve ser aquele alcançado sem comprometer a sobrevivência das próximas gerações, através da utilização responsável dos recursos naturais disponíveis, mantendo-se, dessa forma, a capacidade produtiva e de produzir bem estar para as gerações futuras.

É importante compreender que a evolução da sociedade e da economia só ocorre via transformação do mundo natural, que é adaptado às necessidades humanas. O desenvolvimento sustentável, dessa forma, não pode ser encarado simplesmente como um processo que consiga manter-se por longo prazo, racionando os estoques de recursos naturais, mas que, efetivamente, busque as transformações necessárias à vida humana, sem que se comprometa a existência do meio ambiente no futuro.

Para alguns autores, a questão da sustentabilidade não deve se limitar somente à questão ecológica, ambiental, muito mais que isso, as sociedades devem procurar manter nos territórios um padrão de organização, um sistema que possua a capacidade de se auto-organizar, de se reproduzir e de autocriar as condições para sua continuidade. A sustentabilidade deve passar por todas as dimensões da vida humana, e não somente a ambiental. Ou seja, o desenvolvimento sustentável deve conferir às comunidades características de organizações em rede, dotadas de qualidades, como interdependência, reciclagem, parceria, flexibilidade e diversidade (FRANCO, 2002).

Quadro 3.8 – Formação de condições de Sustentabilidade

Fonte: elaborado pelo autor

3.4 Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável

Partindo dos pressupostos da relevância da formação e do desenvolvimento do capital humano e do capital social nas localidades, pode-se considerar que os processos de

organização social e relações cívicas constituem a pedra angular dos processos de desenvolvimento, que almejam crescimento equilibrado e sustentado a longo prazo (PASSADOR, 2003).

O caráter endógeno do desenvolvimento local sugere que os fatores que estabelecem o progresso estão enraizados na própria região. Todas as potencialidades existentes, sejam naturais, humanas ou sociais, devem constituir a base do processo de mudança. Somente dessa forma, ou seja, sustentando-se na cultura regional, é possível motivar os agentes locais, introduzir novos conceitos e incorporar inovações sem entrar em conflito direto com a base sócio-cultural da região (FRANCO, 2002; MORIN, 2001; VÁZQUEZ BARQUERO, 1988).

A cultura regional, desta forma, insere-se como um elemento-chave nesta abordagem do desenvolvimento. Os valores construídos a partir da evolução social de cada espaço regional delimitam a trajetória de crescimento de cada região a longo prazo (PASSADOR, 2003).

É necessário, portanto, que experiências de desenvolvimento tenham caráter regional em que seja perceptível a existência de uma identidade, um fator de coesão do tecido social (FRANCO, 2002).

Apesar da predominância dos projetos centralizadores e autoritários, a valorização do local como instância privilegiada para planejar e executar políticas públicas tem origens na década de 1970.

O desenvolvimento local deve vir da base da sociedade. As decisões que afetarão a vida de toda a comunidade não devem ser originadas nos meios restritos dos governantes ou elites econômicas, mas, sim, oriundas da sociedade civil a partir de um processo de construção coletiva. Esse processo cria um potencial para que o efeito econômico dessas experiências chegue à esfera política e produza um ciclo de crescimento que contrarie as lógicas de exclusão social (SACHS, 2004; SOUZA, M. L., 1999; VEIGA, 2005a).

Desenvolvimento local nada mais é do que a articulação de vários atores sociais, culturais, políticos, econômicos, públicos ou privados, existentes em um território, que, juntos, trabalham na construção de um planejamento estratégico que oriente suas ações a longo prazo. Portanto, não se trata apenas de políticas públicas, mas de uma nova cultura de ações voltadas para a construção de um objetivo em comum (PECI, 1999; VEIGA 2001).

A incorporação dos conceitos de territorialidade, formação de capital social e sustentabilidade é compartilhada por muitos autores, que definem esta nova forma de pensar em desenvolvimento como DLIS - Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável.

Algumas definições e bases metodológicas desta nova concepção, foi eficientemente apresentada por Moura *et al* (2002), conforme pode ser acompanhado no Quadro 3.9, a seguir:

Quadro 3.9 - Concepções de desenvolvimento local

Concepção	Organismo Difusor	Definição	Bases Metodológicas
Desenvolvimento Local Sustentável (DLS)	PNUD e SUDENE	Processo que se preocupa, essencialmente, com a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar da população local, a conservação do meio ambiente e a participação ativa, organizada e democrática da população, de forma consciente, para que possa, por si própria, garantir sua sustentabilidade e continuidade do processo (Couto, 2000).	<ul style="list-style-type: none"> o Organização social (geração de capital social). o Empreendedorismo (criatividade e competências coletivas e individuais vinculadas às oportunidades e à vocação local). o Gestão social (sociedade deve gerir seus recursos de forma participativa e responsável, identificar seus problemas e gerar soluções). o Parcerias e articulação das instituições públicas. o Capacitação/educação para a melhoria dos níveis educacionais e da capacidade produtiva. o Comunicação e informação permanentes.
	GTZ (Programa Prorenda)	Processo de melhoria da qualidade de vida que depende de uma complexa, demorada e contínua interação entre os fatores econômicos, políticos, sociais e culturais para acontecer, e da lenta e gradual formação do capital social (Brose, 2000).	<ul style="list-style-type: none"> o Inclusão social. o Fortalecimento da economia local. o Inovação na gestão pública. o Gestão ambiental e uso racional de recursos. o Mobilização social (ativa participação cidadã).
Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS)	Governo Federal (Programa Comunidade Ativa)	Forma de promoção de desenvolvimento focada na sustentabilidade das comunidades, capazes de: suprir suas necessidades imediatas; diagnosticar e incentivar suas vocações locais e fomentar o intercâmbio externo tendo em vista suas vocações (Comunidade Ativa, 1999).	<ul style="list-style-type: none"> o Parcerias entre Estado e Sociedade. o Ações multisetoriais integradas convergentes. o Capacitação para a gestão. o Diagnóstico e planejamento participativos. o Articulação da oferta pública de programas com a demanda social local. o Monitoramento e avaliação. o Fomento ao empreendedorismo.

Fonte: Moura *et al.* (2002)

Nesse sentido, o DLIS - Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, é uma evolução sobre o pensamento de Desenvolvimento Local, descrito como uma forma de desenvolvimento focada na sustentabilidade das comunidades, capazes de suprir suas necessidades imediatas, diagnosticar e incentivar suas vocações locais e fomentar o intercâmbio externo, tendo em vista suas vocações (MOURA et al, 2002).

Ou ainda, DLIS pode ser definido como uma forma de indução ao desenvolvimento que utiliza a participação popular e mobiliza recursos da sociedade civil em parceria com o

Estado e o mercado. Tal método passa pelo diagnóstico da situação de cada local, que identifica suas necessidades específicas, suas potencialidades, escolhe suas vocações e prepara os planos integrados de desenvolvimento (FRANCO, 2002).

É preciso enfatizar programas de desenvolvimento que implementem tecnologias sociais, de organizações comunitárias e não-governamentais alternativas e novas formas de auto-gestão e ação coletiva (GOMIDE, 2003).

Na medida em que a governabilidade de um ator sobre determinado problema está definida como a capacidade de atuar sobre ele e modificá-lo, deve-se definir as escalas territoriais para diferenciar atores, estratégias e a relação com a área determinada.

Diante do exposto, percebe-se que o conceito de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável é totalmente dependente da participação da sociedade civil. É necessário que a população assuma sua condição de cidadãos e participem ativamente da construção do futuro de suas comunidades.

Ou seja, o desenvolvimento depende, claramente, de fatores que vão além da disponibilidade de recursos físicos (mão-de-obra, capital financeiro e tecnologia) englobam fatores endógenos, como capital social, capital humano, conhecimento, pesquisa, instituições, que formam as características territoriais e definem o potencial de desenvolvimento das localidades (FRANCO, 2002).

O Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável torna-se, então, um dos caminhos possíveis para realizar essa nova concepção de desenvolvimento em comunidades reais, que vivem hoje em localidades pobres do interior do Brasil e de outros países.

De forma muito interessante, Franco (2002) coloca que o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável é uma estratégia de desconstrução da cultura pública vigente, pois tal cultura possui as seguintes características que devem ser modificadas:

1. a cultura pública vigente dissolve a criatividade e a inovação;

2. desestimula o enfrentamento coletivo dos problemas comuns, transformando as pessoas em beneficiárias passivas de programas assistenciais que já vêm prontos;
3. substitui a cooperação que alavanca recursos da própria comunidade pela competição por recursos de fora, que serão conseguidos por algum benfeitor e oferecidos em troca de algum tipo de apoio;
4. impede que essa cooperação amplie-se e se reproduza socialmente, alimentando a desconfiança entre as pessoas;
5. verticaliza as relações e desestimula as conexões horizontais entre pessoas, grupos e organizações, isolando-os, deixando-os à mercê de favores de algum político poderoso;
6. exclui as pessoas das decisões e as impede de participarem dos assuntos políticos que dizem respeito aos destinos da comunidade.

Portanto, o Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável deve incentivar práticas contrárias às listadas, favorecendo a cooperação às redes e à participação democrática.

Um programa ou projeto de desenvolvimento local busca a ampliação de discussões, nas quais, todos os setores da sociedade possam participar para que consigam atingir um patamar mínimo de renda e qualidade de vida. Dentro desse processo, os atores sociais constroem uma visão coletiva da realidade local e de todo o contexto, dirigindo-se para um futuro desejado e visualizando as ações necessárias para alcançá-lo (BUARQUE, 2001).

4 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO

A avaliação das políticas públicas deve ter como objetivo a melhoria dos processos de gestão do Estado, buscando, através de seus resultados, uma maior efetividade das ações, de forma a proporcionar um melhor equilíbrio das conveniências sociais, além de conceder uma maior visibilidade ao processamento de políticas públicas, aumentando, dessa forma, o reconhecimento de seus propósitos e eficácia (SILVA; COSTA, 2002).

A essência das políticas públicas de desenvolvimento, que pretendem aumentar os níveis de desenvolvimento humano e social, consiste no envolvimento e participação dos diversos atores que formam a comunidade na formulação e gestão dos programas a serem implantados. Dessa forma, tal participação passa pela avaliação das atividades dos programas e dos resultados alcançados, conferindo maior efetividade e democratização do poder local (TAVARES, 2005).

Assim, vemos que é importante que as atividades de avaliação também ocorram em espaços locais, pois proporcionam à tal população refletir sobre que desenvolvimento vem sendo alcançado com as políticas implementadas e qual o padrão de desenvolvimento desejado. Isso proporcionaria maior retidão na gestão pública, garantindo a continuidade dos efeitos benéficos e realinhando as variáveis fora da orientação desejada (TAVARES, 2005).

A avaliação de políticas públicas deve ser observada de forma prudente e sensata e deve-se diferenciar a avaliação política, a avaliação de uma dada política pública e a análise de políticas públicas. Avaliação política diz respeito à análise dos critérios que fundamentam determinada política, os fatores que determinam a preferência da política analisada em relação a outras; já a avaliação de uma dada política pública busca relacionar as práticas da política avaliada com os resultados alcançados, como forma de verificar a influência da política nos

resultados alcançados; e a análise das políticas públicas, que deve investigar as relações entre os aspectos básicos de construção dos programas com os aspectos institucionais que o suportam (TAVARES, 2005; FISCHER, 2002).

Arretche distingue ainda três critérios de avaliação de políticas públicas: a eficácia, a eficiência e a efetividade.

A eficácia se relaciona com os fins, as metas e as realizações. Ou seja, a eficácia está relacionada com os resultados efetivamente alcançados pelos programas em relação ao que ele se propôs alcançar.

Quanto à eficiência, pode-se dizer que esta se relaciona com os meios, ou seja, o esforço e investimentos exigidos para se alcançar determinados objetivos.

Já a efetividade consiste em relacionar os objetivos definidos na proposição de um determinado programa com os resultados alcançados.

A avaliação de políticas públicas ainda é um desafio aos pesquisadores, no sentido de criar e implementar metodologias que garantam retidão e sustentabilidade do desenvolvimento, de forma a certificar que os resultados alcançados sejam aqueles realmente desejados pela sociedade atual e pelas sociedades formadas pelas gerações futuras (TAVARES, 2005). Todavia, boa parte das variáveis analisadas são qualitativas e, apesar das tentativas, não há como medir.

4.1 Avaliação da eficiência de gastos públicos

Da mesma forma que a adoção de políticas de desenvolvimento se fazem necessárias e esperadas pela população, a forma como o Estado vai financiar e gerenciar os recursos financeiros dos programas tem preocupado muitos estudiosos que se concentram na questão

de avaliação das políticas públicas, mais especificamente, sobre a avaliação da eficiência do gasto público. Tal preocupação visa responder a perguntas como: - seria possível obter o mesmo resultado utilizando menos recursos? Ou, se o volume de investimentos aplicados for maior, o resultado necessariamente será maior?

Bresser-Pereira (1998) fala do novo modelo de Estado que surge na década de 1990 como o resultado de profundas reformas. Este novo estado desempenhará as funções que o mercado não é capaz de desempenhar, cujo objetivo é construir um Estado que responda às necessidades de seus cidadãos. Neste ponto, já é possível entender que a avaliação da eficiência dos gastos públicos é um assunto complexo, pois dependerá de muitos outros fatores, não somente o econômico, caso contrário, não haveria gasto público, pois a iniciativa privada, visualizando retorno financeiro, encarregar-se-ia de produzir e satisfazer a necessidade do cidadão.

Cândido Jr. (2001) lembra a hipótese de Wagner (1890) sobre a Lei dos Dispendios públicos Crescentes, cujo crescimento da renda *per capita* (ou o desenvolvimento econômico em termos gerais) exige a participação, cada vez maior, do governo na oferta de bens públicos. Essa hipótese estaria baseada nos seguintes aspectos:

- a) Os bens públicos, como parques, equipamentos escolares e hospitalares, estradas, teriam maior demanda com o aumento da renda da população.
- b) Mudanças demográficas, como a redução da taxa de mortalidade, exige dos países maiores gastos com a população idosa.
- c) Países com população jovem e população crescente necessitam de maiores dispendios em educação (formação do capital humano).

Percebe-se a existência de uma forte relação entre investimentos em infra-estrutura e aumento do produto interno bruto, podendo ser utilizado como fator para avaliação dos gastos públicos (CÂNDIDO JR., 2001).

Entretanto, certos fatores dificultam a avaliação, como os programas do governo são formulados de maneira genérica, abrangem um grande número de objetivos ao mesmo tempo dificultando avaliar se um determinado resultado é melhor ou pior que outro, se deixou de atender alguns objetivos apesar de ter alcançado outros. Tal multiplicidade de objetivos envolvidos cria obstáculos críticos para avaliações de eficácia, quer estas contemplem dimensões diretamente pertinentes aos programas quer sejam formuladas a partir de critérios e funções de bem-estar social de maior amplitude (MARINHO; FAÇANHA, 2001)

Como a avaliação pressupõe comparação, os resultados costumam ser antecidos por procedimentos, normas, estratégias, inclusive e principalmente emergentes, que permitem antever novos resultados, e realizações básicas a serem levadas em conta pela avaliação, em adição aos produtos finais e aos recursos iniciais. Como já se notou, ser *efetivo*, antes de ser eficiente e eficaz (MARINHO; FAÇANHA, 2001).

A efetividade dos programas diz respeito à implementação e ao aprimoramento de objetivos, independentemente das insuficiências de orientação e das falhas de especificação rigorosa dos objetivos iniciais declarados do programa. Para Marinho e Façanha (2001) as organizações alcançam maior efetividade quando seus critérios decisórios e suas realizações apontam para a permanência, estruturam objetivos concretos e constroem regras de conduta confiáveis e dotadas de credibilidade para quem integra a organização e para seu ambiente de atuação.

Sobre eficiência, os autores referem-se a considerações sobre a relação custo versus benefício dos programas. Entretanto, pesa a complexidade da análise dos benefícios desejados; já a eficácia diz respeito à capacidade dos programas produzirem os efeitos desejados (MARINHO; FAÇANHA, 2001).

Ou seja, é importante reconhecer que a efetividade e a eficiência dos programas são ingredientes indispensáveis da eficácia, inclusive, para fins de conhecimento dos resultados

pretendidos. Dessa forma, as políticas somente serão eficazes se forem, antes, efetivas e eficientes e os objetivos pretendidos dos programas forem alcançados.

Além das questões de diversidade de objetivos, também temos a questão do tempo necessário para que os benefícios sejam percebidos. Por exemplo, gastos públicos com educação e saúde podem ser percebidos rapidamente, mas seus resultados só poderão ser avaliados ao longo do tempo, pois são gastos que influenciarão o desenvolvimento por vários anos (GOMES; PAGNANI, 2000).

Observa-se, então, que a avaliação da eficiência dos gastos públicos depende de critérios subjetivos, ao contrário das empresas, que, na maior parte dos casos, têm critérios mais objetivos, pois apesar de as empresas privadas desempenharem diversas tarefas, seu desempenho pode ser determinado por critérios financeiros (GOMES; PAGNANI, 2001).

Dessa forma, poder-se-ia dizer que a eficiência do gasto público está na capacidade de o gasto modificar uma determinada realidade, produzindo efeitos em todos os aspectos desejados quando do planejamento público.

Poderia ser dito, portanto, que o gasto eficiente é aquele gasto que se mostra indispensável para que as mudanças desejadas ocorressem, ou seja, o fenômeno esperado não ocorreria de forma alguma se não houvesse o dispêndio de capital público.

4.2 Indicadores de desenvolvimento

Para o professor paquistanês Mahbud ul Haq, um dos maiores obstáculos à disseminação ao estudo mais aprofundado do desenvolvimento, em seu sentido mais completo, era a inexistência de um indicador que o pudesse medir de forma simples. Até então, o desenvolvimento ainda era visto unicamente como consequência do crescimento

econômico e, assim, a medida comum era o Produto Interno Bruto (PIB) per capita de uma população (PNUD, 2006; VEIGA, 2005a).

Mahbud ul Haq, então, propõe a criação de um índice específico para medir o desenvolvimento, porém, inicialmente, tem sua idéia questionada por muitos que a viam como ingenuidade. Mesmo enfrentando a oposição de pensadores como Amantya Sem, Mahbud ul Haq acreditava que, apesar da simplicidade de seu objetivo, frente à complexidade do desenvolvimento com sua enorme gama de variáveis, muitas delas totalmente subjetivas e imensuráveis e não representando completamente a realidade de um país, um indicador que comportasse outras dimensões além da econômica seria mais adequado que o inconveniente PIB (PNUD, 2006; VEIGA, 2005a).

Devo reconhecer que não via no início muito mérito no IDH em si, embora tivesse tido o privilégio de ajudar a idealizá-lo. A princípio, demonstrei bastante ceticismo ao criador do Relatório de Desenvolvimento Humano, Mahbud ul Haq, sobre a tentativa de focalizar, em um índice bruto deste tipo - apenas um número -, a realidade complexa do desenvolvimento e da privação humanos. (...) Mas, após a primeira hesitação, Mahbud convenceu-se de que a hegemonia do PIB (índice demasiadamente utilizado e valorizado que ele queria suplantará) não seria quebrada por nenhum conjunto de tabelas. As pessoas olhariam para elas com respeito, disse ele, mas quando chegasse a hora de utilizar uma medida sucinta de desenvolvimento, recorreriam ao pouco atraente PIB, pois apesar de bruto era conveniente. (...) Devo admitir que Mahbud entendeu isso muito bem. E estou muito contente por não termos conseguido desviá-lo de sua busca por uma medida crua. Mediante a utilização habilidosa do poder de atração do IDH, Mahbud conseguiu que os leitores se interessassem pela grande categoria de tabelas sistemáticas e pelas análises críticas detalhadas que fazem parte do Relatório de Desenvolvimento Humano (SEN *apud* PNUD, 2006).

Para Mahbud ul Haq, apesar da sua simplicidade, o indicador atrairia as pessoas para a necessidade de uma maior atenção aos aspectos humanos e sociais do desenvolvimento e demonstraria a fragilidade do PIB como medida de desenvolvimento.

Sen aceita colaborar com o projeto e da concepção comum de que só existe desenvolvimento quando há, simultaneamente ao crescimento, desenvolvimento humano e social, desenvolvem o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, hoje legitimado pela larga utilização em todo o mundo (PNUD, 2006; VEIGA, 2005a).

Calculado a partir de três dimensões básicas, renda, educação e longevidade, produz como resultado um índice que varia de zero a um. Publicado pela primeira vez em 1990, tornou-se referência mundial e acabou determinando a criação de indicadores derivados, como o IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, publicado no Brasil a partir dos dados dos censos populacionais do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNUD, 2006; VEIGA, 2005a).

Basicamente, o IDH consiste em uma média simples de três índices sintéticos parciais, o IDH – Longevidade, o IDH Educação e o IDH Renda. Cada indicador é encontrado através de uma fórmula geral básica “ **$I-x = (\text{valor observado de } x - \text{pior valor}) / (\text{melhor valor} - \text{pior valor})$** ”, cujos os valores observados devem se situar entre os valores máximos e mínimos (maior valor e pior valor), de tal forma que, quando o valor observado se aproxima do melhor valor, o índice é próximo a 1 e vice-versa (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1998).

Quadro 4.1 – Construção do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Dimensões/Indicadores	Parâmetro para cálculo dos índices			
	Limites dos indicadores		Pesos nos índices-síntese	
	melhor	pior	IDH na dimensão	no índice
Renda	1	0	1	1/3
. Renda familiar <i>per capita</i> média (em sal. mín. de set/91)	-	-	-	-
-> Renda familiar <i>per capita</i> média ajustada (sal.mín.de set/91)	1,364	0,050	1	1/3
Educação	1	0	1	1/3
. Taxa de analfabetismo (%)	0	100	2/3	2/9
. Número médio de anos de estudo (anos)	15	0	1/3	1/9
Longevidade	1	0	1	1/3
. Esperança de vida ao nascer (anos)	85	25	1	1/3
. Taxa de mortalidade infantil (por mil)	0	320	-	-

Fonte: Adaptado de FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (1998)

Conforme podemos verificar no quadro 4.1, dentro de cada dimensão, são aplicados pesos a cada um dos indicadores que a compõem, chegando a um índice sintético da

dimensão. Em seguida, aplica-se o peso de cada dimensão na construção do indicador sintético geral, sendo que, no caso do IDH, as três dimensões que o compõem têm o mesmo peso, cujo resultado é o valor correspondente ao Índice de Desenvolvimento Humano (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1998).

Embora legitimado por sua larga utilização há quinze anos, o IDH é um indicador pobre e sofre de sérias limitações. Seu principal defeito está no fato de ele resultar da média aritmética das três dimensões principais (longevidade, educação e renda), faltando várias outras dimensões importantes para o conceito de desenvolvimento, ou mesmo, a qualidade da distribuição das variáveis contempladas pelo índice. Como este provém da média aritmética, o indicador utiliza a renda média de uma população, mas não vê como se dá a distribuição desta renda. Uma renda média alta pode estar concentrada em pequeno grupo sem que o cálculo do indicador consiga perceber isto (VEIGA, 2005a)

Motivados pela deficiência do IDH em mostrar adequadamente a complexidade do desenvolvimento, diversos pesquisadores têm procurado modos alternativos de demonstrar o desenvolvimento de maneira mais objetiva. Dentre as várias iniciativas, cabe destacar o projeto do DNA-Brasil, formulado pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP), da Unicamp.

Apesar de ser chamado de índice, o DNA, na realidade, é uma representação gráfica em forma de uma estrela de sete pontas, representando sete dimensões diferentes (bem-estar, econômico, competitividade econômica, condições sócio-ambientais, educação, saúde, proteção social básica e coesão social), que englobam 24 indicadores diferentes (VEIGA, 2006; NEPP, 2004).

O DNA parte do princípio de medir o desenvolvimento a partir da comparação dos indicadores de duas localidades, no caso, as comparações são realizadas em relação à situação

da Espanha. Assim, as pontas e ângulos do gráfico representam quão afastados estão o Brasil e a Espanha em cada uma das dimensões analisadas (VEIGA, 2006; NEPP, 2004).

Segundo o NEPP (2004) – Núcleo de Estudos de Políticas Públicas, a decisão de construir o índice por meio da comparação com a Espanha não pressupõe que este país deva ser considerado o modelo a ser seguido. Na realidade, tal decisão é devida à “disponibilidade de informação para a maioria dos indicadores e pela percepção de que aquele país alcançou, em curto período, altos índices de progresso econômico e social”.

O que levou o NEPP a formular um indicador gráfico, ao invés de um único índice sintético, foi criar a possibilidade de estabelecer uma mobilização nacional em torno da questão de desenvolvimento, possibilitando a identificação das dimensões problemáticas e proporcionando aos administradores públicos a possibilidade de propor políticas ou gerenciar as ações de forma mais acertada (VEIGA, 2006).

A partir da revisão teórica sobre avaliação de políticas públicas, é certo que existe uma necessidade premente, por meios de controle e avaliação das ações estatais, que favoreçam o controle e a gestão dos empreendimentos públicos.

Para continuidade da pesquisa, cabe comparar os conceitos encontrados na revisão teórica com a situação real do estudo de caso e averiguar, a partir de tais informações, se é possível responder à questão de pesquisa desta dissertação. Para tanto, o próximo capítulo trará uma breve discussão sobre a metodologia que será empregada na execução da pesquisa de campo.

5 METODOLOGIA

5.1 Tipo de pesquisa

Devido à complexidade e subjetividade dos conceitos envolvidos na pesquisa, serão utilizadas as abordagens qualitativa e quantitativa simultaneamente, como forma de ampliar o entendimento e a compreensão das características do fenômeno do desenvolvimento, em toda sua amplitude, conforme apresentada ao longo do referencial teórico.

Segundo Gil (1987), a pesquisa exploratória presta-se a condução do pesquisador a uma melhor compreensão do problema ao proporcionar maior familiaridade, tornando-o mais explícito e facilitando a construção de hipóteses. Este autor afirma que o objetivo principal deste tipo de pesquisa é o “aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições”.

Tal tipo de pesquisa justifica-se na medida em que não se tem muita informação sobre determinado tema e se deseja conhecer melhor o fenômeno (RICHARDSON, 1999).

Nesse sentido, Ruiz (1992) esclarece que as pesquisas exploratórias constituem o primeiro estágio de toda pesquisa científica e não têm o objetivo de resolver de imediato um problema, mas somente caracterizá-lo.

Dessa forma, a pesquisa realizada pode ser classificada de forma ampla como exploratória, cujo objetivo principal é auxiliar na compreensão dos problemas referentes ao projeto estudado, complementando-o.

Tal escolha proporciona maior interação com o problema, ao tentar identificar e explicar as causas e conseqüências do mesmo (RICHARDSON, 1999).

Dessa maneira, o pesquisador entra em contato com a realidade, levando-o a adquirir mais experiência, além de dar a possibilidade de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos

e idéias existentes, que poderão ser utilizadas na formulação de problemas mais precisos ou de novas hipóteses para trabalhos futuros (GIL, 1987; ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2004).

Assim, não faz parte da preocupação desta pesquisa quantificar o desenvolvimento obtido, mas, através da utilização de informações qualitativas e quantitativas, verificar se houve incremento no desenvolvimento social e humano nas localidades atendidas pelo Projeto Amanhã e se o desenvolvimento obtido deve-se a eventuais contribuições advindas da existência do projeto. Dessa forma, as considerações de natureza quantitativa terão funções meramente secundárias e auxiliares.

5.2 Estratégia e técnicas de pesquisa

O estudo de caso foi adotado como uma estratégia de pesquisa, considerada como meio principal de evidenciar um caso real e realizar a análise intensiva dessa situação particular.

Define-se o estudo de caso como o método que examina o fenômeno de interesse em seu ambiente natural, pela aplicação de diversas metodologias de coleta de dados, visando a obtenção de informações de múltiplas entidades (YIN, 2001).

Para Yin (2001), o estudo de caso é um dos caminhos para a realização de pesquisa de ciência social. E, em geral, estudos de caso são as estratégias preferidas quando as questões "como" ou "por que" estão presentes, quando o investigador tem um pequeno controle sobre os eventos, e quando o foco é no fenômeno contemporâneo entre alguns contextos na vida real. O estudo de caso e os experimentos não representam uma "prova", a meta do investigador é expandir e generalizar (generalização analítica) e não enumerar frequências

(generalização estatística).

Pode-se dizer também que o estudo de caso busca investigar fenômenos atuais dentro de um cenário da vida real, quando os limites entre fenômeno e contexto não são muito claros e são utilizadas múltiplas fontes de evidência. Inclusive, a possibilidade de se usarem várias fontes de evidência é considerada uma das principais particularidades da pesquisa baseada em estudos de caso (YIN, 2001).

Além disso, a técnica do estudo de caso, ao estudar de forma detalhada e profunda um objeto, pode levar a um conhecimento detalhado do evento, tarefa praticamente impossível com o uso de outras técnicas (GIL, 2002).

Apesar de considerado durante muito tempo como uma técnica de estudo pouco rigorosa, hoje considera-se como ideal para o estudo dos fenômenos cotidianos cujos limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidos (GIL, 2002).

Gil (2002) elenca os principais motivos que justificam e determinam a utilização da técnica do estudo de caso na pesquisa.

- explorar situações reais, cujos limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidos;
- manter o caráter unitário do objeto de estudo;
- descrever o contexto no qual acontece a investigação;
- formular hipóteses e desenvolver teorias;
- explicar as variáveis causas em situações complexas que impossibilitem levantamentos e experimentos.

O estudo de caso em questão analisará o Projeto Amanhã, coordenado pela CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, empresa pública, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, que tem como objetivo buscar o desenvolvimento das comunidades inseridas em sua área de atuação, por meio do

aproveitamento dos recursos de água e solo dos vales dos rios São Francisco e Parnaíba, promovendo o desenvolvimento social, humano e econômico, principalmente, através do incentivo de projetos agropecuários e agroindustriais.

5.3 Dados

A pesquisa foi realizada a partir do levantamento de fontes de dados primários e secundários, obtidos dos bancos de dados, relatórios de gestão, relatórios do Projeto Amanhã e publicações em geral da CODEVASF. Também foram realizadas entrevistas com os coordenadores do Projeto Amanhã e com beneficiados pelo Projeto nas Superintendências, além de outros bancos de dados públicos que continham elementos indicativos de desenvolvimento.

As entrevistas foram realizadas individualmente, a partir de um roteiro previamente estabelecido, mas as respostas não foram gravadas, sendo realizado registro escrito dos principais aspectos observados. A razão da escolha da não gravação deve-se ao fato de acreditarmos que os prejuízos da técnica seriam menores que as vantagens, pois, gravando, perderíamos muitas informações úteis, haja vista que os respondentes recusar-se-iam a dar uma série de informações que os “comprometeriam”. Sem a gravação, sentiram-se mais livres para falar aquilo em que realmente acreditam.

Seguindo um roteiro prévio de questões, as entrevistas possibilitaram investigar como ocorre a orientação do PAM em relação aos participantes (jovens egressos) e seus familiares, abordando tanto aspectos formais quanto informais, pois, como coloca Rudio (2001), toda experiência imprime-nos um sinal do que aconteceu.

6 A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E PARNAÍBA

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, que tem como objetivo buscar o desenvolvimento das comunidades inseridas em sua área de atuação por meio do aproveitamento dos recursos de água e solo dos vales dos rios São Francisco e Parnaíba, promovendo o desenvolvimento social, humano e econômico, principalmente, através do incentivo de projetos agropecuários e agroindustriais.

Foram verificados bons indicadores de desenvolvimento na região de atuação da empresa e acredita-se que este resultado se deve, boa parte, ao impacto de sua ação na região. As principais conseqüências desses impactos são o aumento da produtividade agrícola, da oferta de alimentos à população e criação de empregos, o que leva a uma maior geração e distribuição de renda. Estes elementos têm contribuído para a consolidação de pólos de desenvolvimento, que indicam um acerto da política governamental na promoção do crescimento social e econômico.

6.1 O Ministério da Integração Nacional - Antecedentes

A então denominada “Secretaria de Estado dos Negócios Interiores do Reino” é considerada como a estrutura administrativa precursora, no Brasil, da Secretaria dos Negócios do Império, que, no primeiro momento da República do Brasil, foi substituída pela Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, a qual, por meio da Lei nº 23, de 10 de outubro de 1891,

teve por objetivo reorganizar os Serviços da Administração Federal, transformada no Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2006).

Na segunda metade do século XX, mais precisamente em 25 de fevereiro de 1967, utilizando-se de um expediente autoritário, instituído pelo golpe militar de março de 1964, o governo edita o Decreto Lei nº 200, que promove uma reorganização profunda na estrutura burocrática do Estado Brasileiro. Um dos aspectos destas mudanças, o desdobramento do então Ministério da Justiça e Negócios Interiores, resultou na criação do Ministério do Interior, acumulando esta pasta, além das atividades da antiga Secretaria do primeiro período republicano, atribuições antes desempenhadas pelo então Ministro Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais, cargo criado pela Lei nº 4344 de 21 de junho de 1964 (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2006).

Após 25 anos de existência, o Ministério do Interior é extinto por força da reforma promovida pelo Governo Fernando Collor, tendo como instrumento legal a Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990. As atribuições do antigo Ministério são divididas entre a criada Secretaria de Desenvolvimento Regional, com a função de “planejar, coordenar, supervisionar e controlar a ação dos órgãos e entidades federais que atuem em programas e projetos de desenvolvimento regional, bem assim articular-se com órgãos congêneres dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”, e o Ministério da Agricultura na questão da Irrigação (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2006).

Em 19 de novembro de 1992, já no governo Itamar Franco, por determinação da Lei nº 8.490, a Secretaria de Desenvolvimento Regional deixava de existir, dando lugar ao Ministério da Integração Regional, cujas atribuições são os projetos de integração regional; desenvolvimento urbano; relação com estados e municípios; irrigação e defesa civil (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2006).

No primeiro mandato como presidente da república, Fernando Henrique Cardoso teve como Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado Luiz Carlos Bresser Pereira, que promoveu ações em grande escala visando, em linhas gerais, implantar uma reforma de estrutura organizacional do Estado, à ação que foi justificada como necessária para adaptar o estado brasileiro à nova realidade que se fazia notar (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2006).

Com a Medida Provisória nº 813, de 1º de janeiro de 1995, transformada em Lei, sob o nº 9649, de 27 de maio de 1998, promovam-se inúmeras mudanças, entre elas, a extinção do Ministério da Integração Regional e a criação da Secretaria Especial de Políticas Regionais, vinculada ao Ministério de Estado do Planejamento e Orçamento, cujas atribuições legais eram a integração dos aspectos regionais das políticas setoriais, inclusive, desenvolvimento urbano; política e controle de aplicação dos fundos constitucionais de desenvolvimento e da defesa civil. Também, a mesma Lei, no Artigo 18, transfere as competências da extinta Secretaria de Irrigação do Ministério da Integração Regional para o Ministério do Meio Ambiente, assim como as competências da Secretaria de relações com Estados, Distrito Federal e Municípios para a Casa Civil da Presidência da República (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2006).

A Medida Provisória nº 1795, de 1º de janeiro de 1999 (que alterou o dispositivo da Lei nº 9.649/98), e o Decreto nº 2.923, de janeiro de 1999, foram transferidas para a Secretaria Especial de Políticas Regionais as competências do MMA, referentes às obras contra as secas e de infra-estrutura hídrica. Pela referida medida provisória, a Secretaria Especial de Políticas Regionais passou a vincular-se à Câmara de Políticas Regionais do Conselho de Governo da Presidência da República e a ela foram vinculadas a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF; a Superintendência do

Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2006).

Em 28 de julho de 1999, foi criado, transferindo-se as competências da Secretaria Especial de Políticas Regionais, o Ministério da Integração Nacional, ao qual, por força do Decreto nº 3.131, de 9 de agosto de 1999, vincularam-se o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF e as Superintendências do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. Essas duas autarquias, por sua vez, extintas com a criação das Agências de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE e da Amazônia - ADA, pela Medida Provisória nº 2.145, de 2 de maio de 2001, que cria, também, os Fundos de Desenvolvimento da Amazônia – FDA e de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE em substituição aos Fundos de Investimentos Regionais (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2006).

6.2 Ministério da Integração Nacional – configuração atual

No governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministério da Integração Nacional - MI, conforme a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, teve a estrutura regimental aprovada pelo Decreto nº 4.649, de 27 de março de 2003, que estabeleceu as seguintes competências para a instituição:

- a) formulação e condução da política de desenvolvimento nacional integrada;
- b) formulação dos planos e programas regionais de desenvolvimento;
- c) estabelecimento de estratégias de integração das economias regionais;

- d) estabelecimento das diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos dos programas de financiamento de que trata a alínea e do inciso I do artigo 159 da Constituição Federal;
- e) estabelecimento das diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste;
- f) estabelecimento de normas para cumprimento dos programas de financiamento dos fundos constitucionais e das programações orçamentárias dos fundos de investimentos regionais;
- g) acompanhamento e avaliação dos programas integrados de desenvolvimento nacional;
- h) defesa civil;
- i) obras contra as secas e de infra-estrutura hídrica;
- j) formulação e condução da política nacional de irrigação;
- k) ordenação territorial;
- l) obras públicas em faixas de fronteiras.

Além disso, o Decreto 4.649, de 27 de março de 2003, também estabelece a estrutura organizacional do Ministério da Integração Nacional, como pode ser observada no Anexo A, composta pelo gabinete do ministro e consultoria jurídica, seis secretarias, onze departamentos, oito órgãos colegiados e, como entidades vinculadas, três autarquias e uma empresa pública, aqui se encaixando a Companhia do Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF (CODEVASF, 2006).

6.3 Antecedentes Históricos da CODEVASF

A história da CODEVASF está associada à importância do rio São Francisco no âmbito do crescimento social e econômico brasileiro. A Constituição de 1946 reconheceu a importância do rio ao inserir o Ato das Disposições Transitórias o artigo 29, que determinou a execução de um plano de aproveitamento das possibilidades econômicas do São Francisco e seus afluentes, num prazo de 20 anos, aplicando-se quantia anual não inferior a 1% da renda tributária da União (CODEVASF, 2006).

Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946 no artigo 29º do Ato das disposições transitórias:

“O Governo federal fica obrigado, dentro do prazo de vinte anos, a contar da data da promulgação desta Constituição, a traçar e executar um plano de aproveitamento total das possibilidades econômicas do rio São Francisco e seus afluentes, no qual aplicará, anualmente, quantia não inferior a um por cento de suas rendas tributárias” (BRASIL, 1946).

Em decorrência deste ato, nasceu a Comissão do Vale do São Francisco - CVSF criada pela Lei nº 541, de 15 de dezembro de 1948, que atuou durante os 20 anos estabelecidos pela Constituição. Para sucedê-la, foi criada, em 28 de fevereiro de 1967, pelo Decreto-Lei nº 292, a Superintendência do Vale do São Francisco - SUVALE, autarquia vinculada ao extinto Ministério do Interior (CODEVASF, 2006).

Em 16 de julho de 1974, através da Lei nº 6.088, para suceder a SUVALE foi criada a CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, atualmente vinculada ao Ministério da Integração Nacional, com sede e foro no Distrito Federal. Destinada a promover o desenvolvimento da região, utilizando a princípio a irrigação como força propulsora, atuava, inicialmente, nos Estados de Alagoas, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Sergipe e parte do Distrito Federal, perfazendo, aproximadamente, 640 mil km² do Vale (CODEVASF, 2006).

Posteriormente, em 06 de janeiro de 2000, conforme a Lei nº 9.954, a CODEVASF passou a atuar também, no vale do rio Parnaíba, numa área de aproximadamente 330 mil km², abrangendo os Estados do Maranhão e Piauí. Atualmente, a empresa possui uma área de atuação de quase 1 milhão de quilômetros quadrados (970 mil km²), que corresponde a quase 12% do território nacional (CODEVASF, 2006).

Todas as iniciativas da empresa visam à geração de emprego e renda, à redução dos fluxos migratórios, dos efeitos econômicos e sociais de secas e inundações frequentes e, ainda, à preservação dos recursos naturais dos rios São Francisco e Parnaíba, com o objetivo maior de melhorar a qualidade de vida dos habitantes dessas regiões (CODEVASF, 2006).

6.4 Missão, objetivos e metas da companhia

Conforme apresentado pela própria empresa, a missão da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba é “promover o desenvolvimento das bacias dos rios São Francisco e Parnaíba com a utilização sustentável dos recursos naturais e estruturação de atividades produtivas para a inclusão econômica e social” (CODEVASF, 2006).

Para tanto, suas ações fundamentam-se em princípios que buscam uma maior eficácia no desempenho das atividades estatais, assim como maior estabilidade aos investimentos dos agentes privados, observando as seguintes diretrizes principais:

- diminuição das desigualdades intra-regionais;
- aumento da oferta de empregos produtivos estáveis, a uma taxa compatível com a reversão do processo migratório regional;
- melhoria dos níveis de renda e das condições de vida da população regional;

- criação de excedentes de produtos agropecuários e pesqueiros, com vistas a contribuir para a satisfação das demandas;
- redução dos efeitos econômicos e sociais das inundações e das secas periódicas; e
- compatibilização do uso e preservação de recursos naturais, bem como a preservação da fauna dos rios São Francisco e Parnaíba.

6.5 Área de atuação

A área de atuação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba – CODEVASF abrange a quase totalidade da área das bacias hidrográficas do São Francisco e do Parnaíba, exceto por uma pequena área do Estado do Ceará, como poderá ser melhor observada nas próximas seções.

6.5.1 Vale do São Francisco

O Rio São Francisco, com seus 2.700 Km de extensão, é o rio mais importante da região nordeste do Brasil. Ele nasce na Serra da Canastra, no Sudoeste de Minas Gerais, e deságua no Oceano Atlântico na divisa dos Estados de Sergipe e Alagoas. Ao todo, a sua bacia abrange uma área de 639.214,4 Km². As águas do São Francisco e de seus afluentes apresentam boa potabilidade, demandando, apenas, tratamento convencional para abastecimento humano, embora venham sofrendo descargas pontuais de detritos poluentes. Para irrigação, a água do curso principal é considerada ótima, pois apresenta baixa

condutividade elétrica (sem perigo de provocar salinização do solo) e baixa relação de absorção de sódio (sem perigo de provocar sodificação do solo) (CODEVASF, 2006).

Figura 6.1 – O Vale do São Francisco

Fonte: CODEVASF (2006)

Sua bacia abrange sete Unidades da Federação. A área total da bacia é de 639.214,4 km², que se encontra assim distribuída: 235.471,3 Km² em Minas Gerais, 1.335,6 Km² no Distrito Federal, 3.141,8 Km² em Goiás, 307.940,8 Km² na Bahia, 69.518,4 Km² em Pernambuco, 7.473,3 Km² em Sergipe e 14.338,2 Km² em Alagoas.

Quadro 6.1 - Área de Atuação – Vale do Rio São Francisco

U.F.	Nº de Municípios	Área no Vale (Km ²)
Minas Gerais	240	235.471,3
Bahia	114	307.940,8
Distrito Federal	01	1.335,6
Goiás	03	3.141,8
Pernambuco	69	69.518,4
Sergipe	27	7.473,3
Alagoas	49	14.338,2
Total	503	639.219,4 Km²

Fonte: CODEVASF (2005)

Estão inseridos no vale do Rio São Francisco 503 municípios, sendo 240 em Minas Gerais, 1 no Distrito Federal, 3 em Goiás, 114 na Bahia, 69 em Pernambuco, 27 em Sergipe e 49 em Alagoas.

6.5.2 Vale do Parnaíba

O rio Parnaíba é o segundo mais importante da região nordeste, depois do São Francisco, sendo perene e tendo um curso com cerca de 1.400 km. Seu vale, integralmente na região Nordeste do Brasil estende-se pelos estados do Maranhão, Piauí e Ceará. A área total da bacia é de 330.849,9 km², que se encontra assim distribuída: 250.543,00 km² (75,73%) no Piauí, 62.937,6 km² (19,02%) no Maranhão, 14.391,9 km² (4,35%) no Ceará e 2.977,4 km² em área litigiosa (CODEVASF, 2006).

Figura 6.2 – Vale do Rio Parnaíba

Fonte: CODEVASF (2006)

Estão inseridos no vale do Rio Parnaíba, 276 municípios, sendo 220 no Piauí, 36 no Maranhão e 20 no Ceará, que contam com uma população de 4.118.030 habitantes, segundo estimativas de população de 1999, do IBGE. Entretanto a área de atuação da CODEVASF na bacia do Parnaíba, restringe-se à 313.480,6 Km², correspondentes à área que integra os estados do Maranhão e do Piauí, excetuando-se a área no estado do Ceará.

Quadro 6.2 – Área de Atuação – Vale do Rio Parnaíba

U.F.	<u>Nº de Municípios</u>	Área no Vale (Km²)
Maranhão	36	62.937,6
Piauí	220	250.543,0
Total	256	313.480,6 Km²

Fonte: CODEVASF (2005)

6.6 Estrutura administrativa

Conforme é possível observar no organograma apresentado no ANEXO B, a estrutura da empresa é composta por um conjunto de órgãos ligados à administração central, estabelecidos na sede da empresa em Brasília (DF), cujas extensões administrativas e operacionais, ao longo da área de atuação da empresa, por meio de sete superintendências regionais e mais três escritórios de apoio.

As sete superintendências regionais são responsáveis pela totalidade da área de atuação da empresa, que é dividida entre as superintendências, conforme pode ser observado no Quadro 6.3 e na figura 6.3.

Quadro 6.3 – CODEVASF – Superintendências Regionais

SR	Sede	UF	Área (Km ²)	Obs.
1ª SR	Montes Claros	Minas Gerais	239.948,7 Km ²	Abrange a área da bacia do Rio São Francisco dentro dos Estados de Minas Gerais, Goiás e do Distrito Federal.
2ª SR	Bom Jesus da Lapa	Bahia	222.930,4,7 Km ²	Abrange a área da bacia correspondente ao curso médio do Rio São Francisco dentro do estado da Bahia, que vai da divisa com Minas Gerais até a entrada da Represa de Sobradinho.
3ª SR	Petrolina	Pernambuco	69.518,4 Km ²	Abrange a área da bacia do Rio São Francisco dentro do Estado de Pernambuco.
4ª SR	Aracaju	Sergipe	7.473,3 Km ²	Abrange a área da bacia do Rio São Francisco dentro do Estado de Sergipe.
5ª SR	Penedo	Alagoas	14.338,2 Km ²	Abrange a área da bacia do Rio São Francisco dentro do Estado de Alagoas.
6ª SR	Juazeiro	Bahia	85.010,4 Km ²	Abrange a área da bacia do Rio São Francisco dentro do Estado da Bahia na porção que vem desde a Represa de Sobradinho até a divisa com os Estados de Pernambuco, Alagoas e Sergipe.
7ª SR	Teresina	Piauí	330.849,9 Km ²	Abrange toda a área da bacia do Rio Parnaíba.

Fonte: Elaborado pelo autor com dados de CODEVASF (2006)

A observação detalhada das estruturas das superintendências (ANEXOS) permite observar que se trata de uma estrutura organizacional, rígida e com fortes características do modelo burocrático. Tal estrutura pode se mostrar inviável se analisada ao som de sua proposta de promoção do desenvolvimento local, respeitando a cultura e a identidade locais. As estratégias de atuação devem, portanto, levar em conta as particularidades de cada região, formada por um grande número de territórios, apesar de abrigados em uma mesma bacia hidrográfica e uma mesma companhia de desenvolvimento.

Figura 6.3 - Áreas de ação das Superintendências Regionais

Fonte: CODEVASF (2006)

6.7 Parcerias com outras instituições públicas ou privadas

Segundo a CODEVASF (2006), no cumprimento de suas diretrizes, a empresa tem recebido a cooperação técnica e financeira de diversas entidades oficiais internacionais, destacando-se:

AGROBER/AGROINVEST – Da Hungria.

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento;

BIRD – Banco Mundial;

BUREC – Bureau of Reclamation Americano;

FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação;

IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura;

JBIC – Banco Japonês para a Cooperação Internacional;

OEA – Organização dos Estados Americanos;

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento;

USAID – Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional;

6.8 Outros organismos que atuam nos vales do São Francisco e/ou Parnaíba

Não apenas a CODEVASF atua no Vale. Vários órgãos federais desenvolvem atividades setoriais, como no setor planejamento regional - a SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste; no setor agropecuário: a EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; no setor irrigação: o DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas; no setor hidrelétrico: a CHESF - Companhia Hidro Elétrica do São Francisco; e no setor hidroviário: a FRANAVE - Companhia de Navegação do São Francisco; INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento (CODEVASF, 2006).

Existem também entidades ligadas aos Estados e Prefeituras da região, como: CEEIVASF - Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco; CIPE-São Francisco - Comissão Interestadual Parlamentar de Estudos para o

Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco; UNIVALE - União das Prefeituras do Vale do São Francisco; IMAN - Instituto Manoel Novaes para o Desenvolvimento da Bacia do São Francisco; COMDEPI - Companhia de Desenvolvimento do Piauí; SEEAB - Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Irrigação do Piauí; EMATER-PI - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí; INTEPRI - Instituto de Terras do Piauí e Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico do Estado do Maranhão (CODEVASF, 2006).

6.9 Atuação

Seus projetos vão desde a irrigação de áreas agrícolas, através da construção de barragens, adutoras, perfuração de poços, passando pela piscicultura, pecuária e agricultura, até a criação de pólos agroindustriais e distribuição de energia e construção de estradas. De acordo com o Relatório de Gestão 2004 (CODEVASF, 2005), existem 15 grandes programas de governo realizados pela companhia que são, por sua vez, compostos por vários projetos específicos.

A empresa tem pautado sua forma de atuação na coordenação e execução de obras de infra-estrutura hídrica, implantação de distritos agropecuários e agroindustrias, obras de saneamento básico, eletrificação e transportes, diretamente ou mediante contratação e estabelecendo parcerias na implementação dos programas.

No vale do Parnaíba, realiza estudos com o objetivo de formular o Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Parnaíba – PLANAP, levando em consideração sua sustentabilidade, as vantagens comparativas e competitivas existentes, e visando ao

crescimento da economia regional e à melhoria da qualidade de vida da população local, tudo voltado para o propósito final de promover o desenvolvimento do Vale.

Realiza, ainda, programas de reabilitação de perímetros irrigados e de preparação da juventude rural, e executa ações de integração voltadas para a construção de barragens, construção/instalação de adutoras, perfuração/instalação de poços tubulares, instalação de cisternas simplificadas de abastecimento d'água, implantação de linhas de distribuição de energia e construção de estradas, que têm provocado impactos favoráveis no que se refere à redução da migração e à melhoria das condições de vida da população.

Além disso, a empresa também é responsável pela implementação de alguns programas de governo constantes do Plano Plurianual 2004/2007 (CODEVASF, 2005), como seguem:

- Navegação Interior – Prestar serviços de transportes hidroviários de cargas e passageiros no rio São Francisco.
- Desenvolvimento da Bovideocultura – Elevar a performance dos rebanhos bovinos e bubalinos mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.
- Desenvolvimento da Agricultura Irrigada – Aumentar a área irrigada como meio de produção do desenvolvimento regional, visando à geração de empregos e distribuição de renda.
- Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – Conviver – Reduzir as vulnerabilidades sócio-econômicas da população das áreas de semi-áridos com incidência de seca.
- Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura – Desenvolver a maricultura e a aqüicultura continental para o crescimento da produção de pescado, aumentando a oferta de emprego e melhoria da renda dos povos litorâneos, ribeirinhos e produtores.

- Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial – Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial.
- Primeiro Emprego – Inserir jovens no mercado de trabalho, facilitando a obtenção do seu primeiro emprego.
- Pró-água infra-estrutura – Aumentar a oferta de água de boa qualidade para o consumo humano e para a produção, por meio da execução de obras estruturantes como reservatórios de acumulação e adutoras.
- Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO – Aumentar a autonomia e a sustentabilidade de espaços sub-regionais, por meio da organização social, do desenvolvimento do seu potencial endógeno e do fortalecimento da sua base produtiva, com vistas à redução das desigualdades inter e intra-regionais.
- Promoção e Inserção Econômica de Sub-Regiões – Promover, em espaços sub-regionais dinâmicos, a inserção competitiva de atividades econômicas potenciais nas economias local, regional, nacional e internacional.
- Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental – Revitalizar a bacia hidrográfica do São Francisco, e outras bacias em situação de vulnerabilidade ambiental, e promover a prevenção e a migração de potenciais impactos decorrentes da implantação de projetos nacionais prioritários, ou da crescente e concentrada ação antrópica com elevado comprometimento ambiental dessas bacias.
- Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação – Transferir os perímetros públicos de irrigação em condições adequadas à autogestão pelos usuários.
- Zoneamento Ecológico-Econômico – Promover o zoneamento ecológico-econômico para planejar e organizar, de forma sustentável, o processo de uso e ocupação, subsidiando o planejamento territorial do país.

6.10 Resultados alcançados

As ações da Codevasf na sua área de atuação resultam em um expressivo desenvolvimento econômico e social na região, traduzido em números que retratam o aumento da produção e da produtividade agrícola, maior oferta de alimentos à população, ampliação da oferta de empregos diretos e indiretos e a geração de renda estável, quer na zona rural, quer na urbana, o que leva à formação e à consolidação de pólos de desenvolvimento regional, a exemplo dos pólos de Petrolina (PE)/Juazeiro (BA) e Norte de Minas Gerais (CODEVASF, 2005).

7 ESTUDO DE CASO - PROJETO AMANHÃ

Em 1993, a empresa institui o Projeto Amanhã - PAM, voltado à capacitação de jovens rurais, moradores dos perímetros de irrigação da empresa. O projeto nasce da preocupação com a formação dos jovens das comunidades locais e visa prepará-los para o novo modelo de desenvolvimento rural que a empresa almeja. Para tanto busca dar condições para que, como cidadãos, os jovens busquem crescimento em sua região, favorecendo, assim, a redução à migração e à melhoria das condições de vida da população como um todo (CODEVASF, 2001).

Na visão da CODEVASF, o Projeto Amanhã é um programa social. Foi instituído em 14 de maio de 1993, e tem por finalidade fomentar, por intermédio de parcerias, a organização e capacitação dos jovens rurais dos vales dos rios São Francisco e Parnaíba, preparando-os para atuar com autonomia e competência em empreendimentos agropecuários e agro-industriais, proporcionando alternativas para sua inserção no mercado de trabalho, em conformidade com os Programas Sociais do Governo Federal, uma de suas prioridades.

O Projeto Amanhã complementa as atividades educativas promovidas pelo ensino formal, promovendo a melhoria da qualidade de vida da juventude rural e de sua família por meio da educação. Trabalha com os jovens moradores do campo, com idade entre 14 e 26 anos, que estejam matriculados em instituições de ensino regular ou supletivo. Sua estratégia visa ao desenvolvimento gradual do jovem, capacitando-o para ser o protagonista do seu processo de desenvolvimento através de uma metodologia participativa, que desenvolve a aprendizagem por meio de diálogo de saberes, construção coletiva do

conhecimento e análise reflexiva da realidade através de aulas expositivas, exercícios práticos, visitas e avaliação teórico-práticas. São diversos cursos de treinamento profissionalizante e capacitação para a gestão, desenvolvendo aptidão para articular as necessidades de suas localidades e para identificar ações para resolvê-las de forma participativa e de acordo com a própria demanda social local, além de fomentar o empreendedorismo através do programa jovem empreendedor, tudo sob o acompanhamento, avaliação e controle das equipes das Superintendências Regionais e da Sede da CODEVASF, em conjunto com os próprios jovens (FONSECA *et al*, 2006).

O projeto apresentado pela CODEVASF está de acordo aos critérios das novas políticas de desenvolvimento descritos por Moura et al (2002); Franco (2002) e Cavalcante (2006), pois é realizado através de parcerias entre o Estado e atores da sociedade, oferece diversos cursos de treinamento profissionalizante e capacitação para a gestão. Ele busca desenvolver nos jovens aptidão para articular as necessidades de suas localidades e identificar ações para resolvê-las, de forma participativa e de acordo com a demanda social local, além de fomentar o empreendedorismo através do programa jovem empreendedor, tudo sob o acompanhamento, avaliação e controle através das equipes da CODEVASF em conjunto com os próprios jovens.

Passador (2002) analisa os efeitos da globalização e observa que tal movimento não é uniforme e homogêneo em todas as partes. Apesar de colocar todas as economias do planeta em interdependência, seus efeitos são diversos, pois reagem de forma diferente, conforme as particularidades de cada região do mundo.

Por essa razão, os cursos são programados de acordo com as demandas do mercado local e regional, respeitando a cultura e as tradições de cada região. O Projeto Amanhã tem direcionado os esforços da capacitação para as áreas prioritárias dos Arranjos Produtivos

Locais - APL's, coordenados pela Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Regional – SPR/MI aproveitando estruturas já existentes, sem perder de vista a real necessidade de incrementar suas atividades com parceiros vocacionados para esse novo nicho de capacitação.

Esse enfoque participativo permite aos alunos incluírem-se como tomadores de decisão nos processos de investigação, desde a definição dos problemas até a disseminação dos resultados, o que leva a uma convergência do conhecimento e do saber local, produzindo um maior potencial coletivo de enfrentamento conjunto dos problemas e melhoria das condições locais (CÓRDOBA *et al*, 2004).

7.1 Dados preliminares sobre o Projeto

Como a análise em questão utilizaria a comparação dos Índices de Desenvolvimento Humano Municipais extraídos do Atlas do Desenvolvimento Humano (2003), levantados em 1991 e 2000 nos respectivos censos demográficos do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, selecionamos os municípios que abrigaram as atividades do Projeto Amanhã durante a década de 1990, no trecho nordestino do Vale do São Francisco. Encontramos os seguintes municípios, que seguem agrupados por estado:

Estado da Bahia: Bom Jesus da Lapa, Serra do Ramalho, Irecê, Xique-Xique, Itaguaçu da Bahia, Sento Sé, Curaçá e Juazeiro.

Estado de Pernambuco: Petrolina, Bodocó, Orocó, Afrânio, Lagoa Grande, Santa Cruz e Santa Filomena.

Estado de Sergipe: Propriá, Neópolis, Telha, Ilha das Flores, Pacatuba, Poço Redondo, Porto da Folha, Cedro de São João, Capela, Malhada de Bois, Canhoba, Japoatã, Gararu, Santana do São Francisco, Japarutuba e Aquibadã.

Estado de Alagoas: Porto Real do Colégio, Igreja Nova, Penedo, Coruripe, Arapiraca e Piranhas.

Através do Atlas do Desenvolvimento Humano, foram coletados os valores correspondentes ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) dos municípios selecionados no censo de 1991, que correspondem a dois anos antes do início do projeto, e ao censo de 2000 (sete anos após a implantação do projeto). Calculamos a variação do IDH-M neste período e comparamos a evolução deste grupo de municípios com o crescimento médio do IDH-M do mesmo período do estado a que pertencem.

Conforme podemos observar nas tabelas seguintes, e no gráfico 7.1 originado das taabelas, o IDH-M médio dos municípios atendidos pelo Projeto Amanhã, cresceram em todos os casos a taxas superiores à média de crescimento do estado que compõe.

Tabela 7.1 – IDH-M dos municípios bahianos que sofrem Impacto do PAM

Municípios	IDH-M		
	1991	2000	AH%
Bom Jesus da Lapa (BA)	0,554	0,654	18,1%
Curaçá (BA)	0,521	0,626	20,2%
Irecê (BA)	0,596	0,666	11,7%
Itaguaçu da Bahia (BA)	0,442	0,586	32,6%
Juazeiro (BA)	0,589	0,683	16,0%
Sento Sé (BA)	0,485	0,603	24,3%
Serra do Ramalho (BA)	0,471	0,598	27,0%
Xique-Xique (BA)	0,494	0,580	17,4%
Média do Programa	0,519	0,625	20,3%
Estado da Bahia	0,590	0,688	16,6%

Fonte: elaborado pelo autor

No Estado da Bahia, observa-se que os municípios atendidos pelo Projeto Amanhã tiveram um crescimento médio do IDH-M entre 1991 e 2000 da ordem de 22,3%, valor superior ao crescimento médio do IDH-M do Estado (16,6%).

Tabela 7.2 - IDH-M dos municípios pernambucanos que sofrem impacto do PAM

Municípios	IDH-M		
	1991	2000	AH%
Afrânio (PE)	0,515	0,634	23,1%
Bodocó (PE)	0,499	0,611	22,4%
Lagoa Grande (PE)	0,503	0,627	24,7%
Orocó (PE)	0,572	0,667	16,6%
Petrolina (PE)	0,668	0,747	11,8%
Santa Cruz (PE)	0,445	0,579	30,1%
Santa Filomena (PE)	0,443	0,582	31,4%
Média do Programa	0,521	0,635	22,0%
Estado de Pernambuco	0,620	0,705	13,7%

Fonte: elaborado pelo autor

Já o Estado de Pernambuco apresentou uma diferença ainda maior ao comparar os municípios atendidos pelo Projeto Amanhã com o Estado como um todo. Apresentando um crescimento médio de 22,0% contra 13,7% do Estado de Pernambuco, a diferença chega a ser, em média, **60,6%** maior que a média de todo o estado.

Tabela 7.3 - IDH-M dos municípios sergipanos que sofrem impacto do PAM

Municípios	IDH-M		
	1991	2000	AH%
Aquidabã (SE)	0,517	0,605	17,0%
Canhoba (SE)	0,501	0,597	19,2%
Capela (SE)	0,549	0,615	12,0%
Cedro de São João (SE)	0,614	0,684	11,4%
Gararu (SE)	0,454	0,572	26,0%
Ilha das Flores (SE)	0,498	0,584	17,3%
Japarutuba (SE)	0,566	0,651	15,0%
Japoatã (SE)	0,494	0,604	22,3%
Malhada dos Bois (SE)	0,513	0,630	22,8%
Neópolis (SE)	0,547	0,621	13,5%
Pacatuba (SE)	0,490	0,584	19,2%
Poço Redondo (SE)	0,405	0,536	32,3%
Porto da Folha (SE)	0,461	0,556	20,6%
Propriá (SE)	0,584	0,653	11,8%
Santana do S.Francisco (SE)	0,500	0,579	15,8%
Telha (SE)	0,517	0,601	16,2%
Média do Programa	0,513	0,605	17,8%
Estado de Sergipe	0,597	0,682	14,2%

Fonte: elaborado pelo autor

Já no Estado de Sergipe, o crescimento das áreas atendidas foi superior **25,4%** em relação ao restante do estado (17,8% dos municípios atendidos pelo Projeto Amanhã contra 14,2% de média estadual).

Tabela 7.4 - IDH-M dos municípios alagoanos que sofrem impacto do PAM

Municípios	IDH-M		
	1991	2000	AH%
Arapiraca (AL)	0,556	0,656	18,0%
Coruripe (AL)	0,515	0,615	19,4%
Igreja Nova (AL)	0,427	0,585	37,0%
Penedo (AL)	0,570	0,665	16,7%
Piranhas (AL)	0,547	0,607	11,0%
Porto Real do Colégio (AL)	0,455	0,566	24,4%
Média do Programa	0,512	0,616	20,3%
Estado de Alagoas	0,548	0,649	18,4%

Fonte: elaborado pelo autor

No Estado de Alagoas, as regiões atendidas pelo Projeto Amanhã tiveram um crescimento do IDH-M **10,3%** maior que o do restante do estado (20,3% contra 18,4% de média estadual).

Gráfico 7.1 – Crescimento Médio IDH (1991-2000) – Municípios PAM x Média da UF

Fonte: Elaborado pelo autor

Observa-se que, em todas as três dimensões trabalhadas no índice utilizado (renda, educação e longevidade), o grupo de municípios do Projeto Amanhã tem um crescimento superior à média dos Estados. Dentre elas, a dimensão que, em média, mais impulsionou o crescimento do IDH-M destes municípios foi a educação, justamente um dos pontos de sustentação do Projeto Amanhã e que, realmente, trariam influência nos indicadores em curto prazo.

É possível que o maior crescimento do IDH desses municípios seja indicativo da influência do projeto na melhoria das condições de vida da população. Tal possibilidade é sustentada pelas capacidades que o projeto demonstra, vindo de encontro com as características dos Projetos de Desenvolvimento Local descritas no referencial teórico a partir de diversos autores.

Acredita-se que o projeto tem como capacidades melhorar a capacitação profissional e incentivar o retorno e busca pelo ensino formal; disseminar formas alternativas de aproveitamento dos alimentos, melhorando a qualidade da alimentação das famílias, bem como a introdução de práticas mais saudáveis de limpeza, saneamento e programas de saúde básica; disseminação de novas alternativas de negócios e, principalmente, a formação de capital social, condição fundamental para o fortalecimento da localidade, proporcionando o desenvolvimento de uma cidadania participativa, além de contribuir na formação de redes e de relações associativistas e cooperativas, que teriam uma importância muito grande no aumento da renda percebida pela população local.

Segundo a CODEVASF (2003, 2004), até o ano 2000, 9.181 jovens já haviam sido mobilizados nos municípios atendidos, com investimentos que somavam R\$ 3.659.657,67, disponibilizados pelo Banco Mundial e pelo Japan Bank for International Cooperation.

7.2 Comparando o Projeto Amanhã com o desempenho dos Perímetros de Irrigação

Com o objetivo de acumular mais subsídios que sustentem a hipótese de que os projetos como o PAM tenham a capacidade de otimizar as condições de desenvolvimento, por reunir as condições de sucesso, resolvemos analisar informações referentes às

operações da companhia em perímetros de irrigação e, posteriormente, analisar os dados encontrados em conjunto com o Projeto Amanhã.

A CODEVASF implantou e mantém em operação 26 perímetros públicos de irrigação e, para enfrentar os problemas de produção, de gerenciamento e de manutenção dos perímetros irrigados, bem como alcançar o desenvolvimento rural integrado, vem dando ênfase à implantação dos Distritos de Irrigação e apoio às organizações de produtores (CODEVASF, 2003, 2004, 2005).

O apoio à auto-organização dos produtores tem como objetivo a eliminação do caráter paternalista das políticas de irrigação que, tradicionalmente, condicionavam as comunidades à dependência da assistência financeira pública para o custeio dos gastos de operação e manutenção. Por esse motivo, a empresa atualmente tenta promover a emancipação dos perímetros irrigados, a fim de consolidar uma situação sócio-econômica onde os produtores adquirem a capacidade de gerenciar seus negócios através de organizações associativistas e por meio de parcerias. Dessa forma, espera-se transformar os perímetros públicos de irrigação em localidades auto-sustentáveis.

A empresa confirma que a transferência da gestão é a medida mais eficaz para aumentar a produtividade das áreas irrigadas e garantir sua sustentabilidade, tendo, inclusive, verificado significativas reduções de custos nos perímetros auto e co-geridos.

Quadro 7.1 – Perímetros de Irrigação

Perímetros de Irrigação	Área Irrigável (ha)	Organizações Gestoras	Tipo de Administração
Gorutuba	5.286,0	Distrito de Irrigação do Perímetro Gorutuba	Auto-Gestão
Pirapora	1.236,0	Associação dos Usuários do Projeto Pirapora	Auto-Gestão
Jaíba	19.080,0	Distrito de Irrigação do Projeto Jaíba	Co-Gestão
Lagoa Grande	1.538,0	Assoc. Irrigantes Margem Esq. Rio Gorutuba	Auto-Gestão
Estreito I/IV	2.735,0	Distrito de Irrigação do Projeto Estreito	Auto-Gestão
Ceraíma	408,0	Coop. Agrícola de Irrigação do Projeto Ceraíma	Auto-Gestão
Formoso A	8.448,0	Distrito de Irrigação do Projeto Formoso A	Co-Gestão
Formoso H	4.565,0	Distrito de Irrigação do Projeto Formoso A	Co-Gestão
Piloto Formoso	1.219,0	CODEVASF	CODEVASF
S.Desidério / Barreiras Sul	2.238,0	Distrito de Irrigação São Desidério/Barreiras Sul	Auto-Gestão
Mirorós	2.145,0	Distrito de Irrigação do Projeto Mirorós	Co-Gestão
Nupeba / Riacho Grande	1.081,0	Distrito de Irrigação de Nupeba e Riacho Grande	Co-Gestão
Riacho Grande	1.209,0	Distrito de Irrigação de Nupeba e Riacho Grande	Co-Gestão
Barreiras Norte	1.724,0	CODEVASF	CODEVASF
Bebedouro	2.091,0	Distrito de Irrigação do Projeto Bebedouro	Auto-Gestão
Senador Nilo Coelho	18.857,6	Distrito de Irrigação do Projeto Sen. Nilo Coelho	Auto-Gestão
Própria	1.177,0	Distrito de Irrigação do Projeto Propriá	Co-Gestão
Cotinguiba / Pindoba	2.237,0	Dist. de Irrigação Projeto Cotinguiba/Pindoba	Co-Gestão
Betume	2.865,0	Distrito de Irrigação do Projeto Betume	Co-Gestão
Boacica	3.334,0	Distrito de Irrigação do Projeto Boacica	Co-Gestão
Itiuba	894,0	Distrito de Irrigação do Projeto Itiúba	Co-Gestão
Curaçá 1	3.432,0	Distrito de Irrigação do Projeto Curaçá	Auto-Gestão
Curaçá 2	918,0	União dos Produtores do Perímetro Curaçá	Co-Gestão
Maniçoba	5.031,0	Distrito de Irrigação do Projeto Maniçoba	Auto-Gestão
Mandacaru	419,0	Distrito de Irrigação do Projeto Mandacaru	Co-Gestão
Tourão	10.710,0	Associação dos Usuários do Perímetro Tourão	Auto-Gestão
Total	104.877,6		

Fonte: Adaptado de CODEVASF (2005)

Além do benefício da irrigação, a Companhia também presta serviços de assistência técnica e de extensão rural aos pequenos produtores, instalados nos perímetros irrigados, por meio de convênios com instituições estaduais e organização de produtores.

Durante o ano de 2004, receberam assistência técnica 11.567 produtores, cujas propriedades abrangem 57.672 hectares do total da área irrigada pelos perímetros de irrigação.

Segundo dados da assessoria de comunicação da CODEVASF, a implantação dos 25 perímetros públicos de irrigação possibilitou o desenvolvimento integrado de áreas

prioritárias e a implantação de distritos agroindustriais, gerando mais de 105 mil empregos diretos, 210 mil indiretos, beneficiando diretamente uma população de 440 mil pessoas.

No ano de 2003, a produção agrícola das áreas irrigadas atingiu mais de 2,1 milhões de toneladas, gerando um valor bruto da produção da ordem de 461,9 milhões de reais, com destaque para a fruticultura, que vem se consolidando como a atividade mais atraente para investimentos nas áreas de irrigação implantadas pela companhia (CODEVASF, 2005).

Todavia, seria impossível, hoje, para a CODEVASF, mensurar toda a influência da sua atuação nos Vales e, assim, respaldar a sua relevância no desenvolvimento regional, seja ele através do crescimento econômico, geração de emprego e renda ou, ainda, no aspecto sócio-cultural da população influenciada, visto que não possui, como política da empresa, uma sistemática da avaliação de resultados como instrumento de planejamento.

Dessa forma, como as áreas que comportam os atuais perímetros de irrigação vêm sendo trabalhadas há vários anos pela empresa, a comparação dos Índices de Desenvolvimento Humano dos municípios em pólos de irrigação (IDH-M), do ano 2000 com os de 1991, poderiam ser considerados fortes indicadores da influência dos investimentos realizados pela CODEVASF no vale, embora saibamos que a região está suscetível a outros fatores, por não se constituir um sistema fechado.

Tabela 7.5 – IDH Municípios atendidos pelos perímetros de irrigação

UF	Municípios	IDH-M		
		1991	2000	AH%
Alagoas	Igreja Nova (AL)	0,427	0,585	37,0%
	Porto Real do Colégio (AL)	0,455	0,566	24,4%
	Média do Programa	0,441	0,576	30,5%
	Estado de Alagoas	0,548	0,649	18,4%
Bahia	Barreiras (BA)	0,628	0,723	15,1%
	Bom Jesus da Lapa (BA)	0,554	0,654	18,1%
	Coribe (BA)	0,519	0,611	17,7%
	Curaçá (BA)	0,521	0,626	20,2%
	Guanambi (BA)	0,617	0,701	13,6%
	Ibitipê (BA)	0,515	0,628	21,9%
	Juazeiro (BA)	0,589	0,683	16,0%
	Riachão das Neves (BA)	0,499	0,569	14,0%
	São Desidério (BA)	0,489	0,610	24,7%
	Média do Programa	0,548	0,645	17,7%
	Estado da Bahia	0,590	0,688	16,6%
Pernambuco	Petrolina (PE)	0,668	0,747	11,8%
	Média do Programa	0,668	0,747	11,8%
	Estado de Pernambuco	0,620	0,705	13,7%
Sergipe	Cedro de São João (SE)	0,614	0,684	11,4%
	Ilha das Flores (SE)	0,498	0,584	17,3%
	Japoatã (SE)	0,494	0,604	22,3%
	Neópolis (SE)	0,547	0,621	13,5%
	Pacatuba (SE)	0,490	0,584	19,2%
	Propriá (SE)	0,584	0,653	11,8%
	Telha (SE)	0,517	0,601	16,2%
	Média do Programa	0,535	0,619	15,7%
	Estado de Sergipe	0,597	0,682	14,2%
Minas Gerais	Nova Porteirinha (MG)	0,598	0,685	14,5%
	Manga (MG)	0,545	0,603	10,6%
	Matias Cardoso (MG)	0,494	0,602	21,9%
	Jaíba (MG)	0,527	0,652	23,7%
	Janaúba (MG)	0,641	0,716	11,7%
	Pirapora (MG)	0,711	0,758	6,6%
	Média do Programa	0,586	0,669	14,2%
	Estado de Minas Gerais	0,697	0,773	10,9%

Fonte: elaborado pelo autor

Constata-se que os municípios que abrigam os perímetros, realmente, destacam-se conforme ilustra o quadro 7.7, onde é perceptível o crescimento diferenciado do IDH nos municípios atendidos pelo programa em relação à média da unidade da federação que o abriga.

Faz-se necessário conhecer se os benefícios dos programas mantiveram-se, além de análise, os resultados conjuntamente. Porém, falta o indicador de desenvolvimento utilizado na visualização da evolução da década passada (IDH-M), que é calculado e publicado somente na ocasião dos recenseamentos gerais da população (ATLAS, 2003).

Considerando a importância das políticas públicas praticadas pelo governo federal junto às populações da necessitada região do semi-árido, por meio da atuação da CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba, procuramos dados que demonstrassem a eficiência dos gastos da companhia de forma objetiva.

Dessa forma, recorrendo à revisão teórica, é possível encontrar em Cândido Jr. (2001) a informação da existência de relação entre os investimentos e o aumento do produto interno bruto. Por consequência, entende-se que, havendo aumento da produção, este fortaleceria a renda da população local e, na sequência, o incremento na renda seria percebido no aumento proporcional da arrecadação de tributos municipais.

Os tributos próprios dos municípios brasileiros, provêm, em sua maioria, da cobrança de impostos sobre serviços – ISS (Imposto Sobre Serviços) e sobre a propriedade imobiliária urbana – IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano). Em menor proporção, temos, ainda, as taxas e contribuições de melhorias (AFONSO; ARAÚJO, 2001). Foram

excluídas, portanto, as transferências de recursos federais e estaduais e a participação em tributos, como o IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.

Assim, foram utilizados dados coletados no FINBRA(2006), que contém os demonstrativos de arrecadação e gastos municipais de todos os municípios do país, para identificar a variação da arrecadação dos municípios do Vale do Rio São Francisco, destacando os municípios em áreas correspondentes aos perímetros de irrigação, além daqueles que são contemplados com o Projeto Amanhã, com isolamento somente das receitas referentes a tributos municipais. Cabe observar que o estudo utiliza os dados até o exercício de 2005, por serem os mais recentes disponibilizados.

Primeiramente, foram distribuídos os municípios pertencentes à bacia do rio São Francisco em quatro grupos:

- Grupo 1 – Municípios inseridos em pólos de irrigação e que possuem unidades do Projeto Amanhã.
- Grupo 2 – Municípios fora dos pólos de irrigação, mas possuem unidades do Projeto Amanhã.
- Grupo 3 – Municípios inseridos em pólos de irrigação, mas que não possuem Projeto Amanhã.
- Grupo 4 – Municípios que não estão inseridos em pólos de irrigação nem possuem unidades do Projeto Amanhã.

Posteriormente, foram coletados os dados de receitas de tributos municipais do período de 1998 a 2005 (período correspondente a dois plano plurianuais municipais).

O plano plurianual – PPA define as diretrizes básicas da administração para as despesas públicas. Exceto as despesas com o serviço da dívida, todas as demais são planejadas por meio de ações que integram os programas do PPA. Dessa forma, o plano

também identifica e avalia as fontes de recursos e os recursos disponíveis para o desenvolvimento das ações a cargo da administração pública. Normalmente, a aplicação do plano tem início no segundo ano de gestão e, término, ao final do primeiro ano do mandato da próxima administração (PEREIRA, 2003).

Depois, considerou-se, para efeito de comparação, a arrecadação média de cada quadriênio. O período 1 corresponde aos exercícios de 1998 a 2001 e, o período 2, aos exercícios de 2002 a 2005.

Cabe observar que se torna desnecessário, para fins de comparação, qualquer trabalho de atualização monetária com os valores encontrados, uma vez que a aplicação de um atualizador monetário incidiria, igualmente, em todos os valores, não produzindo qualquer efeito no resultado final.

Na comparação da evolução das receitas tributárias ao longo desses oito anos, foi possível observar que o Grupo 1, composto pelos municípios cujos territórios estão dentro dos perímetros de irrigação da CODEVASF e também possuem unidades do Projeto Amanhã, teve um crescimento médio de 28,1% nas receitas tributárias municipais (observar Tabela 7.6).

Tabela 7.6 – Variação da arrecadação tributária do Grupo 1

Municípios inseridos em Pólos de Irrigação e com Projeto Amanhã							
Municípios	UF	SR	Área (km2)		Arrecadação Média (R\$)		Variação %
			Total	No Vale	1998-2001	2002-2005	
Igreja Nova (AL)	AL	5ª	429,9	429,9	6.289.228	7.778.849	23,7%
Porto Real do Colegio (AL)	AL	5ª	237	237	6.341.741	6.320.679	-0,3%
Bom Jesus da Lapa (BA)	BA	2ª	4.148,50	4.148,50	13.620.823	19.383.666	42,3%
Curaca (BA)	BA	6ª	6.476,00	6.476,00	9.187.095	10.356.687	12,7%
Juazeiro (BA)	BA	6ª	6.415,40	6.415,40	44.500.294	98.464.067	121,3%
Jaiba (MG)	MG	1ª	2.733,00	2.733,00	7.343.560	8.087.097	10,1%
Matias Cardoso (MG)	MG	1ª	1.962,40	1.962,40	3.711.619	3.232.861	-12,9%
Nova Porteirinha (MG)	MG	1ª	121,5	121,5	2.789.747	3.259.825	16,9%
Petrolina (PE)	PE	3ª	4.756,80	4.756,80	71.145.314	90.220.686	26,8%
Cedro de Sao Joao (SE)	SE	4ª	73	73	2.202.261	2.648.874	20,3%
Ilha das Flores (SE)	SE	4ª	57,6	57,6	2.869.571	3.227.498	12,5%
Japoata (SE)	SE	4ª	397,4	376,1	3.623.814	4.666.459	28,8%
Neopolis (SE)	SE	4ª	249,9	249,9	6.157.986	6.548.257	6,3%
Pacatuba (SE)	SE	4ª	407,3	407,3	4.963.310	8.729.549	75,9%
Propria (SE)	SE	4ª	95,5	95,5	6.639.144	9.664.919	45,6%
Telha (SE)	SE	4ª	56,5	56,5	1.982.613	2.384.933	20,3%
Variação média ---->							28,1%

Fonte: elaborado pelo autor

Já o grupo 2, composto pelos Municípios fora dos pólos de irrigação, mas que possuem unidades do Projeto Amanhã, também teve um bom crescimento da receita tributária, atingindo uma média de 35,8% de acréscimo nas receitas tributárias municipais (observar Tabela 7.7).

Tabela 7.7 – Variação da arrecadação tributária do Grupo 2

Municípios fora de Pólos de Irrigação com Projeto Amanhã							
Municípios	UF	SR	Área (km2)		Arrecadação Média (R\$)		Variação %
			Total	No Vale	1998-2001	2002-2005	
Arapiraca (AL)	AL	5ª	367,5	259	62.058.955	82.979.547	33,7%
Coruripe (AL)	AL	5ª	971,4	118,7	22.955.390	35.297.317	53,8%
Penedo (AL)	AL	5ª	690,8	690,8	15.119.577	20.999.078	38,9%
Piranhas (AL)	AL	5ª	409,1	409,1	6.188.122	11.746.296	89,8%
Irece (BA)	BA	2ª	336,8	336,8	14.187.795	22.882.581	61,3%
Itaguacu da Bahia (BA)	BA	2ª	4.588,30	4.588,30	2.895.540	8.004.208	176,4%
Sento Se (BA)	BA	6ª	12.629,50	12.629,50	13.407.215	21.233.525	58,4%
Serra do Ramalho (BA)	BA	2ª	2.678,30	2.678,30	9.518.099	9.323.171	-2,0%
Xique-Xique (BA)	BA	2ª	5.987,50	5.987,50	10.561.602	8.138.740	-22,9%
Montes Claros (MG)	MG	1ª	3.594,10	3.594,10	111.527.843	134.731.755	20,8%
Afranio (PE)	PE	3ª	1.488,60	1.488,60	4.527.843	6.036.512	33,3%
Bodoco (PE)	PE	3ª	1.604,90	1.604,90	8.040.384	11.738.766	46,0%
Lagoa Grande (PE)	PE	3ª	1.874,40	1.874,40	5.624.455	7.063.590	25,6%
Oroco (PE)	PE	3ª	562,6	562,6	3.646.725	5.260.504	44,3%
Santa Cruz (PE)	PE	3ª	1.432,10	1.432,10	3.801.661	4.518.743	18,9%
Santa Filomena (PE)	PE	3ª	843,9	843,9	3.175.880	4.525.998	42,5%
Aquidaba (SE)	SE	4ª	370,2	303,4	4.345.888	7.336.824	68,8%
Canhoba (SE)	SE	4ª	165,8	165,8	2.158.041	3.430.564	59,0%
Capela (SE)	SE	4ª	431,9	63,7	6.105.093	7.677.854	25,8%
Gararu (SE)	SE	4ª	640,4	640,4	3.999.477	3.923.427	-1,9%
Japarutuba (SE)	SE	4ª	374	74,3	10.136.612	11.846.879	16,9%
Malhada dos Bois (SE)	SE	4ª	59,3	59,3	2.369.167	2.311.130	-2,4%
Poco Redondo (SE)	SE	4ª	1.220,10	1.220,10	6.929.246	7.901.165	14,0%
Porto da Folha (SE)	SE	4ª	895,1	895,1	8.538.644	7.735.926	-9,4%
Santana do Sao Francisco (SE)	SE	4ª	47	47	2.435.607	2.560.645	5,1%
Variação média ---->							35,8%

Fonte: Elaborado pelo autor

O grupo 3, representante dos municípios inseridos em perímetros de irrigação e sem Projeto Amanhã, teve seu crescimento inferior aos dois primeiros grupos, alcançando 22,0% de crescimento médio no período analisado (observar Tabela 7.8).

Tabela 7.8 – Variação da arrecadação tributária do Grupo 3

Grupo 3 - Municípios em Pólos de Irrigação e sem o Projeto Amanhã							
Municípios	UF	SR	Área (km2)		Arrecadação Média (R\$)		Variação %
			Total	No Vale	1998-2001	2002-2005	
Barreiras (BA)	BA	2ª	11.979,50	11.979,50	48.679.053	50.879.150	4,5%
Coribe (BA)	BA	2ª	2.688,50	2.688,50	6.416.927	6.875.453	7,1%
Guanambi (BA)	BA	2ª	1.264,50	1.264,50	16.664.613	22.519.580	35,1%
Ibipeba (BA)	BA	2ª	1.103,60	1.103,60	4.807.159	5.145.586	7,0%
Riachao das Neves (BA)	BA	2ª	5.865,20	5.865,20	7.148.018	9.561.203	33,8%
Sao Desiderio (BA)	BA	2ª	14.876,10	14.876,10	11.252.803	16.795.869	49,3%
Janauba (MG)	MG	1ª	2.196,50	2.196,50	14.278.675	20.791.700	45,6%
Manga (MG)	MG	1ª	1.956,40	1.956,40	7.130.650	6.037.596	-15,3%
Pirapora (MG)	MG	1ª	577,3	577,3	18.278.989	23.891.446	30,7%
Variação média ---->							22,0%

Fonte: Elaborado pelo autor

E, finalmente, o grupo 4, que é composto pelos municípios que não são atendidos pelo Projeto Amanhã e nem estão em perímetros de irrigação, cuja média, teoricamente, representa o crescimento médio de municípios que tiveram a influência de políticas mais amplas, de caráter federal, teve um crescimento médio de 19,7% (observar Apêndice A).

Vale observar que não foi realizada nenhuma inferência estatística envolvendo comparação de médias, pois não foram utilizadas amostras da população para os cálculos de média, os dados obtidos de forma censitária contemplam a totalidade da população. Dessa forma, as médias, apesar da dispersão, correspondem realmente à variação de cada grupo, não sendo necessário qualquer teste para tal comprovação (ANDERSON; SWEENEY; WILLIAMS, 2003).

Percebe-se, portanto, que os municípios com unidades do Projeto Amanhã tiveram um crescimento médio da arrecadação tributária muito maior que os demais, considerando-se, inclusive, a influência que o principal programa da CODEVASF teria sobre os mesmos municípios avaliados, como se pode observar no Quadro 7.3, indicando a capacidade de tal programa em otimizar os resultados de outros projetos da empresa.

Quadro 7.2 - Crescimento da receita tributária nos municípios do Vale do S.Francisco

		Projeto Amanhã	
		Sim	Não
Perímetros de Irrigação	Sim	28,1%	22,0%
	Não	35,8%	19,7%

Fonte: Elaborado pelo autor

Tais resultados, ao apontarem que, em média, os municípios que abrigam unidades do Projeto Amanhã têm crescimento maior que os demais, sugerem a perspectiva de os componentes da abordagem de Desenvolvimento Local do Projeto Amanhã maximizarem os efeitos das políticas públicas de desenvolvimento implementados pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba.

Durante a pesquisa de campo, as observações apontaram que, devido ao tamanho da área rural de alguns municípios, as populações rurais não se dirigem, necessariamente, para a sede do município onde moram, mas procuram os centros urbanos mais próximos, ou com melhores condições comerciais e de prestação de serviços. Dessa forma, projetos de desenvolvimento nas zonas rurais de alguns municípios não produzem efeitos positivos, necessariamente, na sua própria sede municipal, mas em outros agrupamentos, podendo, assim, ser considerados um dos motivos da dispersão encontrada nos valores apresentados.

Isto deixa claro que, além dos esforços materiais, qualquer projeto de desenvolvimento deve contemplar esforços cada vez maiores sobre os recursos humanos. O preparo técnico necessário para o adequado tratamento dos recursos materiais envolvidos não é suficiente para garantir o amplo desenvolvimento desejável ao aplicar os conceitos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável.

Neste ponto, é importante esclarecer que simples programas de educação, no sentido de capacitação para o trabalho ou qualificação profissional, não são suficientes. A vertente educação que a pesquisa discute é a educação para a cidadania, a educação que, além de formar capital humano, seja indutora de capital social, principais requisitos para o desenvolvimento, segundo o referencial teórico apresentado.

7.3 Descaracterização do Projeto Amanhã

Até 2001, o Projeto Amanhã seguia com 7.595 jovens capacitados, o que corresponde a uma média de quase 850 jovens capacitados ao ano. O ano de 2002 encerra-se com a capacitação de 1.242 jovens e, em 2003, no décimo aniversário do programa, temos seu auge, com 3.184 jovens capacitados durante o ano. A partir de 2004, o número de jovens capacitados cai para quase 2.400 jovens; em 2005, para cerca de 1.500 jovens e, em 2006, a expectativa é que cerca de 1250 jovens tenham passado pelo PAM, apesar da inclusão das unidades do Vale do Rio Parnaíba.

Quadro 7.3 - Últimas unidades implantadas do Projeto Amanhã

2002	2003	2004	2005
Unidade de Capacitação e Treinamento: Projeto Brígida - Orocó (PE)	Unidade de Capacitação e Treinamento: Timon (MA)	Unidade de Capacitação e Treinamento: Oeiras (PI)	Unidade de Capacitação e Treinamento: Arapiraca (AL)
Unidade de Capacitação e Treinamento: Perímetro Marituba (AL)	<i>(em parceria com a Casa Familiar Rural)</i>	<i>(em parceria com a Escola Familiar Agrícola)</i>	<i>(em parceria com a Prefeitura do Município de Arapiraca)</i>
Fábrica de aguardente: Perímetro Gorutuba – Colonização I			
Fábrica de aguardente: Perímetro Gorutuba – Colonização Gorutuba			
Centro de Capacitação em Bases Tecnológicas do Semi-árido (CEBATSA): Perímetro Baixio do Irecê			

Fonte: (CODEVASF, 2003; CODEVASF, 2004; CODEVASF, 2005).

Ainda durante o ano de 2003, a capacidade do projeto foi aumentada por meio de parcerias, como aquelas com a Faculdade do Vale do Gorutuba – FAVAG para o fornecimento de cursos de informática para os jovens da 1ª Superintendência Regional; com a CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco para continuidade das ações do Projeto Brígida em Orocó (PE) e com a Fazenda-Escola Pioneira para a realização de trabalhos no Centro de Capacitação (CEBATSA) em Baixio do Irecê (BA).

Ainda neste período, foram elaboradas propostas para a implantação de APLs - Arranjos Produtivos Locais – para o Programa Permanente de Convivência com o Semi-Árido - PPCSA, no segmento de capacitação de jovens em “Educação Contextualizada”; e Projetos Oficina, enquadrados na Estrutura de Empreendimentos Sociais e Geração de Emprego e Renda do Programa Petrobrás, no Fome Zero, na jurisdição da 4ª Superintendência Regional – Sergipe.

Em junho de 2003, devido ao apoio da Codevasf ao Programa Primeiro Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego, o limite máximo de idade para a participação dos jovens no projeto foi ampliado de 21 para 26 anos. A partir de agosto do mesmo ano, as ações do Projeto Amanhã passaram a ser supervisionadas diretamente pela Presidência da Codevasf, na sede, e, pelos superintendentes, nas superintendências regionais.

A partir de 2004, os recursos orçamentários do Projeto Amanhã passaram a ser alocados na rubrica ***“1329 – Programa Primeiro Emprego – Capacitação e Monitoramento da Juventude Rural”***. A partir de então, percebe-se um afastamento dos objetivos do Projeto Amanhã de sua visão original.

Conforme verificado no Relatório de Gestão 2004 (CODEVASF, 2005), com o compromisso de apoio do Programa Primeiro Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego, as “atividades do Projeto Amanhã foram adequadas de modo a direcionar as capacitações para atendimento à demanda de mão-de-obra dos mercados locais, regionais e nacionais”.

Além disso, o mesmo documento apresenta um novo objetivo do programa, ampliando, ainda mais, a descaracterização do projeto ao substituir os objetivos originalmente atribuídos ao Projeto Amanhã pelo simples objetivo:

“Inserir jovens no mercado de trabalho, facilitando a obtenção do seu primeiro emprego”.

E ainda completa com o seguinte comentário:

“As atividades desenvolvidas pela CODEVASF, no âmbito desse Programa, consistiram naquelas implementadas pelo Projeto Amanhã, ação de responsabilidade social instituído pela CODEVASF em 14 de maio de 1993, tendo por finalidade organizar e capacitar os jovens rurais das bacias do São Francisco e do Parnaíba, estudantes de instituições de ensino regular ou supletivo, preparando-os para o empreendedorismo e o primeiro emprego em conformidade com os programas sociais do Governo Federal” (CODEVASF, 2005).

Tais indícios deixam claro que o Projeto Amanhã deixou de ser uma ação estratégica da companhia, pois deixou o rol de determinações do corpo diretivo central e de ter uma visão de longo prazo, passando para níveis de decisão tática (Superintendências Regionais) e visão de curto prazo (preparar os jovens para o empreendedorismo e o primeiro emprego).

7.4 Configuração atual do Projeto Amanhã

Através das conversas mantidas com vários funcionários, envolvidos diretamente ou não com o Projeto Amanhã, foi possível perceber certa discordância nas opiniões sobre o projeto, principalmente, entre os que trabalham diretamente com o PAM e aqueles de outras áreas.

Entre os funcionários de áreas distintas do Projeto Amanhã, principalmente nas áreas técnicas, existe o senso comum de que o programa deixou de ser prioritário, por não ser capaz de atingir os objetivos propostos e, por esse motivo, sofre com o corte de verbas nos orçamentos da companhia. Muitos funcionários vêem o projeto encerrado, mantendo-se ainda em algumas localidades pela insistência de alguns colaboradores e não acreditam em um retorno efetivo deste ou de qualquer projeto semelhante na companhia.

De outro lado, existe o grupo de funcionários, ou ligados diretamente ao Projeto Amanhã ou que demonstram uma preocupação social e acreditam que fazem parte dos objetivos da Companhia, buscam o desenvolvimento do indivíduo enquanto cidadão, na crença de que o Projeto é viável e necessário.

Este grupo não vê com pessimismo a redução do orçamento, pois afirmam que, desde o princípio, a estratégia era operacionalizar as atividades do PAM por meio das parcerias firmadas com as demais entidades desenvolvimentistas atuantes na região e buscar a auto-sustentabilidade das unidades de capacitação.

O que ocorreu de preocupante, para este grupo de servidores, é que os objetivos do projeto foram alterados e o corte das verbas para o projeto ocorreu antes da maturação de algumas unidades, que lhe possibilitariam a auto-suficiência.

Outro ponto apontado diz respeito à falta de uniformidade do projeto ao longo da área de atuação da empresa. Como, a partir de 2004, as ações do Projeto passaram a ser supervisionadas diretamente pelas superintendências, a Companhia permitiu que visões individuais dos superintendentes, muito particulares e não conectadas a respeito do projeto, dominassem sua atuação, fazendo com que convivessem sete modelos diferentes do projeto na companhia.

É possível verificar tais diferenças nos próximos quadros, que demonstram a realização das atividades em cada superintendência durante o ano de 2006.

O quadro 7.4 a seguir resume a atuação da 1ª Superintendência Regional, sediada em Montes Claros (MG).

Quadro 7.4 – Configuração atual do PAM (2006) – 1ª SR

Superintendência	Unidades PAM	Operações	Número de Jovens participantes
1ª SR Montes Claros (MG)	Janaúba	Informática – Telecentro CODEVASF Processamento da Banana (EMATER) APL Apicultura Música (Guarda-Mirim) Coreografia (Guarda-Mirim) Coral e Teatro (Guarda-Mirim) Pintura em tecidos, bordados e crochê (Guarda-Mirim)	63 jovens 6 jovens 12 jovens 10 jovens 25 jovens 45 jovens 30 jovens
	Nova Porteirinha	Informática – Telecentro CODEVASF Artesanato com bananeira (EMATER) Processamento da banana (EMATER) Pintura em tecidos (EMATER) Reciclagem de garrafas PET (EMATER) Adm. associações e cooperativas (SENAR) Processamento de doces (Doces Flávia)	64 jovens 43 jovens 8 jovens 5 jovens 8 jovens 3 jovens 20 jovens
	Jaíba	Produção de doces de Limão (Ruralminas)	4 jovens
	Bocaiúva	Serigrafia Bordados Confecções de bolsas Marcenaria APL – Apicultura	40 jovens 10 jovens 10 jovens 10 jovens 40 jovens
	Pirapora	Viveirista Horticultura Artefatos de Cimento Fabricação de caixas de frutas Serralheria Minhocário	6 jovens 6 jovens 8 jovens 6 jovens 15 jovens 4 jovens
	Morada Nova de Minas	Noções básicas de Psicultura Horticultura	40 jovens 15 jovens
	Localidades atendidas		6 locais
	Total de jovens atendidos		556 jovens

Fonte: elaborado pelo autor

Como veremos adiante, a 1ª Superintendência, em Montes Claros, foi a única onde o Projeto Amanhã teve ampliação no número de locais atendidos e é a responsável pelo maior número de jovens atendidos durante o ano de 2006.

Cabe destacar os cursos oferecidos em Janaúba (MG): como podemos verificar no quadro 7.4, são atividades que incentivam a aproximação dos jovens e a formação de capital social. Foi a SR que demonstrou ter a visão mais adequada de educação, não restringindo suas atividades à capacitação profissional e a preparação para o emprego.

Quadro 7.5 – Configuração atual do PAM (2006) – 2ª SR

Quadro 7.3 - Configuração atual do PAM (2008) - 2ª SR			
Superintendência	Unidades PAM	Operações	Número de Jovens participantes
2ª SR Bom Jesus da Lapa (BA)	Bom Jesus da Lapa	<u>Módulos de Zootecnia</u> Apicultura (24 horas-aula) Manejo de Caprinos e Ovinos (40 h-aula) Piscicultura (8 horas-aula)	19 jovens 27 jovens 08 jovens
		<u>Módulo Agroindústria</u> Doces (8 horas-aula)	20 jovens
		<u>Módulo Agricultura</u> Colheita e pós-colheita de Banana (16 h-a) Tratos culturais bananeira (40 horas-aula)* Classificação em embalagem da banana (80 horas-aula)*	25 jovens 20 jovens 40 jovens
		<u>Módulo Pedagógico</u> Ler e escrever (12 horas-aula)	18 jovens
	Localidades atendidas		
Total de jovens atendidos			177 jovens

Fonte: elaborado pelo autor

Atualmente, na área de atuação da 2ª Superintendência Regional, com sede na cidade bahiana de Bom Jesus da Lapa, o Projeto Amanhã está restrito às instalações do próprio município sede, instalações pioneiras do Projeto na Companhia. O quadro 7.5 mostra que, durante o ano de 2006, foram capacitados, até o mês de outubro, 117 jovens.

Segundo a 2ª Superintendência Regional, estão programados mais dois cursos até o final do ano, com capacidade de atender mais 60 jovens, totalizando 177 jovens atendidos durante 2006.

Quadro 7.6 – Configuração atual do PAM (2006) – 3ª SR

Superintendência	Unidades PAM	Operações	Número de Jovens participantes
3ª SR Petrolina (PE)	Afrânio	Ministrado curso sobre apicultura em convênio com Coopavale ¹ APL de apicultura ainda não está em funcionamento (falta estrutura de energia elétrica e água)	25 jovens
	Granito	Firmado convênio com a ONG Chapada ² com o objetivo de “estimular o processo de desenvolvimento pessoal e profissional, formação cidadã e inclusão social em atividades econômicas, desenvolvido por agricultores familiares do município de Granito” São treze grupos que iniciarão a capacitação ainda no ano de 2006, nas seguintes especialidades: agroecologia, caprino e ovinocultura, apicultura, horticultura e avicultura. Caberá à ONG a gestão do projeto no local.	229 jovens
	Localidades atendidas		2 locais
	Total de jovens atendidos		254 jovens

¹Coopavale = Cooperativa de Multiserviços do Vale do São Francisco

²Chapada = Centro de Habilitação e Apoio ao Pequeno Agricultor do Araripe

Fonte: Elaborado pelo autor

Observando os dados constantes no quadro 7.6 da 3ª Superintendência Regional em Petrolina (PE), chama a atenção que, do total encontrado de 254 jovens atendidos, 229 ainda não iniciaram a capacitação, que se iniciará ainda em 2006 por meio da parceria com a ONG Chapada – Centro de Habilitação e Apoio ao Pequeno Agricultor do Araripe, ou seja, com 80% do ano já corrido, Pernambuco capacitou este ano somente 25 jovens. Neste caso, temos um claro exemplo de como o PAM deixou de ser encarado como uma ação

estratégica da companhia, trabalhada de forma localizada e de acordo com a percepção das lideranças das superintendências, que, segundo os funcionários, são fortemente influenciadas pelos governos dos estados e dos municípios onde atuam.

Quadro 7.7 – Configuração atual do PAM (2006) – 4ª SR

Superintendência	Unidades PAM	Operações	Número de Jovens participantes
4ª SR Aracajú (SE)	Betume (Perímetro) Atende municípios de Pirambú e Pacatuba	Curso de Gestão de empreendimentos Estão trabalhando em grupos informais de empreendimentos em ervas medicinais	20 jovens
	Canindé de São Francisco	Ecoturismo Convênio com a ONG - Instituto Xingó	15 jovens
	Alagamar (Pirambu)	APL Apicultura Convênio com ONG – Instituto São Rafael de Pirambu	15 jovens
	Lagoa Redonda (Pirambu)	APL Apicultura Convênio com ONG – Instituto São Rafael de Pirambu	15 jovens
	Japarutuba	APL Apicultura Convênio com Prefeitura Municipal	15 jovens
	Pacatuba (Tigre)	APL Apicultura Especializado em produção de pólen	15 jovens
	Poço Redondo	APL Apicultura	15 jovens
	Localidades atendidas		7 locais
	Total de jovens atendidos		110 jovens

Fonte: Elaborado pelo autor

Na pesquisa realizada na 4ª Superintendência Regional (quadro 7.7), verificou-se que o projeto desenvolvido no Perímetro de Irrigação de Betume compreendeu o oferecimento de um curso de Gestão de Empreendimentos e de Cultivo de Ervas Medicinais, que atendeu a 20 jovens durante o ano de 2006. O objetivo era, ao final do treinamento, que os jovens montassem uma associação ou cooperativa e organizassem a produção e comercialização de ervas medicinais. Entretanto, aproximadamente dois meses

após a conclusão da qualificação, os jovens ainda encontram dificuldades para se organizarem e trabalham no próprio local dos treinamentos em grupos informais. Como ainda ocupam a área destinada ao projeto, não foi possível montar uma nova turma. Segundo a coordenadoria do projeto, à próxima turma seria oferecido o curso de processamento de frutas.

No município de Canindé de São Francisco, foi efetuado um convênio com uma ONG denominada Instituto Xingó, para que a mesma oferecesse treinamentos em Ecoturismo. Ao todo, foram qualificados 15 jovens durante o ano de 2006.

Nas demais localidades, o projeto segue atrelado à proposta de formação de APL's – Arranjos Produtivos Locais, cujo foco escolhido pela superintendência foi a apicultura.

Quadro 7.8 – Configuração atual do PAM (2006) – 5ª SR

Superintendência	Unidades PAM	Operações	Número de Jovens participantes
5ª SR Penedo (AL)	Penedo (Palmeira Alta)	APL de Piscicultura Parceria nos cursos de negócios com o Sebrae e com a Cooperativa de Pindorama.	12 jovens
	Arapiraca	Centro construído pela Codevasf e inaugurado em 2005. Trabalha as seguintes especialidades: informática, horticultura (olericultura), avicultura de corte, plantas medicinais e floricultura tropical.	20 jovens
		Inovação: até o final do ano de 2006, será incluída no projeto uma turma de jovens surdos-mudos, com 20 jovens já inscritos. Mantido em parceria com a Prefeitura Municipal de Arapiraca.	20 jovens
	Piranhas (Xingó)	APL Ovinocultura Parceria com a Prefeitura de Piranhas	10 jovens
	Marituba	APL Apicultura	10 jovens
		APL Piscicultura Estão em fase de implantação os programas de horticultura e ovinocultura. Núcleo mantido pela Codevasf.	8 jovens
	Ipiúba	São três programas: ○ Ovinocultura (produção, processamento e comercialização) ○ Piscicultura ○ Fruticultura (goiaba, banana, graviola, côco e tangerina) Centro mantido pela Codevasf	12 jovens 12 jovens 15 jovens
Localidades atendidas			5 locais
Total de jovens atendidos			119 jovens

Fonte: Elaborado pelo autor

Na 5ª SR atuante em Alagoas, o projeto, apesar de atrelado aos programas básicos dos APL's listados como prioritários para os trabalhos do Projeto Amanhã, foram

encontradas diferenças sutis, mas que conferem grande vantagem aos jovens atendidos no estado de Alagoas. A pesquisa realizada no local indica que, além da capacitação técnica na especialidade do APL desejado, também são oferecidos cursos e palestras de sensibilização social, associativismo, empreendedorismo e negócios (quadro 7.8). Tais cursos, mantidos na região da 5ª Superintendência, vão diretamente de encontro às necessidades de um adequado programa de desenvolvimento local, conforme descrito no referencial teórico, pois são importantes formadores de capital social.

Também merece destaque a iniciativa inovadora da Superintendência de Alagoas ao incluir um programa específico para portadores de necessidades especiais. Vinte jovens surdos-mudos já estão inscritos na primeira turma de capacitação especial, que terá início no mês de outubro de 2006.

Quadro 7.9 – Configuração atual do PAM (2006) – 6ª SR

Superintendência	Unidades PAM	Operações	Número de Jovens participantes
6ª SR Juazeiro (BA)	Curaçá (Cachaqui)	Capacitação em Caprino-ovinocultura com foco na construção de um APL Convênio com IRPPA – Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada.	20 jovens
	Uauá (Serra da Besta)	Capacitação em Caprino-ovinocultura com foco na construção de um APL Convênio com IRPPA – Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada.	20 jovens
	Localidades atendidas		2 locais
	Total de jovens atendidos		40 jovens

Fonte: Elaborado pelo autor

Atualmente, dos programas em funcionamento na Superintendência de Juazeiro, nenhum deles utiliza as instalações que foram construídas para o Projeto Amanhã na região. Toda estrutura própria do PAM encontra-se fechada.

A superintendência optou pelo convênio com o IRPPA – Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada; visando à construção de um arranjo produtivo local de caprino-ovinocultura. Observa-se que os 40 jovens apontados como beneficiários do programa em 2006 são ingressantes da primeira capacitação deste convênio, que terá início em novembro de 2006. Durante os dez primeiros meses do ano, a 6ª SR não trabalhou com nenhum jovem, estando o Projeto Amanhã totalmente paralisado durante todo este período nesta região.

Quadro 7.10 – Configuração atual do PAM (2006) – 7ª SR

Superintendência	Unidades PAM	Operações	Número de Jovens participantes
7ª SR Terezina (PI)	Oeiras (PI)	<p>Auxílio Financeiro</p> <p>Repasse de recursos financeiros para reforma de instalações e compras de equipamentos para Escola Familiar Agrícola de Oeiras.</p> <p>Não há jovens participantes do Projeto Amanhã. Todas as atividades desenvolvidas são da Escola Familiar Agrícola.</p>	<p>PAM = 0</p> <p>EFA = não informado</p>
	Timon (MA)	<p>Auxílio Financeiro</p> <p>Repasse de recursos financeiros para reforma de instalações e compras de equipamentos para Casa Familiar Rural e Associação dos Pais de Timom.</p> <p>Não há jovens participantes do Projeto Amanhã. Todas as atividades desenvolvidas são da Casa Familiar Rural.</p>	<p>PAM = 0</p> <p>CFR = Não informado</p>
	Localidades atendidas		2 locais
	Total de jovens atendidos		0 jovens

Fonte: Elaborado pelo autor

Na 7ª SR, o Projeto Amanhã funciona, basicamente, como um programa de distribuição de recursos financeiros para entidades que possuem algum programa de educação e qualificação para o jovem. De acordo com as informações recebidas, não há influência da CODEVASF na gestão dos programas contemplados com as verbas, há somente controles das atividades desenvolvidas.

Conforme podemos observar nos quadros anteriores, que demonstram a situação atual do PAM em cada uma das superintendências, percebe-se que o projeto não é prioritário e, quando deixou de receber dotações nos orçamentos de 2005 e 2006, parece ter perdido o interesse da maioria do pessoal responsável pelo projeto nas superintendências, pois usam como justificativa da queda das atividades do projeto a falta de recursos financeiros.

Cita-se ‘perda de interesse’, pois, segundo os próprios funcionários, o projeto deveria buscar a auto-sustentabilidade por meio da produção dos próprios jovens, enquanto usuários das instalações da CODEVASF e, principalmente, através de parcerias com as prefeituras municipais e outras entidades atuantes na região.

Como se pode observar no quadro 7.11 e no gráfico 7.2, apesar desse ‘desinteresse’ geral, a 1ª Superintendência Regional em Montes Claros (MG) expandiu o número de localidades atendidas.

Quadro 7.11 – Localidades contempladas com Projeto Amanhã

Superintendência	Máxima Expansão	Situação Atual	Variação
1ª SR – Montes Claros	4 locais	6 locais	50%
2ª SR – Bom Jesus da Lapa	6 locais	1 local	-83,3%
3ª SR – Petrolina	8 locais	2 locais	-75,0%
4ª SR – Aracajú	16 locais	7 locais	-56,3%
5ª SR – Penedo	7 locais	5 locais	-28,6%
6ª SR – Juazeiro	5 locais	2 locais	-60,0%
7ª SR – Terezina	2 locais	2 locais	00,0%
Total Geral	48 locais	25 locais	-47,9%
Jovens atendidos	3.184 jovens	1.256 jovens	-60,6%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Gráfico 7.2 – Localidades atendidas pelo PAM (máxima expansão e em 2006)

Fonte: Elaborado pelo autor

O destaque da superintendência de Montes Claros também pode ser observado na participação de jovens capacitados em relação ao total (gráfico 7.3). Pode-se atribuir à capacidade de formação de parcerias e redes do pessoal da superintendência o bom desempenho desta SR. Ao todo, durante o ano de 2006, esta superintendência atendeu cerca de 45% dos jovens que passaram pelo programa em toda a área de atuação da CODEVASF.

Gráfico 7.3 – Proporção de jovens atendidos em cada SR

Fonte: Elaborado pelo autor

Entretando, apesar disso, os entrevistados acreditam na ocorrência de uma (necessária) reestruturação do projeto, voltando-o para seus objetivos originais, como forma de continuar contabilizando ganhos juntos aos já acumulados nestes treze anos do projeto.

Além dos aspectos mencionados, cabe ressaltar a contribuição social do Projeto Amanhã na contenção e recuperação de jovens debilitados pelo uso de álcool e drogas.

Segundo informações coletadas junto à 5ª Superintendência Regional em Penedo, Alagoas, as comunidades sofrem com sérios problemas relacionados ao uso de álcool e drogas pelos jovens locais e, nesse sentido, o Projeto Amanhã assume um importante papel na região. Além de um acompanhamento mais próximo dos jovens usuários de entorpecentes, que demonstra a redução dessa incidência entre os egressos, muitos pais procuram a CODEVASF para agradecer pelo que a companhia faz pelos seus filhos. No

caso específico da Unidade de Capacitação de Palmeira Alta (Alagoas), 50% dos jovens tinham histórico de alcoolismo ou uso de drogas antes da admissão no programa. No final do ciclo, a companhia devolve-os, além de capacitados profissionalmente, recuperados da dependência, por meio de sua valorização enquanto indivíduos.

7.5 Considerações sobre o Estudo de Caso

Somente através da educação, a população poderá se preparar para participar consciente e democraticamente de processos de desenvolvimento. Através dela, os jovens receberão estímulos para orientarem suas ações para atividades desenvolvimentistas, que busquem a melhoria dos níveis de condição de vida individual e coletivo.

Por isso, não é prudente considerar os resultados obtidos por meio das informações quantitativas já levantadas como único resultado dos investimentos feitos pela CODEVASF nestes projetos. Sabe-se que a qualidade das políticas implementadas depende dos incentivos e controles a que os projetos se submetem (ARRETCHE, 2003) e que, principalmente nos casos de auto-gestão (emancipação dos perímetros) e educação, são necessários vários anos para que as estruturas institucionais das comunidades amadureçam e consolidem o desenvolvimento obtido. Isto indica que se pode esperar para tais políticas resultados além dos percebidos a curto prazo.

Durante a pesquisa de campo, foram feitas visitas às instalações do Projeto Amanhã, oportunidade em que foram entrevistados diversos jovens que participaram do programa. Em todos os casos, sua participação no projeto inicia-se com a visita do funcionário da

CODEVASF na escola ou na comunidade, ocasião em que apresenta o Projeto, seus objetivos e convida os jovens da comunidade local a ingressarem no PAM.

Percebe-se que, a princípio, o programa vinha de encontro aos componentes da abordagem do desenvolvimento local, integrado e sustentável constante do referencial teórico. Com base nas informações coletadas nas superintendências, bem como nas informações coletadas por meio dos contatos mantidos com ex-integrantes do projeto, observa-se uma ampla conexão entre as práticas empregadas no projeto e a maioria dos processos de formação dos componentes do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, apresentados no referencial teórico (Quadros 3.2, 3.3, 3.4, 3.6, 3.7 e 3.8).

A participação no programa iniciava-se com atividades que visavam ao diagnóstico das necessidades dos alunos. Além do trabalho desenvolvido por um profissional da psicologia, os alunos reuniam-se para ler e discutir temas que eles próprios selecionavam em jornais e revistas. É perceptível no depoimento dos jovens a importância desta atividade no que tange à **formação de Capital Social**.

Tais atividades contribuíam positivamente para a “ampliação da capacidade de associação em torno de valores e interesses comuns”, “construção de acordos, pactos e redes, cuja base é a confiança mútua”, “estímulo à solidariedade” e “constituição de espaços de troca entre os diversos tipos de conhecimento e experiência”.

Além disso, de forma bastante clara, temos a óbvia contribuição do PAM à **formação de Capital Humano**, obtida por meio da “ampliação das oportunidades de educação profissional”, “ampliação do acesso ao ensino”, “expansão da capacidade de gerar mudança social” e da “melhoria das condições de saúde, alimentação e habitação”, proporcionadas pelos cursos e treinamentos oferecidos.

Percebe-se, também, por meio da modificação das expectativas dos jovens, o potencial do programa em trabalhar a questão do **Desenvolvimento produtivo do território**. Quando questionados sobre suas expectativas em relação ao projeto, percebiam-se duas reações básicas e que apareciam quase que na mesma proporção: ou o jovem não tinha expectativa nenhuma e se inscrevia no programa pelo impulso da participação dos amigos mais próximos, ou pensava que, simplesmente, aprenderia “técnicas de trabalho urbano”, que o auxiliariam a encontrar um emprego “novo” e mudarem de vida.

Segundo os jovens, as atividades de sensibilização faziam-nos se sentirem parte de um contexto maior – sociedade – e que a melhor vida que desejavam não viria da simples assimilação de técnicas, mas da vontade e da busca do desenvolvimento a partir do próprio esforço da localidade – “promoção do potencial de desenvolvimento endógeno”.

Nesse sentido, em consonância com o referencial teórico, observa-se nos participantes do programa uma maior consciência a respeito da importância do seu papel na sociedade. Importância não restrita no tempo, pois aqueles demonstram ter adquirido a capacidade de visualizar a influência dos seus atos, tanto na sociedade atual, como na vida das gerações futuras, o que indica a incorporação da questão da “sustentabilidade ambiental e social nas diferentes opções produtivas”. Este ponto é comprovado pela atual busca de adaptação das tarefas quotidianas, deles e das próprias famílias, à sujeição da “preservação e conservação dos recursos naturais”, por meio de um “manejo sustentável” dos mesmos, como forma a “resguardar a qualidade de vida futura”.

Merece comentário também a questão da migração. Além da observação e análise dos componentes de desenvolvimento local empregados pelo programa, fazia-se necessário observar também até que ponto o projeto dava condições para que o indivíduo buscasse seu desenvolvimento na própria localidade, aspecto avaliado pela capacidade do projeto na

contenção do movimento migratório que ainda ocorre, principalmente, para os grandes centros urbanos da região sudeste do Brasil.

Nesse sentido, diversos jovens apontaram que é generalizada, principalmente entre os que passam mais dificuldades, a idéia simplista de que a vida seria muito mais fácil se fossem para o “sul”, principalmente, para São Paulo. Comentaram a influência sentida através das propagandas que afirmam que “lá” os cidadãos têm moradia, saúde e educação de qualidade fornecidas pelo Estado.

Para melhor ilustrar tal fato, segue o depoimento literal de um dos jovens entrevistados:

Eu achava que se eu fosse para São Paulo num dia, no outro estaria empregado com um bom salário e voltaria para cá só pra passear. Fui pra lá um ano antes de entrar no projeto, fiquei seis meses sobrevivendo de bicos e da ajuda dos outros. Consegui voltar com a ajuda de amigos. Entrei no Projeto Amanhã. Hoje nunca mais saio daqui (Adriano Lima, morador de Alto Piauí – Município de Coruripe – Alagoas).

Entretanto, todos os que participaram do Projeto Amanhã afirmam, categoricamente, que, depois do PAM, não se mudariam de suas localidades, pois, hoje, “graças ao projeto”, adquiriram uma consciência mais abrangente da realidade e sabem que o crescimento e o desenvolvimento de suas comunidades dependem da vontade deles próprios.

De outro lado, em tom de lamento, a maioria dos jovens também colocaram o sentimento de muita resistência por parte das pessoas mais velhas da comunidade, que são avessas às mudanças e novidades proporcionadas pelo treinamento. Vários sugerem que o projeto deveria estender-se também aos adultos, principalmente, àqueles que não têm filhos participantes do PAM, os mais resistentes ao programa.

Como exemplo, comentaram que incentivam seus pais a participarem, juntamente com os demais produtores da comunidade, de associações ou cooperativas, como estratégia

de potencialização de seus resultados econômicos, mas, principalmente, os mais velhos e os que não têm filhos são contrários a participação e as várias iniciativas neste sentido acabaram frustradas.

De forma geral, a discussão sobre os resultados globais do Projeto Amanhã, por meio de um balanço geral solicitado na participação dos egressos e familiares, resultou em um quadro onde se percebe, claramente, a satisfação em relação ao programa e convicção de melhoria de suas vidas em diversos aspectos, que surgem para eles tão importantes quanto o aspecto econômico.

Assim, se, de um lado, temos vários aspectos positivos que se posicionam favoravelmente à manutenção e ampliação do projeto, considerados, inclusive, os resultados potenciais de longo prazo não mensurados; de outro lado, cabe mostrar que ainda existem vários pontos a serem trabalhados, justificando a manutenção do projeto em suas bases originais.

Faz-se aqui um alerta para o perigo da descaracterização do projeto. Um objetivo que busca simplesmente qualificar o jovem de forma a facilitar o acesso ao primeiro emprego, certamente, deixará de lado a valorização dos jovens enquanto indivíduos e seu crescimento na sociedade como cidadãos.

Pelos depoimentos colhidos tanto junto aos jovens, quanto junto a funcionários da empresa, os moradores dos bairros rurais excluem-se mutuamente, sentem vergonha de confessar sua origem, inferiorizam-se e se desvalorizam, por serem “rurais”. Visualizam o desenvolvimento como um estado de vida “urbana”, cujo endereço na cidade vale mais que a possibilidade de uma vida digna.

Nesse sentido, a manutenção e ampliação do caráter formador de cidadania do Projeto Amanhã torna-se imprescindível. Somente quando os indivíduos enxergarem-se

como parte importante de um todo (sociedade), sentir-se-ão valorizados e se abrirão para a inclusão, permitindo que os conhecimentos transmitidos nas qualificações justifiquem-se e sejam assimilados.

Os objetivos do projeto não devem ser encarados como um fim em si mesmos, mas como construtores das circunstâncias indispensáveis para a condução ao sucesso de qualquer programa de desenvolvimento local.

Tal importância é justificada pela capacidade de o Projeto Amanhã formar capital social e cidadania, que se constituem em pré-condições para o sucesso de quaisquer outros programas de desenvolvimento. Os esforços de programas formadores de capital social e de cidadania nas localidades é que levarão às mudanças sociais necessárias ao desenvolvimento e defendidas por diversos autores (FLEURY, 2004; FISCHER, 2002; FRANCO, 2002).

É certo, portanto, que o programa, se revitalizado e realinhado com uma estratégia global de desenvolvimento local, será capaz de cumprir o objetivo maior de provocar as mudanças sociais, que otimizarão os resultados dos demais projetos e programas da companhia, favorecendo seu estabelecimento, continuidade e sustentabilidade.

7.6 Sugestões para o Projeto Amanhã

A título de sugestões, apontamos algumas observações que podem se reverter em melhorias, tanto para o Projeto Amanhã, quanto para outras iniciativas da empresa.

A CODEVASF deve buscar um melhor aproveitamento da estrutura existente (várias estruturas do PAM estão abandonadas, com seus equipamentos sendo alvo de

roubos, além da depreciação natural que ocorre mesmo sem uso). As diversas experiências ocorrentes paralelamente nas várias superintendências demonstram que a redução no volume de recursos orçamentários não é justificativa para a paralisação das atividades. Principalmente nos casos onde existe estrutura física, a formação de redes e parcerias surgem como um fator importantíssimo para a continuidade do projeto. A Companhia deveria incentivar e promover a formação de parcerias pelas superintendências.

Nesse ponto, como as iniciativas e interesses não são homogêneos em toda área de atuação, justifica-se a importância de figuração do Projeto Amanhã no rol das políticas estratégicas e criação na administração central (Brasília) de um órgão específico, responsável pela direção e controle do PAM.

Da mesma forma que o Projeto Amanhã sofreu pela inexistência de ações estratégicas em seu favor, a estrutura atual da Companhia, estritamente tecnocrática, faria o mesmo com qualquer outra política de desenvolvimento não economicista, atrelada à vertente do Desenvolvimento Local. Dessa maneira, é importante que a Companhia assimile as novas vertentes de desenvolvimento em toda sua estrutura, adotando um perfil mais atrelado ao desenvolvimento humano e social.

A formação intensiva de capital social e humano por programas como o PAM pouparia, inclusive, grandes esforços e recursos da companhia, gastos sem retorno nos programas de emancipação dos perímetros.

É certo que parte da dificuldade que a CODEVASF tem no processo de emancipação dos perímetros ocorre pelo reduzido capital social existente nos perímetros, que não foi trabalhado anteriormente, na construção dos mesmos, e tratados como pré-condição necessária para todas as formas de associativismo (modelo utilizado no processo de emancipação).

Dessa forma, é fundamental que o Projeto Amanhã seja incluído no rol dos programas estratégicos da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba, como estratégia de desenvolvimento de longo prazo, atrelado aos pressupostos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, reconhecido tanto a título de destinação de recursos, como a título de políticas públicas, pois fica comprovada a sua capacidade em gerar desenvolvimento através da formação de capital social e cidadania, apesar de, inicialmente, tal fenômeno ter ocorrido à revelia da gestão da empresa.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face à crescente reprodução da desigualdade e da pobreza, faz-se urgente a busca por alternativas de estratégias que contribuam para reverter essas distorções. Nesse sentido, o Estado é considerado como o principal meio que as sociedades têm, nos dias de hoje, para controlarem os efeitos indesejáveis da globalização e garantirem seus valores e interesses próprios.

Essa busca inclina os gestores públicos a preferirem soluções que contemplem uma maior participação e comprometimento dos cidadãos, fundamentados em conceitos de capital humano e capital social. Nesse sentido, modelos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável são testados, produzindo experiências bem sucedidas em todo o território nacional (MOURA *et al*, 2002).

O capital humano e a educação ligam-se, de forma íntima, à concepção de capital social, proporcionando a participação e promovendo menores assimetrias de informação nas transações contratuais. A educação influencia a coesão social e a intensidade de participação cidadã, além de poder ser relacionada com a confiança de um determinado grupo coletivo. Assim, quando se investe em educação, investe-se em capital social (BIALOSKORSKI NETO, 2001).

Ainda são enormes as deficiências e vulnerabilidades econômicas e sociais do Nordeste, assim como as tendências que elas projetam para o futuro se não forem gradativamente superadas. Destaca-se o problema da não-sustentabilidade econômica da região, demonstrada pelo elevado grau de dependência que a região tem das transferências de renda do restante do País (CODEVASF, 2006).

A ocupação da região nordeste foi intensiva somente no litoral. Como a ocupação do interior aconteceu, basicamente, pela agricultura de subsistência e pecuária extensiva, sua população ficou espalhada em poucos aglomerados, apresentando fraca articulação entre os habitantes. Dessa forma, as alternativas de desenvolvimento baseadas no modelo de DLIS, Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, fundamentadas no estímulo e fomento para a formação de capital social, são bem vindas, dado o potencial existente para sua aplicação naquela região.

No que tange aos aspectos econômicos relacionados à questão de pesquisa, representados pela análise das informações quantitativas relacionadas ao aumento da atividade econômica das regiões analisadas, pode-se considerar que programas de desenvolvimento com a variável educação agregada têm a capacidade de otimizar os resultados econômicos esperados para a sociedade.

Todavia, a análise conjunta de aspectos qualitativos e quantitativos torna-se necessária, devido à complexidade de se analisar políticas públicas de DLIS, uma vez que os resultados esperados não se restringem a algumas variáveis, mas a diversas dimensões, como: condições sociais, econômicas, de educação, saúde, ambientais, proteção e coesão social.

Dessa forma, o processo educacional consiste em fator decisivo nos resultados do desenvolvimento econômico e se acredita que é um dos principais mecanismos de transformação da estrutura social. Neste sentido, ficou clara no estudo de caso a capacidade de o PAM formar capital social, mesmo à revelia das ações intencionais do projeto e da empresa. Isto demonstra que programas como o Projeto Amanhã, com sua forte vertente ligada à educação, são considerados ótimas alternativas para a promoção do desenvolvimento nas pequenas localidades, pois, além dos aspectos relacionados à

concepção de desenvolvimento (principalmente, as capacidades de desenvolver a cidadania e formar capital social e humano), respondem também ao grave problema da educação rural, esquecida pelas políticas públicas de educação.

Apesar de a missão da companhia estar relacionada ao desenvolvimento das bacias do São Francisco e do Parnaíba, a pesquisa concluiu que não fazem parte das políticas da companhia os pressupostos de DLIS. Embora muitas das suas variáveis (formação de capital social, capital humano, ampliação da cidadania, ampliação das capacidades territoriais e das condições de sustentabilidade) sejam produzidas pelos projetos e programas da Companhia, como o Projeto Amanhã, acredita-se que tais fatores foram produzidos ‘acidentalmente’, sem que se tenha planejado e sem a observação da existência e da qualidade destes elementos.

Além disso, também é importante mencionar a falta de horizontalidade nos processos dos vários organismos atuantes na região, inclusive, horizontalidade entre as próprias superintendências da companhia, que mantêm atuações particulares em cada região, funcionando como organizações independentes dentro de um organismo maior – CODEVASF.

Nesse sentido, Bakvis e Juillet (2004) demonstram a importância dos órgãos centrais no direcionamento e na busca da conciliação de atuações conflitantes das superintendências.

Dessa maneira, é importante que haja uma busca pela horizontalidade das ações dos vários organismos interessados na região. O trabalho de forma horizontal pode ser essencial para a obtenção de resultados positivos das políticas adotadas, percebe-se, assim, uma nova realidade da gestão pública, cujos principais aspectos transformaram-se em horizontais.

Isto nos leva a concluir que projetos de irrigação, que envolvam simplesmente os fatores técnico-produtivos, têm sua eficácia e efetividade limitadas, pois não cumprem os objetivos da empresa em levar o desenvolvimento às áreas mais pobres do país. Apesar de importantes, os projetos de irrigação, enquanto iniciativas isoladas de transferências de recursos ou de tecnologia, encontram respaldo somente na vertente economicista do desenvolvimento, e deixam a desejar em termos de desenvolvimento humano e social.

É necessário que a empresa passe a adotar políticas mais amplas de desenvolvimento, que contemplem os pressupostos do desenvolvimento local (integrado) sustentável, e busque por objetivos mais amplos, que estejam além de meros indicadores econômico-financeiros.

Políticas que, além de indicadores de renda ou de produção, dêem realmente condições para que o indivíduo seja promotor do seu próprio desenvolvimento. Só assim, com a cidadania plena e a participação nos processos de condução das comunidades e da sociedade, é que o homem atingirá um estágio mais completo de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo et al. Mercados do empreendedorismo de pequeno porte no Brasil. Brasília: CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, mar-2003.
- ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Revista de Economia Aplicada**. v. 4, n.2, abr.-jun. 2000.
- ABREU, Marcelo P. et al. **A ordem do progresso: Cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. 16 tiragem. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- ABU-EL-HAJ, Jawdat. **A mobilização do capital social no Brasil**: o caso da reforma sanitária no Ceará. São Paulo: Annablume, 1999. 234 p.
- ADELMAN, Irma. **Teorias do desenvolvimento econômico**. 1 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1972.
- AFONSO, J. R. R.; ARAÚJO, E. A. A capacidade de gasto dos municípios brasileiros: arrecadação própria e receita disponível. **Cadernos Adenauer**. São Paulo, n. 4, p. 35-53, abr-2000. (rev.) jun-2001.
- ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lúcia. Capital social e empreendedorismo. In: PROPOSIÇÃO DE POLÍTICAS PARA A PROPOSIÇÃO DE SISTEMAS PRODUTIVOS LOCAIS DE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, set. 2002. 29 p.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith e GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais**. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004
- AMADEO; Edward J. (ed.). **John M. Keynes**: cinquenta anos da teoria geral. 2 ed. Rio de Janeiro: IPEA, 1992. 168 p.
- ANDERSON, David R.; SWEENEY, Dennis J.; WILLIAMS, Thomas A. **Estatística aplicada à administração e economia**. Tradução Luiz Sérgio de Castro Paiva. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. 642 p.
- ANDION, Carolina. Análise de redes e desenvolvimento local sustentável. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. v. 37, n. 5, set.-out. 2003.
- ARISTÓTELES. **Metafísica**. Livro 1. Textos Selecionados. Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- ARRETCHE, Marta. Federal financing and local management of social policies: the balance among regulation, accountability and autonomy. **Ciência e Saúde Coletiva**, [S.l], v. 8, n. 2, p. 331-345, 2003.
- ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. Supervisão R. B. Martins e J. C. Libânio, Coordenação M. L. A. Marques e R. P. Barros. In: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, IPEA e PNUD. Software Versão 1.0.0, 2003

BAKVIS, Herman e JUILLET, Luc. O desafio horizontal: ministérios setoriais, órgãos centrais e liderança. **Cadernos da ENAP**, Brasília, n. 27, 2004.

BEDUSCHI FILHO, Luiz Carlos; ABRAMOVAY, Ricardo. Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 41., 2003, Juiz de Fora: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2003. p. 25.

BEHRING, Elaine R. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. Governança Cooperativa, Capital Social e Valor da Produção na Agricultura: um Ensaio Analítico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 39., 2001, Recife. **Anais do XXXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Recife: SOBER, 2001.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 4 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BODSTEIN, R.; ZANCAN, L. **Avaliação das ações de promoção da saúde em contextos de pobreza e vulnerabilidade social**. In: L. Zancan; R. Bodstein; W. B. Marcondes (orgs.). **Promoção da saúde como caminho para o desenvolvimento local: a experiência em Manguinhos**. Rio de Janeiro: Abrasco, 2002.

BRASIL. Constituição (1946). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, DF: Senado, 1946.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Do Estado Patrimonial ao Gerencial. In: PINHEIRO, Wilhelm e SACHS, Ignacy (org.), **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Gestão do setor público: estratégia e estrutura para um novo estado. In: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (org). **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BROSE, Markus. **Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local**: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

BUARQUE, Cristovam. **Admirável mundo atual**. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

CANDIDO JR, José O. Os gastos públicos no Brasil são produtivos? **Revista Planejamento e Políticas públicas**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 233-260, 2001.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 617 p.

CASTILHOS, Dino S. B. **Capital social e políticas públicas**: um estudo da linha infraestrutura e serviços aos municípios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura

Familiar. 2002. 172 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

CAVALCANTE, Marly (org.). **Gestão social, estratégias e parcerias**: redescobrimo a essência da administração brasileira de comunidades para o terceiro setor. São Paulo: Saraiva, 2006. 321 p.

CHICK, Victoria. **Macroeconomia após Keynes**: um reexame da teoria geral. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993. 416 p.

CODEVASF, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. **Projeto Amanhã**. A. T. T. N. Xavier; P. F. Bergamaschi (coord.). Brasília: CODEVASF, 2001.

CODEVASF, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. **Relatório de gestão – 2002**. Brasília: CODEVASF/Área de Planejamento/Coordenadoria de Acompanhamento e Avaliação, 2003.

CODEVASF, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. **Relatório de gestão – 2003**. Brasília: CODEVASF/Área de Planejamento/Coordenadoria de Acompanhamento e Avaliação, 2004.

CODEVASF, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. **Relatório de gestão – 2004**. Brasília: CODEVASF/Gerência Executiva da Área de Planejamento/Coordenadoria de Acompanhamento e Avaliação, 2005.

CODEVASF. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. Brasília: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, 2006. Sítio institucional da CODEVASF. Disponível em: <www.codevasf.gov.br>. Acessado em: set. 2006.

COLEMAN, James. **Foundations of Social Theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1994.

COMISSÃO Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991.

CÓRDOBA, Marcelo et al. **Innovación participativa**: experiencias con pequeños productores agrícolas en seis países de América Latina. Santiago: Naciones Unidas, 2004.

COSTA, Maria A. N. Samba e solidariedade: capital social e parcerias na favela da Mangueira. In: **Biblioteca Digital de la Iniciativa Interamericana de Capital Social, Ética y Desarrollo**. Disponível em: <www.iadb.org/Etica/Documentos/par_nun_samba-p.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2006.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania**. 10ª reimp. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2002.

DRAIBE, Sônia Miriam. Uma nova institucionalidade das políticas sociais?: reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas dos programas sociais. **Revista São Paulo em perspectiva**. São Paulo, v.11, n.4, p. 3-15, 1997.

DUPAS, Gilberto. A lógica da economia global e a exclusão social. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, v.12, n.34, p. 121-159, set/out 1998.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**: pobreza, emprego, Estado e o futuro do Capitalismo. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. 257 p.

EVANS, Peter. **Embedded autonomy**: states and industrial transformation. Princeton: Princeton University Press, 1995.

FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. **Estudos Avançados**. v. 6, n. 14, p. 7-22, abr. 1992.

FINBRA, Finanças no Brasil. Receita e despesas dos municípios. In: TESOUREIRO NACIONAL. Disponível em: <www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp>. Acesso em 7 out. 2006.

FISCHER, Tânia (org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002. 341 p.

FLEURY, Sônia. Construcción de ciudadanía en entornos de desigualdad. **Revista Instituciones y Desarrollo**. Barcelona, n. 16, p. 133-170, 2004.

FONSECA, Ivan F. et al. **Projeto amanhã**: Uma experiência de desenvolvimento local por meio da capacitação de jovens rurais. Brasília: CODEVASF/FUNDACE/IICA, 2006.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. Tradução Álvaro Leroncini. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. 154 p.

FRANCO, Augusto de. **Pobreza e desenvolvimento local**. Brasília: AED – Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2002.

FUKUYAMA, Francis. **Capital social e sociedade civil**. In: CONFERÊNCIA SOBRE REFORMAS DE SEGUNDA GERAÇÃO DO FMI, 2., 1999. Acessado em: <www.portalsociologia.hpg.ig.com.br/fukuyama.htm>. Acesso em: 17 jul. 2005, 49 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Definição e metodologia de cálculo dos indicadores e índices de desenvolvimento humano e condições de vida**. [S.l.]:Fundação João Pinheiro, 1998.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, Celso. **O longo amanhecer**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

GALVÃO, O. J. A. Federalismo desigual, políticas cafeeiras e equilíbrio espacial paretiano. **Revista Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 3, p. 47-77, jul-dez 1999.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002

GOMES, Jésus de L. e PAGNANI, Eolo M. Serviço Público e satisfação dos usuários: Um estudo dos serviços de fornecimento de Carteira de Trabalho e Carteira de Identidade no Poupatempo Praça da Sé. **Revista Administração On Line**. São Paulo, v. 1, n. 4, 2000.

GOMIDE, Denise (org.). **Governo e sociedade civil**: um debate sobre espaços públicos e democráticos. São Paulo: Editora Peirópolis / ABONG, 2003. 95 p.

GRACIARENA, Jorge. Poder e estilos de desenvolvimento: uma perspectiva heterodoxa. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 685-713.

HEADY, Ferrel. **Administração Pública**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1970.

HOLANDA, Marcos C. et al. Inclusão social no Ceará: uma proposta metodológica. Texto para discussão n. 4. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, SEPLAN – Secretaria do Planejamento e Coordenação, IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, Jun-2003.

HUGON, Paul. **História das doutrinas econômicas**. 14 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

IANNI, Octávio. **Teorias da globalização**. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 271 p.

JACOBI, Pedro. **Políticas sociais e ampliações da cidadania**. São Paulo: FGV, 2000. 152 p.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Desigualdade e pobreza: lições de Sen. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 15, n. 42, fev-2000.

KLIKSBERG, Bernardo. **O desafio da exclusão**: para uma gestão social eficiente. Tradução Giselda Barroso G. A. Sauveur (coord.); Marco Aurélio Nogueira; Alberto Aggio; Equipe RAP. São Paulo: FUNDAP, 1997. 209 p.

LIMA, Carlos Alberto Nogueira de. **Administração pública**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MARCELINO, Gileno Fernandes. Em busca da flexibilidade do Estado: o desafio das reformas planejadas no Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 3., 1998, Madrid. **Anais do III Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**. Madrid: Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo, 1998. p. 19.

MARINHO, Alexandre e FAÇANHA, Luís Otávio. **Programas sociais: efetividade, eficiência e eficácia como dimensões operacionais da avaliação**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

MARINI, Caio e MARTINS, Humberto. Um governo matricial: estruturas em rede para geração de resultados de desenvolvimento. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 9., 2004, Madrid. **Anais do IX Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**. Madrid: Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo, 2004. p. 26.

MARTINELLI, Dante P.; JOYAL, André. **Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas**. Barueri: Manole, 2004. 314 p.

MARTINS, Humberto Falcão. Introdução ao governo matricial: o problema da fragmentação. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 9., 2004, Madrid. **Anais do IX Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**. Madrid: Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo, 2004. p. 18.

MARTINS, Luciano. **Estado capitalista e burocracia no Brasil pós 64**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

MEDEIROS, Marcelo. **A trajetória do Welfare State no Brasil**: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990. Brasília: IPEA, 2001.

MELO, Marcus André. As sete vidas da agenda pública brasileira. In: RICO, Elizabeth Melo. **Avaliação de Políticas Sociais**: uma questão em debate. São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais, 1998.

MELO NETO, Francisco Paulo; FROES, César. **Responsabilidade social e cidadania empresarial**: a administração do terceiro setor. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

MILANI, Carlos; ARTURI, Carlos; SOLINÍS, Germán (org.). **Democracia e governança mundial**: que regulações para o século XXI? Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS/UNESCO, 2002. 295 p.

MILGATE, Murray. Schumpeter e Keynes sobre as possibilidades econômicas do capitalismo. In: AMADEO, Edward. **John M. Keynes**: cinquenta anos da Teoria Geral. 2 ed. Rio de Janeiro: IPEA, 1992. p. 63-85.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Brasília. Disponível em: <www.mi.gov.br>. Acesso em: jan. 2006.

MONTES, Pedro. **El desorden neoliberal**. Madri: Editorial Trotta, 1996.

MORIN, Edgar. **Saberes globais e saberes locais**: o olhar transdisciplinar. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 75 p.

MOURA, Maria Suzana et al. Gestão do desenvolvimento local, tempos e ritmos de construção: o que sinalizam as práticas. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 36, n. 4, p. 609-626, jul-ago. 2002.

NEPP - NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS. **Projeto: Índice DNA Brasil**. Campinas: Unicamp, 2004. 57 p.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Democracia política, gobernabilidad y representación. **Revista del CLAD Reforma y Democracia**. Caracas, n. 1, jan. 1994.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, mai-ago 2002.

ORTOLANI, Fernando. **Políticas públicas e capital social: o caso dos minidistritos industriais e de serviços de São José do Rio Preto**. 2005. 122 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

PASSADOR, Cláudia Souza. As múltiplas faces do gestor do século XXI: a formação do administrador em debate. **Caderno de Administração**. Maringá, v.10, n.2, p. 15-20, jul-dez. 2002.

PASSADOR, Cláudia Souza. **O projeto escola do campo (1990-2002) do estado do Paraná: capital social, redes e agricultura familiar nas políticas públicas**. 2003. 176 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

PASSADOR, João Luiz; PASSADOR, Cláudia Souza. O modelo de estado gerencial, o terceiro setor e o exercício da cidadania. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 3., 1998, Madrid. **Anais do III Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**. Madrid: Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo, 1998. p. 20.

PECI, Alketa. Pensar e agir em rede: implicações na gestão de políticas públicas. **Revista de Administração**, São Paulo, 1999.

PEREIRA, José Matias. **Finanças públicas: a política orçamentária do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PINHO, Carlos Marques. **Economia da educação e desenvolvimento econômico**. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1976. 103 p.

PLATÃO, **A república**. Mira-Sintra: Europa-América, 1975.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Desenvolvimento Humano e IDH**. Produzido pela Organização das Nações Unidas. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh>>. Acesso em 20 mar. 2006.

- PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- REVOLUÇÃO Francesa: 1789-1989. São Paulo: Editora Três, 1989. 162 p.
- RIBEIRO, Marlene. Educação para a cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais. **Educação e Pesquisa**. V. 28, n. 2, São Paulo, Jul-dez 2002.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- RODRÍGUEZ, Melania Portilla. **Gestão social do território**: Experiências no Estado do Maranhão. Brasília: IICA, 2005
- RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao prometo de pesquisa científica**. 29^a. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1992.
- SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 174 p.
- SANTOS, Wanderley G. dos. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. 2 ed. São Paulo: Paulus, 1987.
- SARAVIA, Enrique. **A nova administração para o desenvolvimento**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 9., 2004, Madrid. **Anais do IX Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**. Madrid: Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo, 2004. p. 10.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, Pedro L. B. e COSTA, Nilson R. **Fortalecimento da função avaliação nos países da América do Sul**: reflexões sobre a experiência brasileira. Brasília: IPEA, 2002.
- SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. 127 p.
- SLACK, Nigel *et al.* **Administração da produção**. Revisão técnica Henrique Corrêa; Irineu Ganesi. São Paulo: Atlas, 1999. 526 p.
- SOUZA, Marcelo M. C. **A transposição de teorias sobre a institucionalização do welfare state para o caso dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: IPEA, dez. 1999.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1999. 231 p.

TAVARES, Everkley M. F. Avaliação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável: dilemas teóricos e pragmáticos. **Revista Holos**. Natal, ano 21, p. 120-129, mai. 2005.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antonio. **Desarrollo local**: Una estrategia de creación de empleo. Madrid: Pirámide, 1988.

VEIGA, José Eli. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005a. 226 p.

VEIGA, José Eli. **Do global ao local**. Campinas: Armazém do Ipê, 2005b. 120 p.

VEIGA, José Eli. **Meio ambiente e desenvolvimento**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006. 181 p.

VEIGA, José Eli. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, set-dez. 2001.

WOLFE, Marshall. Abordagens do desenvolvimento: de quem e para quê? In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 715-759.

WOOLCOCK, Michael. Social Capital and economic development: toward a theoretical synthesis and policy framework. **Theory and Society**, 27, p. 151-208, 1998.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAPATA, Tânia et al. Desenvolvimento local: estratégias e fundamentos metodológicos. In: SILVEIRA, C.; REIS, L. C. (org.). **Desenvolvimento local**: dinâmicas e estratégias Rio de Janeiro: Ritz, 2001, p. 115-128.

APÊNDICE A – Variação da arrecadação tributária do Grupo 4

(municípios do vale do Rio São Francisco que não estão inseridos em pólos de irrigação nem possuem unidades do Projeto Amanhã).

Municípios	UF	SR	Área (km2)		Arrecadação Média (R\$)		Variação %
			Total	No Vale	1998-2001	2002-2005	
Agua Branca (AL)	AL	5ª	456,6	456,6	5.956.808	6.157.718	3,4%
Batalha (AL)	AL	5ª	322,5	322,5	5.689.325	7.040.292	23,7%
Belo Monte (AL)	AL	5ª	334,8	334,8	2.749.829	3.413.978	24,2%
Cacimbinhas (AL)	AL	5ª	273,9	273,9	3.741.420	4.344.998	16,1%
Campo Grande (AL)	AL	5ª	167,1	167,1	4.221.854	4.661.396	10,4%
Canapi (AL)	AL	5ª	574,3	574,3	5.677.896	5.172.250	-8,9%
Carneiros (AL)	AL	5ª	113,5	113,5	2.656.502	3.536.156	33,1%
Craibas (AL)	AL	5ª	276,4	264,8	5.369.120	6.826.273	27,1%
Delmiro Gouveia (AL)	AL	5ª	609,3	609,3	14.134.517	22.592.137	59,8%
Dois Riachos (AL)	AL	5ª	142,3	142,3	4.044.806	3.352.539	-17,1%
Estrela de Alagoas (AL)	AL	5ª	265,5	265,5	4.254.146	5.497.703	29,2%
Feira Grande (AL)	AL	5ª	156,6	156,6	5.649.315	6.526.973	15,5%
Feliz Deserto (AL)	AL	5ª	92,2	24,1	2.225.172	4.037.539	81,4%
Girau do Ponciano (AL)	AL	5ª	504,3	504,3	8.857.145	8.753.610	-1,2%
Igaci (AL)	AL	5ª	335	94,8	6.598.967	8.508.115	28,9%
Inhapi (AL)	AL	5ª	375,7	375,7	5.479.910	7.561.065	38,0%
Jacare dos Homens (AL)	AL	5ª	142,9	142,9	2.129.136	3.049.657	43,2%
Jaramataia (AL)	AL	5ª	104,1	104,1	3.027.829	3.698.851	22,2%
Junqueiro (AL)	AL	5ª	221,6	81,8	8.428.974	10.621.617	26,0%
Lagoa da Canoa (AL)	AL	5ª	103,3	103,3	5.318.173	5.993.237	12,7%
Limoeiro de Anadia (AL)	AL	5ª	335,8	35,7	5.902.157	7.500.597	27,1%
Major Isidoro (AL)	AL	5ª	455,8	455,8	5.208.198	7.270.214	39,6%
Maravilha (AL)	AL	5ª	280,9	280,9	4.136.911	5.119.269	23,7%
Mata Grande (AL)	AL	5ª	923,4	923,4	7.518.722	11.591.781	54,2%
Minador do Negro (AL)	AL	5ª	167,3	167,3	3.251.349	3.125.502	-3,9%
Monteirópolis (AL)	AL	5ª	86,4	86,4	2.483.621	3.338.592	34,4%
Olho d'água das Flores (AL)	AL	5ª	184,3	184,3	5.995.729	6.910.100	15,3%
Olho d'água Grande (AL)	AL	5ª	119	119	2.335.192	3.238.550	38,7%
Olivencia (AL)	AL	5ª	173,6	173,6	3.583.988	4.806.395	34,1%
Ouro Branco (AL)	AL	5ª	205,4	205,4	3.291.901	4.299.521	30,6%
Palestina (AL)	AL	5ª	49,1	49,1	2.143.168	2.417.028	12,8%
Pao de Acucar (AL)	AL	5ª	661,8	661,8	7.340.133	10.302.126	40,4%
Pariconha (AL)	AL	5ª	262,7	262,7	2.814.828	4.069.041	44,6%
Piacabucu (AL)	AL	5ª	242,9	222,1	4.981.211	5.764.183	15,7%
Poco das Trincheiras (AL)	AL	5ª	304,1	304,1	3.796.684	5.233.697	37,8%
Santana do Ipanema (AL)	AL	5ª	439,6	439,6	12.858.616	14.486.839	12,7%
Sao Bras (AL)	AL	5ª	140,6	140,6	2.907.703	1.794.829	-38,3%
Sao Jose da Tapera (AL)	AL	5ª	521,8	521,8	9.700.169	6.067.924	-37,4%
Sao Sebastiao (AL)	AL	5ª	307	307	7.602.345	9.363.407	23,2%
Senador Rui Palmeira (AL)	AL	5ª	361,2	361,2	3.151.742	4.887.470	55,1%
Teotônio Vilela (AL)	AL	5ª	299,1	153,9	11.476.720	13.652.301	19,0%
Traipu (AL)	AL	5ª	701,7	701,7	7.077.233	8.302.255	17,3%
Abare (BA)	BA	6ª	1.700,80	1.700,80	4.516.122	7.508.172	66,3%
America Dourada (BA)	BA	2ª	748,1	748,1	5.804.229	5.763.676	-0,7%
Angical (BA)	BA	2ª	1.497,50	1.497,50	4.193.163	4.593.726	9,6%

Apêndice A (continuação)

Municípios	UF	SR	Área (km2)		Arrecadação Média (R\$)		Variação %
			Total	No Vale	1998-2001	2002-2005	
Baianópolis (BA)	BA	2ª	3.428,70	3.428,70	4.871.061	5.548.646	13,9%
Barra (BA)	BA	2ª	12.348,40	12.348,40	10.519.422	12.226.826	16,2%
Barra do Mendes (BA)	BA	2ª	1.640,60	1.627,30	4.960.869	4.360.073	-12,1%
Barro Alto (BA)	BA	2ª	386,1	386,1	3.569.446	6.032.061	69,0%
Boninal (BA)	BA	2ª	851,1	26,1	4.772.044	5.005.580	4,9%
Bonito (BA)	BA	2ª	539,6	96,9	4.924.855	8.399.095	70,5%
Boquira (BA)	BA	2ª	1.570,10	1.570,10	6.436.568	10.787.783	67,6%
Botupora (BA)	BA	2ª	554,6	554,6	3.875.583	4.339.901	12,0%
Brejolandia (BA)	BA	2ª	2.629,00	2.629,00	3.634.403	2.787.697	-23,3%
Brotas de Macaúbas (BA)	BA	2ª	2.343,50	2.343,50	4.905.104	3.537.450	-27,9%
Buritirama (BA)	BA	2ª	3.813,50	3.813,50	5.691.074	9.467.458	66,4%
Caetite (BA)	BA	2ª	2.366,40	1.365,50	10.723.117	17.706.199	65,1%
Cafarnaum (BA)	BA	2ª	1.075,00	1.045,30	5.648.346	6.898.488	22,1%
Campo Alegre de Lourdes (BA)	BA	6ª	2.766,30	2.766,30	8.170.283	7.272.346	-11,0%
Campo Formoso (BA)	BA	6ª	6.833,60	6.017,10	17.932.062	22.151.218	23,5%
Canapolis (BA)	BA	2ª	466,1	466,1	3.558.924	3.689.759	3,7%
Canarana (BA)	BA	2ª	657,3	657,3	6.977.038	9.425.720	35,1%
Candiba (BA)	BA	2ª	399,4	399,4	4.448.239	5.286.552	18,8%
Carinhanha (BA)	BA	2ª	2.762,20	2.762,20	8.082.613	12.339.281	52,7%
Casa Nova (BA)	BA	6ª	9.697,40	9.697,40	15.333.048	1.098.451	-92,8%
Catolandia (BA)	BA	2ª	623,1	623,1	1.994.539	2.526.314	26,7%
Caturama (BA)	BA	2ª	648,6	648,6	3.585.695	4.488.531	25,2%
Central (BA)	BA	2ª	367,9	367,9	5.980.995	4.922.856	-17,7%
Chorrocho (BA)	BA	6ª	2.658,90	2.658,90	3.328.143	4.773.410	43,4%
Cocos (BA)	BA	2ª	10.121,20	10.121,20	6.091.311	8.075.811	32,6%
Correntina (BA)	BA	2ª	11.636,40	11.636,40	10.079.393	13.894.709	37,9%
Cotegipe (BA)	BA	2ª	4.162,00	4.162,00	3.981.271	5.886.380	47,9%
Cristópolis (BA)	BA	2ª	884,2	884,2	4.723.525	5.298.349	12,2%
Erico Cardoso (BA)	BA	2ª	704	667,5	3.272.225	5.748.895	75,7%
Feira da Mata (BA)	BA	2ª	1.661,80	1.661,80	2.341.669	3.225.522	37,7%
Formosa do Rio Preto (BA)	BA	2ª	16.514,30	16.514,30	8.818.301	12.210.430	38,5%
Gentio do Ouro (BA)	BA	2ª	3.685,80	3.685,80	4.608.090	4.953.832	7,5%
Gloria (BA)	BA	6ª	1.282,10	1.282,10	5.963.739	6.652.142	11,5%
Ibipitanga (BA)	BA	2ª	948,9	948,9	4.233.670	5.182.054	22,4%
Ibitiara (BA)	BA	2ª	1.755,60	1.755,60	4.754.093	5.331.807	12,2%
Ibititá (BA)	BA	2ª	597,2	597,2	4.684.478	5.511.349	17,7%
Ibotirama (BA)	BA	2ª	1.396,60	1.396,60	6.486.468	8.434.609	30,0%
Igapora (BA)	BA	2ª	775	775	4.960.840	8.363.849	68,6%
Ipupiara (BA)	BA	2ª	1.335,40	1.335,40	3.031.401	5.216.177	72,1%
Jaborandi (BA)	BA	2ª	10.066,20	10.066,20	4.734.953	6.563.127	38,6%
Jacaraci (BA)	BA	2ª	1.246,40	77	5.129.755	6.394.684	24,7%
Jacobina (BA)	BA	6ª	2.328,90	852,9	19.303.925	25.311.165	31,1%
Jaguarari (BA)	BA	6ª	2.578,00	2.350,20	11.361.559	10.391.040	-8,5%
Jeremoabo (BA)	BA	6ª	4.788,40	737,1	9.563.942	11.952.275	25,0%
João Dourado (BA)	BA	2ª	988	988	5.957.842	8.694.765	45,9%

Apêndice A (continuação)

Municípios	UF	SR	Área (km2)		Arrecadação Média (R\$)		Variação %
			Total	No Vale	1998-2001	2002-2005	
Jussara (BA)	BA	2ª	796,3	796,3	4.988.415	5.307.673	6,4%
Lapao (BA)	BA	2ª	645	645	6.770.519	9.311.404	37,5%
Macaubas (BA)	BA	2ª	3.050,80	3.050,80	10.992.028	15.826.799	44,0%
Macurure (BA)	BA	6ª	2.288,20	2.288,20	3.771.938	4.872.479	29,2%
Malhada (BA)	BA	2ª	1.972,90	1.972,90	6.453.751	8.833.175	36,9%
Mansidao (BA)	BA	2ª	3.155,50	3.155,50	3.481.006	5.198.732	49,3%
Matina (BA)	BA	2ª	793,2	793,2	4.171.273	5.354.528	28,4%
Miguel Calmon (BA)	BA	6ª	1.471,20	118,3	7.993.213	12.619.425	57,9%
Mirangaba (BA)	BA	6ª	1.960,30	1.500,50	6.054.584	8.591.294	41,9%
Morpara (BA)	BA	2ª	1.738,80	1.738,80	2.672.823	3.731.880	39,6%
Morro do Chapéu (BA)	BA	2ª	5.513,40	2.771,50	10.842.670	6.967.078	-35,7%
Mortugaba (BA)	BA	2ª	672,9	30,1	3.839.551	4.919.582	28,1%
Mulungu do Morro (BA)	BA	2ª	519,6	433,2	4.740.249	388.959	-91,8%
Muquem do Sao Francisco (BA)	BA	2ª	2.878,70	2.878,70	3.755.499	3.641.769	-3,0%
Novo Horizonte (BA)	BA	2ª	614,8	614,8	3.108.203	4.237.592	36,3%
Oliveira dos Brejinhos (BA)	BA	2ª	3.586,70	3.586,70	6.631.356	9.496.272	43,2%
Palmas de Monte Alto (BA)	BA	2ª	2.787,60	2.787,60	5.990.598	9.411.952	57,1%
Paramirim (BA)	BA	2ª	1.119,90	614,5	5.989.386	7.618.871	27,2%
Paratinga (BA)	BA	2ª	2.825,00	2.825,00	8.835.015	9.626.152	9,0%
Paulo Afonso (BA)	BA	6ª	1.700,40	1.700,40	39.252.954	48.805.626	24,3%
Pedro Alexandre (BA)	BA	6ª	1.146,30	142,4	4.907.662	9.171.099	86,9%
Piata (BA)	BA	2ª	1.513,80	519,5	5.593.488	6.622.005	18,4%
Pilao Arcado (BA)	BA	6ª	11.761,70	11.761,70	11.072.245	512.884	-95,4%
Pindai (BA)	BA	2ª	718,1	620,7	5.072.567	7.830.021	54,4%
Presidente Dutra (BA)	BA	2ª	284,7	284,7	5.068.077	6.679.566	31,8%
Riacho de Santana (BA)	BA	2ª	2.708,80	2.708,80	8.365.641	9.423.143	12,6%
Rio de Contas (BA)	BA	2ª	1.056,30	78	3.751.658	5.291.422	41,0%
Rio do Pires (BA)	BA	2ª	892,8	892,8	3.974.889	4.495.329	13,1%
Rodelas (BA)	BA	6ª	2.585,90	2.585,90	2.918.122	4.526.407	55,1%
Santa Brigida (BA)	BA	6ª	852,6	852,6	5.857.205	7.853.478	34,1%
Santa Maria da Vitoria (BA)	BA	2ª	1.898,00	1.898,00	8.813.370	15.176.127	72,2%
Santa Rita de Cassia (BA)	BA	2ª	6.094,60	6.094,60	6.498.890	8.287.886	27,5%
Santana (BA)	BA	2ª	2.006,90	2.006,90	7.167.037	8.209.857	14,6%
Sao Felix do Coribe (BA)	BA	2ª	849,3	849,3	4.706.370	7.693.490	63,5%
Sao Gabriel (BA)	BA	2ª	1.229,10	1.229,10	6.689.958	9.101.376	36,0%
Seabra (BA)	BA	2ª	2.658,20	964,8	8.923.385	9.877.351	10,7%
Sebastiao Laranjeiras (BA)	BA	2ª	2.011,40	2.011,40	3.882.291	4.782.273	23,2%
Serra Dourada (BA)	BA	2ª	1.447,40	1.447,40	5.898.894	9.347.375	58,5%
Sitio do Mato (BA)	BA	2ª	1.716,40	1.716,40	4.739.302	4.532.682	-4,4%
Sobradinho (BA)	BA	6ª	1.328,40	1.328,40	15.176.613	8.981.035	-40,8%
Souto Soares (BA)	BA	2ª	1.100,30	797,6	2.908.440	4.834.923	66,2%
Tabocas do Brejo Velho (BA)	BA	2ª	1.556,50	1.556,50	4.468.677	4.574.992	2,4%
Tanque Novo (BA)	BA	2ª	829	829	4.431.963	7.440.783	67,9%
Uaua (BA)	BA	6ª	2.962,80	164,7	7.399.898	6.446.762	-12,9%
Uibai (BA)	BA	2ª	518,5	518,5	4.737.467	6.436.792	35,9%

Apêndice A (continuação)

Municípios	UF	SR	Área (km2)		Arrecadação Média (R\$)		Variação %
			Total	No Vale	1998-2001	2002-2005	
Urandi (BA)	BA	2ª	899,4	861,9	5.805.935	7.943.178	36,8%
Varzea Nova (BA)	BA	6ª	1.169,90	1.169,90	6.085.281	8.016.024	31,7%
Wanderley (BA)	BA	2ª	3.055,30	3.055,30	4.196.360	5.979.865	42,5%
Cabeceiras (GO)	GO	1ª	1.117,40	1.117,40	2.957.533	4.319.891	46,1%
Cristalina (GO)	GO	1ª	6.188,70	295,6	12.065.174	17.721.692	46,9%
Formosa (GO)	GO	1ª	5.827,70	1.728,80	22.552.488	27.557.851	22,2%
Abaete (MG)	MG	1ª	1.822,40	1.822,40	6.962.023	7.316.780	5,1%
Aracai (MG)	MG	1ª	186,3	186,3	1.867.303	1.937.663	3,8%
Arapua (MG)	MG	1ª	173,1	173,1	2.405.727	2.887.709	20,0%
Araujos (MG)	MG	1ª	246,3	246,3	2.828.985	2.269.851	-19,8%
Arcos (MG)	MG	1ª	514,4	514,4	14.678.673	15.985.316	8,9%
Arinos (MG)	MG	1ª	5.338,50	5.338,50	6.450.612	5.652.475	-12,4%
Augusto de Lima (MG)	MG	1ª	1.254,60	1.254,60	2.570.951	2.795.436	8,7%
Balhim (MG)	MG	1ª	556,7	556,7	3.375.201	2.721.940	-19,4%
Bambui (MG)	MG	1ª	1.459,60	1.459,60	7.046.242	7.277.419	3,3%
Belo Horizonte (MG)	MG	1ª	331,9	331,9	1.427.416.053	1.856.404.071	30,1%
Belo Vale (MG)	MG	1ª	366,5	366,5	3.575.676	5.121.738	43,2%
Betim (MG)	MG	1ª	346,8	346,8	252.499.704	313.195.683	24,0%
Biquinhas (MG)	MG	1ª	458,6	458,6	2.272.812	2.073.003	-8,8%
Bocaiuva (MG)	MG	1ª	3.243,40	2.202,20	12.717.811	16.268.590	27,9%
Bom Despacho (MG)	MG	1ª	1.212,70	1.212,70	11.874.180	14.441.952	21,6%
Bonfim (MG)	MG	1ª	309,7	309,7	3.547.015	4.128.995	16,4%
Bonfinópolis de Minas (MG)	MG	1ª	1.825,80	1.825,80	4.312.119	3.771.010	-12,5%
Bonito de Minas (MG)	MG	1ª	3.925,50	3.925,50	2.554.413	2.984.865	16,9%
Brasilândia de Minas (MG)	MG	1ª	2.523,70	2.523,70	3.461.247	4.338.773	25,4%
Brasília de Minas (MG)	MG	1ª	1.404,90	1.404,90	9.018.029	9.609.683	6,6%
Brumadinho (MG)	MG	1ª	634,3	634,3	13.487.228	21.158.653	56,9%
Buenópolis (MG)	MG	1ª	1.616,10	1.555,40	3.977.657	4.535.552	14,0%
Burititis (MG)	MG	1ª	5.238,10	5.238,10	8.698.706	11.298.471	29,9%
Buritizero (MG)	MG	1ª	7.249,40	7.249,40	7.531.051	8.381.266	11,3%
Cabeceira Grande (MG)	MG	1ª	1.035,20	1.035,20	3.137.834	4.050.914	29,1%
Cachoeira da Prata (MG)	MG	1ª	61,4	61,4	2.506.799	2.533.286	1,1%
Caetanópolis (MG)	MG	1ª	156,7	156,7	3.166.009	3.570.435	12,8%
Caete (MG)	MG	1ª	542,7	542,7	10.744.227	11.157.817	3,8%
Campo Azul (MG)	MG	1ª	508,2	508,2	2.122.684	3.150.159	48,4%
Campos Altos (MG)	MG	1ª	721,2	144,3	6.764.076	5.149.141	-23,9%
Capim Branco (MG)	MG	1ª	94,5	94,5	2.480.444	2.523.844	1,7%
Capitão Eneas (MG)	MG	1ª	973,7	973,7	5.375.179	6.345.057	18,0%
Capitolio (MG)	MG	1ª	523,5	96,9	4.317.872	4.754.171	10,1%
Carmo da Mata (MG)	MG	1ª	357,6	357,6	4.054.469	5.977.289	47,4%
Carmo do Cajuru (MG)	MG	1ª	456,3	456,3	6.321.704	6.872.549	8,7%
Carmo do Paranaíba (MG)	MG	1ª	1.311,10	879,9	10.055.414	13.892.566	38,2%
Carmópolis de Minas (MG)	MG	1ª	401,7	371,7	5.157.017	4.765.043	-7,6%
Casa Grande (MG)	MG	1ª	158,4	158,4	1.818.143	2.691.180	48,0%
Catuti (MG)	MG	1ª	287	287	2.588.671	2.945.119	13,8%

Apêndice A (continuação)

Municípios	UF	SR	Área (km2)		Arrecadação Média (R\$)		Variação %
			Total	No Vale	1998-2001	2002-2005	
Cedro do Abaete (MG)	MG	1ª	280,8	280,8	1.815.686	2.508.921	38,2%
Chapada Gaucha (MG)	MG	1ª	2.477,20	2.477,20	2.923.718	3.982.733	36,2%
Claro dos Poços (MG)	MG	1ª	708,3	708,3	2.637.377	2.667.322	1,1%
Claudio (MG)	MG	1ª	632,1	632,1	8.011.654	11.398.585	42,3%
Conceição do Mato Dentro (MG)	MG	1ª	1.676,60	365,3	5.092.668	6.219.501	22,1%
Conceição do Pará (MG)	MG	1ª	250,2	250,2	2.221.711	2.346.042	5,6%
Conego Marinho (MG)	MG	1ª	1.623,50	1.623,50	2.646.129	3.969.133	50,0%
Confins (MG)	MG	1ª	42,1	42,1	4.022.694	3.993.038	-0,7%
Congonhas (MG)	MG	1ª	306,4	306,4	28.698.373	33.795.340	17,8%
Congonhas do Norte (MG)	MG	1ª	484,5	484,5	1.379.321	2.269.576	64,5%
Conselheiro Lafaiete (MG)	MG	1ª	371,3	371,3	26.102.652	31.551.169	20,9%
Contagem (MG)	MG	1ª	195,2	195,2	266.960.299	289.404.337	8,4%
Coração de Jesus (MG)	MG	1ª	2.243,80	2.243,80	9.864.556	7.777.843	-21,2%
Cordisburgo (MG)	MG	1ª	825,7	825,7	2.782.254	3.205.629	15,2%
Corinto (MG)	MG	1ª	2.532,40	2.532,40	7.039.482	6.588.508	-6,4%
Corrego Danta (MG)	MG	1ª	646,8	646,8	2.164.969	2.279.802	5,3%
Corrego Fundo (MG)	MG	1ª	105,7	25,2	2.336.953	3.010.276	28,8%
Cristiano Ottoni (MG)	MG	1ª	133,2	117,2	2.414.704	1.995.126	-17,4%
Crucilândia (MG)	MG	1ª	167	167	2.119.027	2.130.358	0,5%
Curvelo (MG)	MG	1ª	3.306,10	3.306,10	16.758.212	22.566.863	34,7%
Datas (MG)	MG	1ª	287,3	227,5	2.324.436	3.092.300	33,0%
Desterro de Entre Rios (MG)	MG	1ª	371,2	371,2	2.465.346	2.858.660	16,0%
Diamantina (MG)	MG	1ª	3.993,30	926	10.451.947	16.999.836	62,6%
Divinópolis (MG)	MG	1ª	711	711	79.985.544	128.654.591	60,8%
Dom Bosco (MG)	MG	1ª	824,5	824,5	2.195.139	2.296.956	4,6%
Dores do Indaia (MG)	MG	1ª	1.113,90	1.113,90	5.763.561	4.204.017	-27,1%
Doresópolis (MG)	MG	1ª	153,5	153,5	2.131.181	1.851.222	-13,1%
Engenheiro Navarro (MG)	MG	1ª	634,1	634,1	2.745.716	2.989.930	8,9%
Entre Rios de Minas (MG)	MG	1ª	464,1	464,1	4.027.196	5.249.479	30,4%
Espinosa (MG)	MG	1ª	1.867,40	1.867,40	8.698.108	8.211.163	-5,6%
Estrela do Indaia (MG)	MG	1ª	637,2	637,2	2.861.393	2.990.933	4,5%
Felixlândia (MG)	MG	1ª	1.558,20	1.558,20	5.116.406	4.844.382	-5,3%
Florestal (MG)	MG	1ª	194,9	194,9	3.093.547	2.572.009	-16,9%
Formiga (MG)	MG	1ª	1.503,80	111,6	20.835.713	23.719.327	13,8%
Formoso (MG)	MG	1ª	3.833,40	3.833,40	3.143.255	3.467.168	10,3%
Fortuna de Minas (MG)	MG	1ª	198,7	198,7	2.166.026	2.242.020	3,5%
Francisco Dumont (MG)	MG	1ª	1.558,40	1.558,40	2.536.999	3.002.752	18,4%
Francisco Sá (MG)	MG	1ª	2.758,80	2.758,80	7.251.305	7.321.498	1,0%
Funilândia (MG)	MG	1ª	202,3	202,3	2.123.315	1.503.224	-29,2%
Gameleiras (MG)	MG	1ª	1.739,60	1.739,60	2.939.907	1.771.035	-39,8%
Glaúcilândia (MG)	MG	1ª	146	146	2.253.947	2.145.276	-4,8%
Gouveia (MG)	MG	1ª	877,7	877,7	3.293.598	3.584.881	8,8%
Guaraciama (MG)	MG	1ª	393,5	147,7	2.394.258	2.145.285	-10,4%
Guarda-Mor (MG)	MG	1ª	2.072,30	1.158,40	4.225.768	3.374.839	-20,1%
Ibiam (MG)	MG	1ª	873,4	873,4	2.420.024	2.669.920	10,3%

Apêndice A (continuação)

Municípios	UF	SR	Área (km2)		Arrecadação Média (R\$)		Variação %
			Total	No Vale	1998-2001	2002-2005	
Ibiracatu (MG)	MG	1ª	360,5	360,5	2.249.063	3.679.801	63,6%
Ibirite (MG)	MG	1ª	73,3	73,3	25.247.407	42.488.524	68,3%
Icarai de Minas (MG)	MG	1ª	618,7	618,7	2.399.668	1.675.282	-30,2%
Igarape (MG)	MG	1ª	110,3	110,3	9.703.245	10.215.862	5,3%
Igaratinga (MG)	MG	1ª	219,9	219,9	3.403.979	3.530.025	3,7%
Iguatama (MG)	MG	1ª	629,6	629,6	6.056.675	4.121.973	-31,9%
Inimutaba (MG)	MG	1ª	530,7	530,7	2.678.469	4.223.670	57,7%
Itabirito (MG)	MG	1ª	546,6	546,6	21.306.899	30.919.222	45,1%
Itacarambi (MG)	MG	1ª	1.256,60	1.256,60	7.282.304	5.577.601	-23,4%
Itaguara (MG)	MG	1ª	411,9	411,9	4.405.506	4.679.821	6,2%
Itapeçerica (MG)	MG	1ª	1.045,00	808,3	7.091.236	7.856.110	10,8%
Itatiaiuçu (MG)	MG	1ª	295,9	295,9	3.913.390	4.631.329	18,3%
Itauna (MG)	MG	1ª	497,3	497,3	37.478.743	38.432.746	2,5%
Jaboticatubas (MG)	MG	1ª	1.117,10	1.117,10	5.392.823	5.745.709	6,5%
Januária (MG)	MG	1ª	7.325,30	7.325,30	15.611.556	11.781.898	-24,5%
Japaraíba (MG)	MG	1ª	172,6	172,6	2.212.423	1.803.957	-18,5%
Japonvar (MG)	MG	1ª	375,9	375,9	2.706.526	3.556.288	31,4%
Jeceaba (MG)	MG	1ª	236,3	236,3	2.347.159	2.985.327	27,2%
Jequitai (MG)	MG	1ª	1.272,50	1.272,50	3.792.250	3.037.566	-19,9%
Jequitiba (MG)	MG	1ª	447,4	447,4	2.781.012	429.063	-84,6%
João Pinheiro (MG)	MG	1ª	10.768,40	10.768,40	13.371.496	13.339.525	-0,2%
Joaquim Felício (MG)	MG	1ª	793,7	793,7	2.677.245	2.932.808	9,5%
Juatuba (MG)	MG	1ª	97,1	97,1	14.614.398	12.403.918	-15,1%
Juramento (MG)	MG	1ª	431,6	431,6	2.278.957	3.328.593	46,1%
Juvenília (MG)	MG	1ª	1.099,70	1.099,70	2.265.889	2.143.405	-5,4%
Lagamar (MG)	MG	1ª	1.479,70	1.179,80	3.842.491	3.385.483	-11,9%
Lagoa da Prata (MG)	MG	1ª	440,9	440,9	13.116.232	15.254.488	16,3%
Lagoa dos Patos (MG)	MG	1ª	601,5	601,5	2.619.461	2.846.183	8,7%
Lagoa Dourada (MG)	MG	1ª	479,3	315,8	4.200.147	4.344.568	3,4%
Lagoa Formosa (MG)	MG	1ª	847,1	245,8	5.458.614	6.511.000	19,3%
Lagoa Grande (MG)	MG	1ª	1.223,10	1.223,10	2.998.040	3.994.050	33,2%
Lagoa Santa (MG)	MG	1ª	232,7	232,7	15.214.049	23.265.993	52,9%
Lassance (MG)	MG	1ª	3.223,90	3.223,90	2.791.716	4.310.769	54,4%
Leandro Ferreira (MG)	MG	1ª	356,4	356,4	1.928.287	1.908.741	-1,0%
Lontra (MG)	MG	1ª	258,1	258,1	2.459.852	3.549.233	44,3%
Luislandia (MG)	MG	1ª	426,2	426,2	2.406.692	2.489.956	3,5%
Luz (MG)	MG	1ª	1.175,10	1.175,10	6.337.948	6.733.247	6,2%
Mamonas (MG)	MG	1ª	291,3	291,3	2.628.181	2.767.660	5,3%
Maravilhas (MG)	MG	1ª	261,2	261,2	2.718.513	2.460.335	-9,5%
Mário Campos (MG)	MG	1ª	35,3	35,3	2.854.994	4.065.852	42,4%
Martinho Campos (MG)	MG	1ª	1.063,30	1.063,30	4.576.460	6.540.912	42,9%
Mateus Leme (MG)	MG	1ª	303,4	303,4	10.936.830	10.025.955	-8,3%
Mato Verde (MG)	MG	1ª	476,1	476,1	4.870.282	6.907.146	41,8%
Matozinhos (MG)	MG	1ª	253,6	253,6	13.429.390	17.913.198	33,4%
Matutina (MG)	MG	1ª	260,5	260,5	2.302.277	2.556.964	11,1%

Apêndice A (continuação)

Municípios	UF	SR	Área (km2)		Arrecadação Média (R\$)		Variação %
			Total	No Vale	1998-2001	2002-2005	
Medeiros (MG)	MG	1ª	941,8	941,8	2.261.249	2.578.141	14,0%
Mirabela (MG)	MG	1ª	723,3	723,3	4.636.002	4.420.610	-4,6%
Miravania (MG)	MG	1ª	605,2	605,2	2.360.325	2.437.069	3,3%
Moeda (MG)	MG	1ª	154,7	154,7	2.428.051	2.658.341	9,5%
Moema (MG)	MG	1ª	203,3	203,3	2.677.922	3.986.183	48,9%
Monjolos (MG)	MG	1ª	654,2	654,2	2.086.309	1.911.298	-8,4%
Montalvania (MG)	MG	1ª	1.489,80	1.489,80	4.673.777	4.964.022	6,2%
Monte Azul (MG)	MG	1ª	1.010,80	1.010,80	7.473.879	9.819.937	31,4%
Morada Nova de Minas (MG)	MG	1ª	2.091,10	2.091,10	6.223.867	6.676.512	7,3%
Morro da Garça (MG)	MG	1ª	415,3	415,3	2.281.738	3.807.386	66,9%
Natalândia (MG)	MG	1ª	473	473	2.110.991	2.219.178	5,1%
Nova Lima (MG)	MG	1ª	429,7	429,7	46.144.976	74.197.767	60,8%
Nova Serrana (MG)	MG	1ª	283,9	283,9	11.354.033	16.594.395	46,2%
Nova União (MG)	MG	1ª	172	172	2.365.850	2.526.258	6,8%
Oliveira (MG)	MG	1ª	899	210,4	11.263.289	15.281.266	35,7%
Onça de Pitangui (MG)	MG	1ª	247,8	247,8	2.089.281	2.050.518	-1,9%
Ouro Branco (MG)	MG	1ª	260,6	150,4	23.213.085	23.360.473	0,6%
Ouro Preto (MG)	MG	1ª	1.248,60	702,7	39.847.118	59.346.188	48,9%
Pai Pedro (MG)	MG	1ª	787,9	787,9	2.484.066	3.193.908	28,6%
Paineiras (MG)	MG	1ª	639,7	639,7	2.592.414	3.629.037	40,0%
Pains (MG)	MG	1ª	419,2	419,2	3.626.514	3.893.229	7,4%
Papagaios (MG)	MG	1ª	554,4	554,4	4.578.282	5.207.158	13,7%
Para de Minas (MG)	MG	1ª	552,6	552,6	22.724.592	30.468.274	34,1%
Paracatu (MG)	MG	1ª	8.241,10	6.260,40	26.524.307	34.680.215	30,7%
Paraopeba (MG)	MG	1ª	627	627	6.853.360	7.079.404	3,3%
Passa Tempo (MG)	MG	1ª	430,6	430,6	2.661.723	3.360.793	26,3%
Patis (MG)	MG	1ª	446,2	446,2	2.720.766	2.872.296	5,6%
Patos de Minas (MG)	MG	1ª	3.198,90	885,8	49.897.032	60.511.133	21,3%
Pedra do Indaia (MG)	MG	1ª	350,1	350,1	2.422.793	2.507.807	3,5%
Pedras de Maria da Cruz (MG)	MG	1ª	1.525,30	1.525,30	2.864.079	1.956.464	-31,7%
Pedro Leopoldo (MG)	MG	1ª	291,9	291,9	26.069.710	28.675.456	10,0%
Pequi (MG)	MG	1ª	204,7	204,7	2.597.296	1.739.728	-33,0%
Perdigão (MG)	MG	1ª	250,6	250,6	2.371.964	1.891.641	-20,2%
Piedade dos Gerais (MG)	MG	1ª	261,4	261,4	2.242.959	2.845.368	26,9%
Pimenta (MG)	MG	1ª	416,2	105,2	3.577.985	4.623.351	29,2%
Pintópolis (MG)	MG	1ª	1.236,80	1.236,80	2.837.235	140.800	-95,0%
Piracema (MG)	MG	1ª	281,1	281,1	2.565.977	2.761.464	7,6%
Pitangui (MG)	MG	1ª	570	570	6.419.641	4.739.622	-26,2%
Piumhi (MG)	MG	1ª	904,9	887,6	10.774.635	12.137.550	12,6%
Pompeu (MG)	MG	1ª	2.565,50	2.565,50	8.679.672	13.832.946	59,4%
Ponto Chique (MG)	MG	1ª	604,4	604,4	2.359.435	3.120.647	32,3%
Porteirinha (MG)	MG	1ª	1.812,50	1.812,50	10.852.458	12.493.376	15,1%
Presidente Juscelino (MG)	MG	1ª	698,8	698,8	2.318.488	2.336.373	0,8%
Presidente Kubitschek (MG)	MG	1ª	190,1	179	2.077.278	2.147.664	3,4%
Presidente Olegário (MG)	MG	1ª	3.539,00	3.037,50	8.044.124	9.663.928	20,1%

Apêndice A (continuação)

Municípios	UF	SR	Área (km2)		Arrecadação Média (R\$)		Variação %
			Total	No Vale	1998-2001	2002-2005	
Prudente de Morais (MG)	MG	1ª	126,1	126,1	3.101.306	3.430.671	10,6%
Quartel Geral (MG)	MG	1ª	545,2	545,2	2.723.531	2.481.729	-8,9%
Queluzita (MG)	MG	1ª	153,5	153,5	1.834.612	1.944.457	6,0%
Raposos (MG)	MG	1ª	72	72	5.097.544	4.281.449	-16,0%
Resende Costa (MG)	MG	1ª	633,3	236,7	3.187.546	3.053.143	-4,2%
Riachinho (MG)	MG	1ª	1.739,40	1.739,40	2.739.618	4.645.689	69,6%
Riacho dos Machados (MG)	MG	1ª	1.313,10	577,4	4.384.032	3.996.348	-8,8%
Ribeirao das Neves (MG)	MG	1ª	154,6	154,6	39.860.487	67.539.565	69,4%
Rio Acima (MG)	MG	1ª	228,7	228,7	6.242.627	6.564.191	5,2%
Rio Manso (MG)	MG	1ª	232,8	232,8	2.332.352	2.330.268	-0,1%
Rio Paranaíba (MG)	MG	1ª	1.357,50	92	7.610.805	7.605.879	-0,1%
Rio Pardo de Minas (MG)	MG	1ª	3.129,60	64,5	9.347.421	11.086.315	18,6%
Sabara (MG)	MG	1ª	304,4	304,4	28.407.352	40.194.389	41,5%
Santa Fe de Minas (MG)	MG	1ª	2.926,50	2.926,50	2.177.277	145.800	-93,3%
Santa Luzia (MG)	MG	1ª	234,4	234,4	49.081.836	64.510.751	31,4%
Santa Rosa da Serra (MG)	MG	1ª	297,2	297,2	2.369.817	2.713.930	14,5%
Santana de Pirapama (MG)	MG	1ª	1.223,70	1.223,70	2.877.788	2.922.485	1,6%
Santana do Riacho (MG)	MG	1ª	678,8	678,8	2.369.999	2.461.840	3,9%
Santo Antonio do Monte (MG)	MG	1ª	1.132,60	1.132,60	7.683.017	9.943.322	29,4%
Santo Hipolito (MG)	MG	1ª	432,1	432,1	2.347.528	3.279.835	39,7%
Sao Bras do Suacui (MG)	MG	1ª	110,7	110,7	2.469.921	2.591.281	4,9%
Sao Francisco (MG)	MG	1ª	3.309,90	3.309,90	12.142.908	15.736.155	29,6%
Sao Francisco de Paula (MG)	MG	1ª	317,3	15,6	2.749.944	3.770.781	37,1%
Sao Goncalo do Abaete (MG)	MG	1ª	2.695,90	2.695,90	4.119.087	4.203.749	2,1%
Sao Goncalo do Para (MG)	MG	1ª	266,4	266,4	3.523.996	3.406.367	-3,3%
Sao Gotardo (MG)	MG	1ª	856,3	856,3	9.903.353	10.302.631	4,0%
Sao Joao da Lagoa (MG)	MG	1ª	993,2	993,2	2.260.906	3.137.190	38,8%
Sao Joao da Ponte (MG)	MG	1ª	1.855,60	1.855,60	6.988.054	9.977.174	42,8%
Sao Joao das Missoes (MG)	MG	1ª	677,5	677,5	3.348.602	4.180.160	24,8%
Sao Joao do Pacui (MG)	MG	1ª	422,1	422,1	1.833.475	1.885.303	2,8%
Sao Joaquim de Bicas (MG)	MG	1ª	72,7	72,7	7.702.529	11.592.456	50,5%
Sao Jose da Lapa (MG)	MG	1ª	48,8	48,8	7.994.935	8.460.331	5,8%
Sao Jose da Varginha (MG)	MG	1ª	205,7	205,7	2.460.295	2.832.883	15,1%
Sao Romao (MG)	MG	1ª	2.444,80	2.444,80	4.242.933	3.055.859	-28,0%
Sao Roque de Minas (MG)	MG	1ª	2.106,70	1.461,80	3.198.248	4.270.583	33,5%
Sao Sebastiao do Oeste (MG)	MG	1ª	405,2	405,2	3.013.353	3.735.053	24,0%
Sarzedo (MG)	MG	1ª	62,1	62,1	4.999.966	7.734.559	54,7%
Serra da Saudade (MG)	MG	1ª	348,6	348,6	1.881.973	1.777.027	-5,6%
Serranopolis de Minas (MG)	MG	1ª	555	426,2	2.198.196	2.053.401	-6,6%
Serro (MG)	MG	1ª	1.244,10	59,8	5.116.587	5.647.929	10,4%
Sete Lagoas (MG)	MG	1ª	539	539	80.319.351	90.166.486	12,3%
Tapirai (MG)	MG	1ª	413,7	413,7	1.985.492	1.755.400	-11,6%
Taquaracu de Minas (MG)	MG	1ª	330,3	330,3	2.675.175	2.582.185	-3,5%
Tiros (MG)	MG	1ª	2.099,60	2.099,60	3.573.010	3.701.196	3,6%
Tres Marias (MG)	MG	1ª	2.683,60	2.683,60	11.789.675	16.994.345	44,1%

Apêndice A (continuação)

Municípios	UF	SR	Área (km2)		Arrecadação Média (R\$)		Variação %
			Total	No Vale	1998-2001	2002-2005	
Ubai (MG)	MG	1ª	823,7	823,7	3.909.693	3.718.581	-4,9%
Unai (MG)	MG	1ª	8.492,00	7.164,70	26.551.218	33.825.964	27,4%
Uruana de Minas (MG)	MG	1ª	592,6	592,6	3.038.558	2.965.493	-2,4%
Urucuia (MG)	MG	1ª	2.082,80	2.082,80	3.497.614	6.244.298	78,5%
Vargem Bonita (MG)	MG	1ª	410,3	410,3	2.147.446	2.578.904	20,1%
Varjao de Minas (MG)	MG	1ª	654,8	654,8	2.466.720	2.532.378	2,7%
Varzea da Palma (MG)	MG	1ª	2.202,90	2.202,90	10.511.719	16.084.274	53,0%
Varzelândia (MG)	MG	1ª	792,8	792,8	5.469.437	5.334.586	-2,5%
Vazante (MG)	MG	1ª	1.913,00	1.913,00	9.218.490	11.178.369	21,3%
Verdelândia (MG)	MG	1ª	1.470,70	1.470,70	3.069.793	4.021.281	31,0%
Vespasiano (MG)	MG	1ª	70,3	70,3	28.487.461	50.426.580	77,0%
Afogados da Ingazeira (PE)	PE	3ª	386	386	6.198.029	9.175.709	48,0%
aguas Belas (PE)	PE	3ª	887,5	887,5	8.287.280	10.111.731	22,0%
Alagoinha (PE)	PE	3ª	180,1	75,8	3.856.966	4.139.724	7,3%
Araripina (PE)	PE	3ª	1.914,40	1.914,40	12.738.913	14.255.147	11,9%
Arcoverde (PE)	PE	3ª	380,6	190,8	12.424.229	14.012.889	12,8%
Belem de Sao Francisco (PE)	PE	3ª	1.842,70	1.842,70	8.452.592	5.324.231	-37,0%
Betania (PE)	PE	3ª	1.232,60	1.232,60	4.079.488	5.880.810	44,2%
Bom Conselho (PE)	PE	3ª	798,1	326,5	9.877.005	13.322.804	34,9%
Brejinho (PE)	PE	3ª	85,1	85,1	2.807.349	3.266.293	16,3%
Buique (PE)	PE	3ª	1.279,00	1.279,00	11.483.677	13.674.999	19,1%
Cabrobo (PE)	PE	3ª	1.629,90	1.629,90	6.700.447	8.635.697	28,9%
Caetes (PE)	PE	3ª	324,2	124,5	5.845.706	8.412.519	43,9%
Calumbi (PE)	PE	3ª	218,6	218,6	2.467.589	2.893.239	17,2%
Carnaíba (PE)	PE	3ª	429,7	429,7	5.196.768	5.963.416	14,8%
Cedro (PE)	PE	3ª	173	173	3.150.320	5.147.456	63,4%
Custodia (PE)	PE	3ª	1.484,60	1.484,60	7.127.534	13.504.275	89,5%
Dormentes (PE)	PE	3ª	1.392,10	1.392,10	4.259.536	5.657.030	32,8%
Exu (PE)	PE	3ª	1.500,30	1.194,10	7.799.805	7.967.723	2,2%
Flores (PE)	PE	3ª	963,8	963,8	5.477.656	8.310.366	51,7%
Floresta (PE)	PE	3ª	3.690,30	3.690,30	12.247.128	13.864.595	13,2%
Granito (PE)	PE	3ª	519,7	519,7	2.370.251	2.922.900	23,3%
Iati (PE)	PE	3ª	567,5	567,5	5.322.761	8.181.148	53,7%
Ibimirim (PE)	PE	3ª	1.901,50	1.901,50	5.964.202	7.718.694	29,4%
Iguaraci (PE)	PE	3ª	773,6	773,6	3.126.539	4.241.927	35,7%
Inaja (PE)	PE	3ª	1.098,70	1.098,70	3.929.247	3.993.362	1,6%
Ingazeira (PE)	PE	3ª	246,6	246,6	2.025.479	2.386.505	17,8%
Ipubi (PE)	PE	3ª	972,1	972,1	6.404.315	8.063.615	25,9%
Itacuruba (PE)	PE	3ª	438,5	438,5	5.638.844	3.861.665	-31,5%
Itaíba (PE)	PE	3ª	1.073,20	1.073,20	6.799.609	8.085.823	18,9%
Itapetim (PE)	PE	3ª	409,8	409,8	4.237.050	4.767.127	12,5%
Jatoba (PE)	PE	3ª	277,2	277,2	5.052.595	7.086.060	40,2%
Manari (PE)	PE	3ª	550,6	550,6	3.079.881	4.672.419	51,7%
Mirandiba (PE)	PE	3ª	773,3	773,3	4.203.425	4.821.143	14,7%
Moreilandia (PE)	PE	3ª	619,7	376,6	3.781.160	5.127.555	35,6%

APÊNDICE B – Roteiro utilizado nas entrevistas com os participantes e egressos do Projeto Amanhã.

1. Como você conheceu o Projeto Amanhã?
2. Há quanto tempo isso ocorreu?
3. Como se deu o início de sua participação no Projeto?
4. Quais eram suas expectativas em relação ao Projeto Amanhã?
5. Algo mudou em sua vida durante a participação no programa?
 - a. Houve aumento de renda?
 - b. Melhoraram as relações familiares?
 - c. Melhoraram aspectos relacionados a alimentação, saúde e saneamento?
6. E depois de sair do programa, você diria que o Projeto Amanhã continua influenciando na sua vida? Como?
7. Você continuou a se relacionar com as pessoas que conheceu e conviveu durante sua permanência no Projeto Amanhã?
8. Você passou a participar de alguma associação, conselho ou cooperativa?
9. Do aprendizado obtido através das atividades do Projeto Amanhã, quais você passou a utilizar no seu cotidiano?
10. Você se sente mais seguro e preparado para enfrentar as exigências da vida depois de ter participado deste programa?
11. Antes de participar do Projeto Amanhã, você alguma vez pensou em mudar de sua localidade, procurando novas oportunidades em outra cidade ou região?
12. E depois de participar do Projeto? Houve o desejo de migrar para outros lugares?
13. Dê exemplos de atividades que seriam boas oportunidades de emprego e renda em sua região.
14. Depois que você saiu do Projeto Amanhã, continuou a acompanhar as atividades que estão sendo desenvolvidas por ele?
15. Dos cursos oferecidos pelo Projeto Amanhã, quais você gostaria de fazer? Justifique.
16. Dos cursos oferecidos pelo Projeto Amanhã, quais você não gostaria de fazer? Justifique.
17. Você conhece alguma outra iniciativa semelhante ao Projeto Amanhã? Se positivo fale sobre ela.
18. Você teria sugestões para melhorar o projeto amanhã?

ANEXO A – Estrutura organizacional do Ministério da Integração Nacional

Fonte: Ministério da Integração Nacional (2006)

ANEXO B – Organograma CODEVASF – Administração Central

Fonte: CODEVASF (2006)

ANEXO C - Organograma da 1ª S.R. com sede em Montes Claros (MG)

Fonte: CODEVASF (2006)

ANEXO D - Organograma da 2ª S.R. com sede em Bom Jesus da Lapa (BA)

Fonte: CODEVASF (2006)

ANEXO E - Organograma da 3ª S.R. com Sede em Petrolina (PE)

Fonte: CODEVASF (2006)

ANEXO F - Organograma da 4ª S.R. com Sede em Aracaju (SE)

Fonte: CODEVASF (2006)

ANEXO G – Organograma da 5ª S.R. com Sede em Penedo (AL)

Fonte: CODEVASF (2006)

ANEXO H – Organograma da 6ª S.R. com Sede em Juazeiro (BA)

Fonte: CODEVASF (2006)

ANEXO I - Organograma da 7ª S.R. com Sede em Teresina (PI)

Fonte: CODEVASF (2006)

ANEXO J – Municípios do Vale do São Francisco em Minas Gerais

Municípios	SR	V	PS	SA	C	Área (km²)		População (hab)				Data de criação
								Censo 1991			Total 1999	
						Total	No Vale	Total	Urbana	Rural		
ABAETÉ	1ª	I	N	N	-	1.822,4	1.822,4	20.689	15.944	4.745	22.775	15/09/1870
ARAÇAÍ	1ª	I	N	N	-	186,3	186,3	1.978	1.468	510	2.276	30/12/1962
ARAPUA	1ª	I	N	N	-	173,1	173,1	3.113	1.495	1.618	2.646	30/12/1962
ARAÚJOS	1ª	I	N	N	-	246,3	246,3	5.507	4.227	1.280	6.386	12/12/1953
ARCOS	1ª	I	N	N	-	514,4	514,4	27.418	23.469	3.949	31.820	17/12/1938
ARINOS	1ª	I	N	N	-	5.338,5	5.338,5	17.125	7.434	9.691	17.284	30/12/1962
AUGUSTO DE LIMA	1ª	I	N	N	-	1.254,6	1.254,6	5.726	1.638	4.088	4.509	30/12/1962
BALDIM	1ª	I	N	N	-	556,7	556,7	8.383	4.345	4.038	7.456	27/12/1948
BAMBUÍ	1ª	I	N	N	-	1.459,6	1.459,6	20.573	15.032	5.541	21.852	22/09/1881
BELO HORIZONTE	1ª	I	N	N	-	331,9	331,9	2.020.161	2.013.257	6.904	2.139.125	17/12/1893
BELO VALE	1ª	I	N	N	-	366,5	366,5	7.040	2.471	4.569	6.893	17/12/1938
BETIM	1ª	I	N	N	-	346,8	346,8	170.934	162.143	8.791	302.108	17/12/1938
BIQUINHAS	1ª	I	N	N	-	458,6	458,6	3.055	1.098	1.957	2.663	30/12/1962
BOCAIUVA	1ª	P	S	N	-	3.243,4	2.202,2	47.045	29.521	17.524	41.580	14/11/1873
BOM DESPACHO	1ª	I	N	N	-	1.212,7	1.212,7	35.330	30.823	4.507	38.883	30/08/1911
BONFIM	1ª	I	N	N	-	309,7	309,7	7.183	2.192	4.991	7.252	16/03/1839
BONFINÓPOLIS DE MINAS	1ª	I	N	N	-	1.825,8	1.825,8	14.464	6.875	7.589	6.172	30/12/1962
BONITO DE MINAS	1ª	I	S	S	C	3.925,5	3.925,5	0	0	0	7.281	21/12/1995
BRASILÂNDIA DE MINAS	1ª	I	N	N	C	2.523,7	2.523,7	0	0	0	10.344	21/12/1995
BRASILIA DE MINAS	1ª	I	S	N	-	1.404,9	1.404,9	44.979	19.151	25.828	27.642	26/12/1890
BRUMADINHO	1ª	I	N	N	-	634,3	634,3	19.308	11.583	7.725	26.128	17/12/1938
BUENÓPOLIS	1ª	P	N	N	-	1.616,1	1.555,4	9.936	6.227	3.709	9.780	17/12/1938
BURITIS	1ª	I	N	N	-	5.238,1	5.238,1	18.417	10.589	7.828	21.254	30/12/1962
BURITIZEIRO	1ª	I	S	N	-	7.249,4	7.249,4	24.477	18.069	6.408	22.788	30/12/1962
CABECEIRA GRANDE	1ª	I	N	N	C	1.035,2	1.035,2	0	0	0	5.577	21/12/1995
CACHOEIRA DA PRATA	1ª	I	N	N	-	61,4	61,4	3.656	3.407	249	3.742	30/12/1962
CAETANÓPOLIS	1ª	I	N	N	-	156,7	156,7	7.403	6.230	1.173	7.796	12/12/1953
CAETÉ	1ª	I	N	N	-	542,7	542,7	33.251	29.115	4.136	35.964	23/03/1840
CAMPO AZUL	1ª	I	S	N	C	508,2	508,2	0	0	0	3.091	21/12/1995
CAMPOS ALTOS	1ª	P	N	N	-	721,2	144,3	11.112	9.957	1.155	12.091	31/12/1943
CAPIM BRANCO	1ª	I	N	N	-	94,5	94,5	6.344	5.526	818	7.555	12/12/1953
CAPITÃO ENÉAS	1ª	I	S	N	-	973,7	973,7	11.731	8.317	3.414	14.094	30/12/1962
CAPITÓLIO	1ª	P	N	N	-	523,5	96,9	6.823	4.409	2.414	7.827	27/12/1948
CARMO DA MATA	1ª	I	N	N	-	357,6	357,6	10.231	6.536	3.695	10.516	17/12/1938
CARMO DO CAJURU	1ª	I	N	N	-	456,3	456,3	14.415	10.410	4.005	17.258	27/12/1948
CARMO DO PARANAÍBA	1ª	P	N	N	-	1.311,1	879,9	27.358	20.276	7.082	29.376	01/12/1873
CARMÓPOLIS DE MINAS	1ª	P	N	N	-	401,7	371,7	13.635	7.623	6.012	14.688	27/12/1848
CASA GRANDE	1ª	I	N	N	-	158,4	158,4	2.093	755	1.338	2.240	30/12/1962
CATUTI	1ª	I	S	S	C	287,0	287,0	0	0	0	4.961	21/12/1995
CEDRO DO ABAETÉ	1ª	I	N	N	-	280,8	280,8	1.402	1.140	262	1.214	30/12/1962
CHAPADA GAÚCHA	1ª	I	S	N	C	2.477,2	2.477,2	0	0	0	5.154	21/12/1995
CLARO DOS POÇÕES	1ª	I	S	N	-	708,3	708,3	8.238	4.440	3.798	6.942	30/12/1962
CLÁUDIO	1ª	I	N	N	-	632,1	632,1	18.481	11.656	6.825	22.042	30/08/1911
CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO	1ª	P	N	N	-	1.676,6	365,3	18.721	9.104	9.617	19.212	23/03/1840
CONCEIÇÃO DO PARÁ	1ª	I	N	N	-	250,2	250,2	3.899	1.241	2.658	5.102	30/12/1962
CÔNEGO MARINHO	1ª	I	S	S	C	1.623,5	1.623,5	0	0	0	6.440	21/12/1995
CONFINS	1ª	I	N	N	C	42,1	42,1	0	0	0	4.581	21/12/1995
CONGONHAS	1ª	I	N	N	-	306,4	306,4	35.364	29.486	5.878	41.622	17/12/1938
CONGONHAS DO NORTE	1ª	I	N	N	-	484,5	484,5	4.533	1.229	3.304	4.956	30/12/1962
CONSELHEIRO LAFAIETE	1ª	I	N	N	-	371,3	371,3	89.059	83.451	5.608	97.507	19/09/1790
CONTAGEM	1ª	I	N	N	-	195,2	195,2	449.588	419.975	29.613	520.801	27/12/1948
CORAÇÃO DE JESUS	1ª	I	S	N	-	2.243,8	2.243,8	32.688	12.898	19.790	26.889	30/08/1911
CORDISBURGO	1ª	I	N	N	-	825,7	825,7	8.451	5.326	3.125	9.129	17/12/1938

V - Município incluso integral (I) ou parcialmente (P) no Vale.

PS - Município incluso no Polígono das Secas (S); município não incluso no Polígono das Secas (N).

SA - Município incluso no Semi-Árido (S); município não incluso no Semi-Árido (N).

C - Município instalado após Censo 91.

(continuação – Anexo J – Municípios do Vale do São Francisco em Minas Gerais)

Municípios	SR	V	PS	AS	C	Área (km²)		População (hab)				Data De criação
								Censo 1991			Total 1999	
						Total	No Vale	Total	Urbana	Rural		
CORINTO	1ª	I	N	N	-	2.532,4	2.532,4	25.096	19.522	5.574	24.460	07/09/1923
CÓRREGO DANTA	1ª	I	N	N	-	646,8	646,8	4.368	2.128	2.240	3.467	27/12/1748
CÓRREGO FUNDO	1ª	P	N	N	C	105,7	25,2	0	0	0	4.974	21/12/1995
CRISTIANO OTONI	1ª	P	N	N	-	133,2	117,2	4.214	2.826	1.388	4.946	30/12/1962
CRUCILÂNDIA	1ª	I	N	N	-	167,0	167,0	4.579	1.954	2.625	4.019	27/12/1948
CURVELO	1ª	I	N	N	-	3.306,1	3.306,1	59.015	47.987	11.028	68.141	13/10/1831
DATAS	1ª	P	N	N	-	287,3	227,5	4.702	2.259	2.443	5.410	30/12/1962
DESTERRO DE ENTRE RIOS	1ª	I	N	N	-	371,2	371,2	6.825	2.431	4.394	6.720	12/12/1953
DIAMANTINA	1ª	P	N	N	-	3.993,3	926,0	44.299	34.609	9.690	43.022	13/10/1831
DIVINÓPOLIS	1ª	I	N	N	-	711,0	711,0	151.462	144.429	7.033	185.047	30/08/1911
DOM BOSCO	1ª	I	N	N	C	824,5	824,5	0	0	0	3.808	21/12/1995
DORES DO INDAIÁ	1ª	I	N	N	-	1.113,9	1.113,9	13.887	12.738	1.149	15.162	04/11/1880
DORESÓPOLIS	1ª	I	N	N	-	153,5	153,5	1.247	691	556	1.461	30/12/1962
ENGENHEIRO NAVARRO	1ª	I	S	N	-	634,1	634,1	7.566	4.709	2.857	6.403	30/12/1962
ENTRE RIOS DE MINAS	1ª	I	N	N	-	464,1	464,1	12.255	6.902	5.353	13.221	07/01/1875
ESMERALDAS	1ª	I	N	N	-	912,3	912,3	24.298	7.044	17.254	36.433	16/09/1901
ESPINOSA	1ª	I	S	S	-	1.867,4	1.867,4	37.594	15.799	21.795	32.541	07/09/1923
ESTRELA DO INDAIÁ	1ª	I	N	N	-	637,2	637,2	3.982	2.942	1.040	3.592	27/12/1948
FELIXLÂNDIA	1ª	I	N	N	-	1.558,2	1.558,2	11.926	7.113	4.813	12.105	27/12/1948
FLORESTAL	1ª	I	N	N	-	194,9	194,9	5.053	2.976	2.077	5.511	30/12/1962
FORMIGA	1ª	P	N	N	-	1.503,8	111,6	61.755	49.824	11.931	61.502	16/03/1839
FORMOSO	1ª	I	N	N	-	3.833,4	3.833,4	7.199	2.285	4.914	5.885	30/12/1962
FORTUNA DE MINAS	1ª	I	N	N	-	198,7	198,7	2.285	1.250	1.035	2.264	30/12/1962
FRANCISCO DUMONT	1ª	I	S	N	-	1.558,4	1.558,4	3.666	1.974	1.692	4.354	30/12/1962
FRANCISCO SÁ	1ª	I	S	N	-	2.758,8	2.758,8	24.993	11.343	13.650	22.778	07/09/1923
FUNILÂNDIA	1ª	I	N	N	-	202,3	202,3	2.616	1.122	1.494	3.034	30/12/1962
GAMELEIRAS	1ª	I	S	S	C	1.739,6	1.739,6	0	0	0	4.739	21/12/1995
GLAUCILÂNDIA	1ª	I	S	N	C	146,0	146,0	0	0	0	2.537	21/12/1995
GOUVÊA	1ª	I	N	N	-	877,7	877,7	11.457	7.178	4.279	11.320	12/12/1953
GUARACIAMA	1ª	P	S	N	C	393,5	147,7	0	0	0	4.181	21/12/1995
GUARDA-MOR	1ª	P	N	N	-	2.072,3	1.158,4	5.919	2.644	3.275	6.851	30/12/1962
IBIAÍ	1ª	I	S	N	-	873,4	873,4	7.097	3.454	3.643	6.982	30/12/1962
IBIRACATU	1ª	I	S	S	C	360,5	360,5	0	0	0	5.748	21/12/1995
IBIRITÉ	1ª	I	N	N	-	73,3	73,3	92.675	91.193	1.482	125.982	30/12/1962
ICARAI DE MINAS	1ª	I	S	N	C	618,7	618,7	0	0	0	7.849	27/04/1992
IGARAPÉ	1ª	I	N	N	-	110,3	110,3	27.400	19.909	7.491	19.222	30/12/1962
IGARATINGA	1ª	I	N	N	-	219,9	219,9	5.986	4.170	1.816	7.351	30/12/1962
IGUATAMA	1ª	I	N	N	-	629,6	629,6	8.362	6.084	2.278	9.035	31/12/1943
INHAÚMA	1ª	I	N	N	-	245,1	245,1	4.766	2.726	2.040	4.648	27/12/1948
INIMUTABA	1ª	I	N	N	-	530,7	530,7	6.032	3.629	2.403	5.305	30/12/1962
ITABIRITO	1ª	I	N	N	-	546,6	546,6	32.091	28.678	3.413	37.827	07/09/1923
ITACARAMBI	1ª	I	S	S	-	1.256,6	1.256,6	21.775	11.380	10.395	16.132	30/12/1962
ITAGUARA	1ª	I	N	N	-	411,9	411,9	10.671	6.318	4.353	11.559	31/12/1943
ITAPECERICA	1ª	P	N	N	-	1.045,0	808,3	22.356	15.202	7.154	21.827	20/11/1789
ITATIAIUÇU	1ª	I	N	N	-	295,9	295,9	7.366	3.735	3.631	8.913	30/12/1962
ITAÚNA	1ª	I	N	N	-	497,3	497,3	66.395	61.946	4.449	73.146	16/09/1901
ITAVERAVA	1ª	P	N	N	-	283,6	37,1	6.341	1.854	4.487	6.761	30/12/1962
JABOTICATUBAS	1ª	I	N	N	-	1.117,1	1.117,1	12.716	5.009	7.707	12.296	17/12/1938
JAÍBA	1ª	I	S	S	C	2.733,0	2.733,0	0	0	0	24.985	27/04/1992
JANAÚBA	1ª	I	S	S	-	2.196,5	2.196,5	53.104	44.316	8.788	61.674	27/12/1948
JANUÁRIA	1ª	I	S	S	-	7.325,3	7.325,3	87.163	37.149	50.014	63.333	30/06/1833

V - Município incluso integral (I) ou parcialmente (P) no Vale.

PS - Município incluso no Polígono das Secas (S); município não incluso no Polígono das Secas (N).

SA - Município incluso no Semi-Árido (S); município não incluso no Semi-Árido (N).

C - Município instalado após Censo 91.

(continuação – Anexo J – Municípios do Vale do São Francisco em Minas Gerais)

Municípios	SR	V	PS	AS	C	Área (km²)		População (hab)				Data De criação
								Censo 1991			Total 1999	
						Total	No Vale	Total	Urbana	Rural		
JAPARAÍBA	1ª	I	N	N	-	172,6	172,6	3.315	1.497	1.818	3.577	30/12/1962
JAPONVAR	1ª	I	S	N	C	375,9	375,9	0	0	0	6.292	21/12/1995
JECEABA	1ª	I	N	N	-	236,3	236,3	6.955	3.037	3.918	5.689	12/12/1953
JEQUITAI	1ª	I	S	N	-	1.272,5	1.272,5	9.346	5.208	4.138	7.691	27/12/1948
JEQUITIBÁ	1ª	I	N	N	-	447,4	447,4	5.048	1.365	3.683	5.328	27/12/1948
JOÃO PINHEIRO	1ª	I	N	N	-	10.768,4	10.768,4	49.956	28.182	21.774	38.688	30/08/1911
JOAQUIM FELÍCIO	1ª	I	N	N	-	793,7	793,7	4.441	2.284	2.157	3.803	30/12/1962
JUATUBA	1ª	I	N	N	C	97,1	97,1	0	0	0	13.306	27/04/1992
JURAMENTO	1ª	I	S	N	-	431,6	431,6	6.389	2.175	4.214	3.750	12/12/1953
JUVENÍLIA	1ª	I	S	S	C	1.099,7	1.099,7	0	0	0	7.198	21/12/1995
LAGAMAR	1ª	P	N	N	-	1.479,7	1.179,8	8.130	4.323	3.807	7.895	30/12/1962
LAGOA DA PRATA	1ª	I	N	N	-	440,9	440,9	30.816	28.108	2.708	36.967	17/12/1938
LAGOA DOS PATOS	1ª	I	S	N	-	601,5	601,5	4.120	2.205	1.915	4.823	30/12/1962
LAGOA DOURADA	1ª	P	N	N	-	479,3	315,8	10.118	4.733	5.385	11.744	30/08/1911
LAGOA FORMOSA	1ª	P	N	N	-	847,1	245,8	15.949	8.630	7.319	15.756	30/12/1962
LAGOA GRANDE	1ª	I	N	N	C	1.223,1	1.223,1	0	0	0	7.416	27/04/1992
LAGOA SANTA	1ª	I	N	N	-	232,7	232,7	29.824	27.979	1.845	33.025	17/12/1938
LASSANCE	1ª	I	S	N	-	3.223,9	3.223,9	6.639	2.503	4.136	5.921	12/12/1953
LEANDRO FERREIRA	1ª	I	N	N	-	356,4	356,4	2.928	1.451	1.477	3.159	30/12/1962
LONTRA	1ª	I	S	N	C	258,1	258,1	0	0	0	7.493	27/04/1992
LUISLÂNDIA	1ª	I	S	N	C	426,2	426,2	0	0	0	4.878	21/12/1995
LUZ	1ª	I	N	N	-	1.175,1	1.175,1	16.432	13.370	3.062	17.479	07/09/1923
MAMONAS	1ª	I	S	S	C	291,3	291,3	0	0	0	6.113	27/04/1992
MANGA	1ª	I	S	S	-	1.956,4	1.956,4	50.391	15.067	35.324	22.210	07/09/1923
MARAVILHAS	1ª	I	N	N	-	261,2	261,2	5.406	3.243	2.163	6.482	12/12/1953
MÁRIO CAMPOS	1ª	I	N	N	C	35,3	35,3	0	0	0	8.576	21/12/1995
MARTINHO CAMPOS	1ª	I	N	N	-	1.063,3	1.063,3	11.856	8.892	2.964	10.627	17/12/1938
MATEUS LEME	1ª	I	N	N	-	303,4	303,4	27.033	19.580	7.453	22.246	17/12/1938
MATIAS CARDOSO	1ª	I	S	S	C	1.962,4	1.962,4	0	0	0	9.027	27/04/1992
MATO VERDE	1ª	I	S	S	-	476,1	476,1	19.940	8.811	11.129	12.196	12/12/1953
MATOZINHOS	1ª	I	N	N	-	253,6	253,6	23.606	21.788	1.818	28.690	31/12/1943
MATUTINA	1ª	I	N	N	-	260,5	260,5	3.758	2.368	1.390	3.985	12/12/1953
MEDEIROS	1ª	I	N	N	-	941,8	941,8	2.728	1.257	1.471	2.954	30/12/1962
MIRABELA	1ª	I	S	N	-	723,3	723,3	16.893	9.297	7.596	10.078	30/12/1962
MIRAVÂNIA	1ª	I	S	S	C	605,2	605,2	0	0	0	3.862	21/12/1995
MOEDA	1ª	I	N	N	-	154,7	154,7	3.885	1.319	2.566	4.485	12/12/1953
MOEMA	1ª	I	N	N	-	203,3	203,3	5.505	4.831	674	6.316	12/12/1953
MONJOLOS	1ª	I	N	N	-	654,2	654,2	2.941	979	1.962	2.515	30/12/1962
MONTALVÂNIA	1ª	I	S	S	-	1.489,8	1.489,8	16.553	8.395	8.158	16.148	30/12/1962
MONTE AZUL	1ª	I	S	S	-	1.010,8	1.010,8	37.706	17.979	19.727	22.996	09/11/1878
MONTES CLAROS	1ª	I	S	N	-	3.594,1	3.594,1	250.062	227.759	22.303	286.058	13/10/1831
MORADA NOVA DE MINAS	1ª	I	N	N	-	2.091,1	2.091,1	6.659	4.908	1.751	6.808	31/12/1943
MORRO DA GARÇA	1ª	I	N	N	-	415,3	415,3	3.054	1.146	1.908	2.763	30/12/1962
NATALÂNDIA	1ª	I	N	N	C	473,0	473,0	0	0	0	2.788	21/12/1995
NOVA LIMA	1ª	I	N	N	-	429,7	429,7	52.400	44.038	8.362	61.155	05/02/1891
NOVA PORTEIRINHA	1ª	I	S	S	C	121,5	121,5	0	0	0	6.517	21/12/1995
NOVA SERRANA	1ª	I	N	N	-	283,9	283,9	17.913	15.331	2.582	29.510	12/12/1953
NOVA UNIÃO	1ª	I	N	N	-	172,0	172,0	4.865	1.152	3.713	5.290	30/12/1962
OLIVEIRA	1ª	P	N	N	-	899,0	210,4	32.222	26.184	6.038	37.637	16/03/1839

V - Município incluso integral (I) ou parcialmente (P) no Vale.

PS - Município incluso no Polígono das Secas (S); município não incluso no Polígono das Secas (N).

SA - Município incluso no Semi-Árido (S); município não incluso no Semi-Árido (N).

C - Município instalado após Censo 91.

(continuação – Anexo J – Municípios do Vale do São Francisco em Minas Gerais)

Municípios	SR	V	PS	AS	C	Área (km²)		População (hab)				Data De criação
						Total	No Vale	Censo 1991			Total 1999	
ONÇA DE PITANGUI	1ª	I	N	N	-	247,8	247,8	3.022	781	2.241	2.572	30/12/1962
OURO BRANCO	1ª	P	N	N	-	260,6	150,4	27.423	23.631	3.792	31.977	12/12/1953
OURO PRETO	1ª	P	N	N	-	1.248,6	702,7	62.514	48.150	14.364	61.090	08/07/1711
PAI PEDRO	1ª	I	S	S	C	787,9	787,9	0	0	0	5.105	21/12/1995
PAINEIRAS	1ª	I	N	N	-	639,7	639,7	5.235	3.241	1.994	4.782	30/12/1962
PAINS	1ª	I	N	N	-	419,2	419,2	8.065	5.365	2.700	9.577	31/12/1943
PAPAGAIOS	1ª	I	N	N	-	554,4	554,4	10.119	6.837	3.282	13.858	12/12/1953
PARÁ DE MINAS	1ª	I	N	N	-	552,6	552,6	61.193	54.034	7.159	73.636	23/12/1874
PARACATU	1ª	P	N	N	-	8.241,1	6.260,4	62.774	49.710	13.064	73.059	20/10/1798
PARAOPEBA	1ª	I	N	N	-	627,0	627,0	17.015	13.821	3.194	19.995	30/08/1911
PASSA TEMPO	1ª	I	N	N	-	430,6	430,6	8.152	5.052	3.100	7.986	30/08/1911
PATIS	1ª	I	S	N	C	446,2	446,2	0	0	0	4.064	21/12/1995
PATOS DE MINAS	1ª	P	N	N	-	3.198,9	885,8	102.946	84.403	18.543	119.262	30/10/1866
PEDRA DO INDAÍÁ	1ª	I	N	N	-	350,1	350,1	3.986	1.502	2.484	3.583	30/12/1962
PEDRAS DE MARIA DA CRUZ	1ª	I	S	S	C	1.525,3	1.525,3	0	0	0	7.221	27/04/1992
PEDRO LEOPOLDO	1ª	I	N	N	-	291,9	291,9	41.594	32.891	8.703	50.829	07/09/1923
PEQUI	1ª	I	N	N	-	204,7	204,7	3.187	1.935	1.252	3.721	30/08/1911
PERDIGÃO	1ª	I	N	N	-	250,6	250,6	4.546	3.153	1.393	5.199	12/12/1953
PIEDADE DOS GERAIS	1ª	I	N	N	-	261,4	261,4	4.226	1.087	3.139	3.779	30/12/1962
PIMENTA	1ª	P	N	N	-	416,2	105,2	6.733	4.862	1.871	7.978	27/12/1948
PINTÓPOLIS	1ª	I	S	N	C	1.236,8	1.236,8	0	0	0	5.737	21/12/1995
PIRACEMA	1ª	I	N	N	-	281,1	281,1	6.060	2.088	3.972	6.480	12/12/1953
PIRAPORA	1ª	I	S	N	-	577,3	577,3	46.351	45.492	859	50.213	30/08/1911
PITANGUI	1ª	I	N	N	-	570,0	570,0	20.173	16.005	4.168	23.799	09/07/1715
PIUMHI	1ª	P	N	N	-	904,9	887,6	24.938	20.758	4.180	28.766	01/04/1841
POMPÉU	1ª	I	N	N	-	2.565,5	2.565,5	20.350	16.252	4.098	24.962	17/12/1938
PONTO CHIQUE	1ª	I	S	N	C	604,4	604,4	0	0	0	2.986	21/12/1995
PORTEIRINHA	1ª	I	S	S	-	1.812,5	1.812,5	53.906	20.876	33.030	34.083	17/12/1938
PRESIDENTE JUSCELINO	1ª	I	N	N	-	698,8	698,8	4.292	1.235	3.057	4.573	30/12/1962
PRESIDENTE KUBITSCHEK	1ª	P	N	N	-	190,1	179,0	2.932	1.637	1.295	2.391	30/12/1962
PRESIDENTE OLEGÁRIO	1ª	P	N	N	-	3.539,0	3.037,5	23.145	12.400	10.745	17.259	17/12/1938
PRUDENTE DE MORAIS	1ª	I	N	N	-	126,1	126,1	6.819	5.586	1.233	8.635	30/12/1962
QUARTEL GERAL	1ª	I	N	N	-	545,2	545,2	2.952	2.063	889	3.181	12/12/1953
QUELUZITA	1ª	I	N	N	-	153,5	153,5	1.728	388	1.340	2.021	30/12/1962
RAPOSOS	1ª	I	N	N	-	72,0	72,0	14.242	13.317	925	15.066	27/12/1948
RESENDE COSTA	1ª	P	N	N	-	633,3	236,7	9.706	6.029	3.677	9.861	30/08/1911
RIO PARDO DE MINAS	1ª	P	S	S	-	3.129,6	64,5	48.807	10.500	38.307	26.101	13/10/1831
SABARÁ	1ª	I	N	N	-	304,4	304,4	89.740	74.757	14.983	107.781	17/07/1711
RIACHINHO	1ª	I	N	N	C	1.739,4	1.739,4	0	0	0	8.487	27/04/1992
RIACHO DOS MACHADOS	1ª	P	S	N	-	1.313,1	577,4	10.201	1.804	8.397	10.898	30/12/1962
RIBEIRÃO DAS NEVES	1ª	I	N	N	-	154,6	154,6	143.853	119.925	23.928	232.685	12/12/1953
RIO ACIMA	1ª	I	N	N	-	228,7	228,7	7.066	5.641	1.425	8.074	27/12/1948
RIO MANSO	1ª	I	N	N	-	232,8	232,8	4.461	2.062	2.399	4.002	30/12/1962
RIO PARANAÍBA	1ª	P	N	N	-	1.357,5	92,0	9.453	4.481	4.972	11.637	30/08/1911
SANTA FÉ DE MINAS	1ª	I	N	N	-	2.926,5	2.926,5	4.573	1.273	3.300	3.760	30/12/1962
SANTA LUZIA	1ª	I	N	N	-	234,4	234,4	137.825	130.186	7.639	164.704	30/04/1856
SANTA ROSA DA SERRA	1ª	I	N	N	-	297,2	297,2	2.867	1.579	1.288	2.917	30/12/1962
SANTANA DE PIRAPAMA	1ª	I	N	N	-	1.223,7	1.223,7	9.212	2.335	6.877	8.032	27/12/1948
SANTANA DO RIACHO	1ª	I	N	N	-	678,8	678,8	3.404	1.184	2.220	3.647	30/12/1962
SANTO ANTÔNIO DO MONTE	1ª	I	N	N	-	1.132,6	1.132,6	17.979	13.322	4.657	21.927	13/09/1870
SANTO HIPÓLITO	1ª	I	N	N	-	432,1	432,1	3.705	2.078	1.627	3.665	30/12/1962
SÃO BRÁS DO SUAÇUÍ	1ª	I	N	N	-	110,7	110,7	3.198	2.477	721	3.254	12/12/1953
SÃO FRANCISCO	1ª	I	S	N	-	3.309,9	3.309,9	72.481	21.861	50.620	54.146	13/10/1831
SÃO FRANCISCO DE PAULA	1ª	P	N	N	-	317,3	15,6	6.152	3.419	2.733	6.272	30/12/1962

V - Município incluso integral (I) ou parcialmente (P) no Vale.

PS - Município incluso no Polígono das Secas (S); município não incluso no Polígono das Secas (N).

SA - Município incluso no Semi-Árido (S); município não incluso no Semi-Árido (N).

C - Município instalado após Censo 91.

(continuação – Anexo J – Municípios do Vale do São Francisco em Minas Gerais)

Municípios	SR	V	PS	AS	C	Área (km²)		População (hab)				Data De criação
								Censo 1991			Total 1999	
						Total	No Vale	Total	Urbana	Rural		
SÃO GONÇALO DO ABAETÉ	1ª	I	N	N	-	2.695,9	2.695,9	9.745	5.897	3.848	4.881	31/12/1943
SÃO GONÇALO DO PARÁ	1ª	I	N	N	-	266,4	266,4	7.541	5.682	1.859	8.091	27/12/1948
SÃO GOTARDO	1ª	I	N	N	-	856,3	856,3	19.697	16.520	3.177	24.100	30/08/1911
SÃO JOÃO DA LAGOA	1ª	I	S	N	C	993,2	993,2	0	0	0	4.319	21/12/1995
SÃO JOÃO DA PONTE	1ª	I	S	N	-	1.855,6	1.855,6	32.476	9.904	22.572	23.145	31/12/1943
SÃO JOÃO DAS MISSÕES	1ª	I	S	S	C	677,5	677,5	0	0	0	7.054	21/12/1995
SÃO JOÃO DO PACUÍ	1ª	I	S	N	C	422,1	422,1	0	0	0	3.798	21/12/1995
SÃO JOAQUIM DE BICAS	1ª	I	N	N	C	72,7	72,7	0	0	0	14.129	21/12/1995
SÃO JOSÉ DA LAPA	1ª	I	N	N	C	48,8	48,8	0	0	0	13.192	27/04/1992
SÃO JOSÉ DA VARGINHA	1ª	I	N	N	-	205,7	205,7	2.690	1.128	1.562	3.160	30/12/1962
SÃO ROMÃO	1ª	I	N	N	-	2.444,8	2.444,8	14.562	5.893	8.669	7.410	07/09/1923
SÃO ROQUE DE MINAS	1ª	P	N	N	-	2.106,7	1.461,8	6.323	2.755	3.568	6.132	17/12/1938
SÃO SEBASTIÃO DO OESTE	1ª	I	N	N	-	405,2	405,2	5.057	1.089	3.968	4.449	30/12/1962
SARZEDO	1ª	I	N	N	C	62,1	62,1	0	0	0	14.839	21/12/1995
SERRA DA SAUDADE	1ª	I	N	N	-	348,6	348,6	852	479	373	827	30/12/1962
SERRANÓPOLIS DE MINAS	1ª	P	S	S	C	555,0	426,2	0	0	0	3.978	21/12/1995
SERRO	1ª	P	N	N	-	1.244,1	59,8	19.341	9.766	9.575	21.014	29/01/1714
SETE LAGOAS	1ª	I	N	N	-	539,0	539,0	144.014	140.125	3.889	182.984	24/11/1867
TAPIRAÍ	1ª	I	N	N	-	413,7	413,7	2.240	951	1.289	1.810	12/12/1953
TAQUARAÇU DE MINAS	1ª	I	N	N	-	330,3	330,3	3.383	971	2.412	3.340	30/12/1962
TIROS	1ª	I	N	N	-	2.099,6	2.099,6	8.647	4.202	4.445	11.170	07/09/1923
TRÊS MARIAS	1ª	I	N	N	-	2.683,6	2.683,6	21.399	20.092	1.307	25.888	30/12/1962
UBAÍ	1ª	I	S	N	-	823,7	823,7	13.978	4.962	9.016	10.519	30/12/1962
UNAÍ	1ª	P	N	N	-	8.492,0	7.164,7	69.612	42.934	26.678	67.264	31/12/1943
URUANA DE MINAS	1ª	I	N	N	C	592,6	592,6	0	0	0	3.136	21/12/1995
URUCUIA	1ª	I	S	N	C	2.082,8	2.082,8	0	0	0	7.279	27/04/1992
VARGEM BONITA	1ª	I	N	N	-	410,3	410,3	2.317	1.041	1.276	2.028	12/12/1953
VARJÃO DE MINAS	1ª	I	N	N	C	654,8	654,8	0	0	0	3.278	21/12/1995
VÁRZEA DA PALMA	1ª	I	S	N	-	2.202,9	2.202,9	29.523	24.464	5.059	32.542	12/12/1953
VARZELÂNDIA	1ª	I	S	S	-	792,8	792,8	27.081	9.738	17.343	17.372	30/12/1962
VAZANTE	1ª	I	N	N	-	1.913,0	1.913,0	18.799	13.364	5.435	19.087	12/12/1953
VERDELÂNDIA	1ª	I	S	N	C	1.470,7	1.470,7	0	0	0	7.007	21/12/1995
VESPASIANO	1ª	I	N	N	-	70,3	70,3	54.868	35.390	19.478	65.441	27/12/1948
240	-	-	-	-	-	262.201,9	235.471,3	6.931.099	5.667.175	1.263.924	7.821.575	-

V - Município incluído integral (I) ou parcialmente (P) no Vale.**PS** - Município incluído no Polígono das Secas (S); município não incluído no Polígono das Secas (N).**SA** - Município incluído no Semi-Árido (S); município não incluído no Semi-Árido (N).**C** - Município instalado após Censo 91.

ANEXO K – Municípios do Vale do São Francisco na Bahia

Municípios	SR	V	PS	SA	C	Área (km²)		População (hab)				Data de criação
								Censo 1991			Total 1999	
						Total	No Vale	Total	Urbana	Rural		
ABARÉ	6ª	I	S	S	-	1.700,8	1.700,8	11.449	2.952	8.497	12.922	19/07/1962
AMÉRICA DOURADA	2ª	I	S	S	-	748,1	748,1	15.965	8.247	7.718	13.475	25/02/1985
ANGICAL	2ª	I	N	N	-	1.497,5	1.497,5	16.052	3.749	12.303	13.033	05/07/1890
BAIANÓPOLIS	2ª	I	N	N	-	3.428,7	3.428,7	13.823	2.305	11.518	11.352	30/07/1962
BARRA	2ª	I	S	S	-	12.348,4	12.348,4	39.806	15.767	24.039	40.460	01/12/1752
BARRA DO MENDES	2ª	P	S	S	-	1.640,6	1.627,3	14.469	4.817	9.652	11.617	14/08/1958
BARREIRAS	2ª	I	N	N	-	11.979,5	11.979,5	92.640	70.870	21.770	127.801	06/04/1891
BARRO ALTO	2ª	I	S	S	-	386,1	386,1	12.059	2.448	9.611	10.215	09/05/1985
BOM JESUS DA LAPA	2ª	I	S	S	-	4.148,5	4.148,5	48.910	32.390	16.520	54.579	18/09/1890
BONINAL	2ª	P	S	S	-	851,1	26,1	13.643	2.492	11.151	13.845	23/04/1962
BONITO	2ª	P	S	S	-	539,6	96,9	11.085	4.349	6.736	16.257	13/06/1989
BOQUIRA	2ª	I	S	S	-	1.570,1	1.570,1	19.444	5.057	14.387	21.552	06/04/1962
BOTUPORÃ	2ª	I	S	S	-	554,6	554,6	10.254	1.762	8.492	13.806	22/03/1962
BREJOLÂNDIA	2ª	I	N	S	-	2.629,0	2.629,0	11.268	1.513	9.755	8.436	16/07/1962
BROTAS DE MACAÚBAS	2ª	I	S	S	-	2.343,5	2.343,5	14.263	2.450	11.813	13.861	16/07/1878
BURITIRAMA	2ª	I	S	S	-	3.813,5	3.813,5	12.539	2.785	9.754	17.264	09/05/1985
CAETITÉ	2ª	P	S	S	-	2.366,4	1.365,5	40.380	16.925	23.455	45.230	26/02/1810
CAFARNAUM	2ª	P	S	S	-	1.075,0	1.045,3	13.704	5.883	7.821	14.439	16/07/1962
CAMPO ALEGRE DE LOURDES	6ª	I	S	S	-	2.766,3	2.766,3	26.125	4.177	21.948	25.109	05/07/1962
CAMPO FORMOSO	6ª	P	S	S	-	6.833,6	6.017,1	62.104	16.432	45.672	55.887	28/07/1880
CANÁPOLIS	2ª	I	N	N	-	466,1	466,1	9.475	1.638	7.837	10.259	19/07/1962
CANARANA	2ª	I	S	S	-	657,3	657,3	22.589	7.549	15.040	21.241	16/07/1962
CANDIBA	2ª	I	S	S	-	399,4	399,4	12.610	4.087	8.523	12.435	27/07/1962
CARINHANHA	2ª	I	N	S	-	2.762,2	2.762,2	25.565	7.325	18.240	26.411	06/07/1832
CASA NOVA	6ª	I	S	S	-	9.697,4	9.697,4	46.838	18.482	28.356	50.806	20/06/1879
CATOLÂNDIA	2ª	I	N	N	-	623,1	623,1	3.274	801	2.473	2.742	27/07/1962
CATURAMA	2ª	I	S	S	-	648,6	648,6	9.714	1.192	8.522	11.712	13/06/1989
CENTRAL	2ª	I	S	S	-	367,9	367,9	14.696	6.621	8.075	12.860	12/08/1958
CHORROCHÓ	6ª	I	S	S	-	2.658,9	2.658,9	9.603	1.528	8.075	9.276	12/12/1952
COCOS	2ª	I	N	S	-	10.121,2	10.121,2	15.983	4.972	11.011	17.720	14/08/1958
CORIBE	2ª	I	N	S	-	2.688,5	2.688,5	14.167	4.825	9.342	17.573	14/08/1958
CORRENTINA	2ª	I	N	N	-	11.636,4	11.636,4	28.005	8.636	19.369	30.871	05/05/1891
COTEGIPE	2ª	I	N	N	-	4.162,0	4.162,0	12.480	5.118	7.362	12.244	03/06/1820
CRISTÓPOLIS	2ª	I	N	N	-	884,2	884,2	12.651	2.252	10.399	13.001	19/07/1962
CURAÇA	6ª	I	S	S	-	6.476,0	6.476,0	24.895	7.749	17.146	25.455	06/07/1832
ÉRICO CARDOSO	2ª	P	S	S	-	704,0	667,5	7.307	1.108	6.199	8.844	05/04/1962
FEIRA DA MATA	2ª	I	N	S	-	1.661,8	1.661,8	6.343	1.470	4.873	6.511	24/02/1989
FORMOSA DO RIO PRETO	2ª	I	N	N	-	16.514,3	16.514,3	14.418	5.624	8.794	16.638	22/12/1961
GENTIO DO OURO	(*) 2ª	I	S	S	-	3.685,8	3.685,8	11.093	4.163	6.930	8.401	15/07/1933
GLÓRIA	6ª	I	S	S	-	1.282,1	1.282,1	12.815	1.611	11.204	13.661	01/05/1886
GUANAMBI	2ª	I	S	S	-	1.264,5	1.264,5	65.592	45.127	20.465	71.301	14/08/1919
IBIPEBA	2ª	I	S	S	-	1.103,6	1.103,6	17.449	4.973	12.476	13.053	19/09/1961
IBIPITANGA	2ª	I	S	S	-	948,9	948,9	13.245	2.199	11.046	13.609	16/07/1962
IBITIARA	2ª	I	S	S	-	1.755,6	1.755,6	17.008	2.921	14.087	14.231	02/03/1934
IBITITÁ	2ª	I	S	S	-	597,2	597,2	12.285	6.588	5.697	16.883	17/10/1961
IBOTIRAMA	2ª	I	S	S	-	1.396,6	1.396,6	23.270	15.231	8.039	24.764	14/08/1958
IGAPORÃ	2ª	I	S	S	-	775,0	775,0	13.952	5.903	8.049	15.305	01/09/1960
IPUPIARA	2ª	I	S	S	-	1.335,4	1.335,4	8.034	4.102	3.932	8.691	09/08/1958
IRECÊ	2ª	I	S	S	-	336,8	336,8	50.908	40.069	10.839	52.756	02/08/1926
ITAGUAÇU DA BAHIA	2ª	I	S	S	-	4.588,3	4.588,3	17.341	1.530	15.811	11.955	24/02/1989
IUIÚ	2ª	I	S	S	-	1.099,5	1.099,5	10.841	4.227	6.614	11.639	24/02/1989
JABORANDI	2ª	I	N	N	-	10.066,2	10.066,2	11.692	1.687	10.005	8.969	09/05/1985
JACARACI	2ª	P	S	S	-	1.246,4	77,0	13.939	2.439	11.500	13.439	07/06/1880

V - Município incluso integral (I) ou parcialmente (P) no Vale.

PS - Município incluso no Polígono das Secas (S); município não incluso no Polígono das Secas (N).

SA - Município incluso no Semi-Árido (S); município não incluso no Semi-Árido (N).

C - Município instalado após Censo 91.

(continuação – Anexo K – Municípios do Vale do São Francisco na Bahia)

Municípios	SR	V	PS	AS	C	Área (km²)		População (hab)				Data De criação
								Censo 1991			Total 1999	
						Total	No Vale	Total	Urbana	Rural		
JACOBINA	6ª	P	S	S	-	2.328,9	852,9	76.518	50.009	26.509	96.131	24/06/1722
JAGUARARI	6ª	P	S	S	-	2.578,0	2.350,2	31.141	6.070	25.071	41.984	06/08/1926
JEREMOABO	6ª	P	S	S	-	4.788,4	737,1	38.449	13.640	24.809	31.421	25/10/1831
JOÃO DOURADO	2ª	I	S	S	-	988,0	988,0	19.211	9.336	9.875	16.394	09/05/1985
JUAZEIRO	6ª	I	S	S	-	6.415,4	6.415,4	128.767	102.266	26.501	201.073	09/05/1833
JUSSARA	2ª	I	S	S	-	796,3	796,3	14.002	8.547	5.455	11.874	27/07/1962
LAPÃO	2ª	I	S	S	-	645,0	645,0	20.913	6.848	14.065	22.284	09/05/1985
MACAÚBAS	2ª	I	S	S	-	3.050,8	3.050,8	34.558	8.001	26.557	43.188	06/07/1832
MACURURÉ	6ª	I	S	S	-	2.288,2	2.288,2	6.770	1.353	5.417	7.280	27/07/1962
MALHADA	2ª	I	S	S	-	1.972,9	1.972,9	15.210	2.688	12.522	14.798	29/11/1961
MANSIDÃO	2ª	I	N	N	-	3.155,5	3.155,5	10.290	1.844	8.446	11.236	25/02/1985
MATINA	2ª	I	S	S	-	793,2	793,2	8.999	1.389	7.610	10.699	05/04/1989
MIGUEL CALMON	6ª	P	S	S	-	1.471,2	118,3	25.260	11.969	13.291	36.122	06/08/1924
MIRANGABA	6ª	P	S	S	-	1.960,3	1.500,5	14.651	4.181	10.470	19.215	24/11/1961
MORPARÁ	2ª	I	S	S	-	1.738,8	1.738,8	7.411	3.637	3.774	9.343	16/07/1962
MORRO DO CHAPÉU	2ª	P	S	S	-	5.513,4	2.771,5	31.766	15.519	16.247	32.278	07/05/1864
MORTUGABA	2ª	P	S	S	-	672,9	30,1	12.907	4.149	8.758	12.408	30/11/1961
MULUNGU DO MORRO	2ª	P	S	S	-	519,6	433,2	13.741	4.931	8.810	15.081	13/06/1989
MUQUÊM DE SÃO FRANCISCO	2ª	I	S	S	-	2.878,7	2.878,7	8.257	807	7.450	10.617	13/06/1989
NOVO HORIZONTE	2ª	I	S	S	-	614,8	614,8	10.184	1.357	8.827	12.308	13/06/1989
OLIVEIRA DOS BREJINHOS	2ª	I	S	S	-	3.586,7	3.586,7	21.105	4.191	16.914	21.435	01/06/1891
OUROLÂNDIA	6ª	I	S	S	-	1.281,1	1.281,1	12.235	2.356	9.879	15.883	13/06/1989
PALMAS DE MONTE ALTO	2ª	I	S	S	-	2.787,6	2.787,6	20.477	5.312	15.165	20.795	19/05/1840
PARAMIRIM	2ª	P	S	S	-	1.119,9	614,5	22.577	5.356	17.221	27.427	24/03/1890
PARATINGA	2ª	I	S	S	-	2.825,0	2.825,0	24.181	7.346	16.835	23.916	02/10/1745
PAULO AFONSO	6ª	I	S	S	-	1.700,4	1.700,4	86.619	74.355	12.264	97.291	28/07/1958
PEDRO ALEXANDRE	6ª	P	S	S	-	1.146,3	142,4	14.801	1.427	13.374	15.307	28/07/1962
PIATÁ	2ª	P	S	S	-	1.513,8	519,5	18.308	3.306	15.002	17.766	11/07/1878
PILÃO ARCADEO	6ª	I	S	S	-	11.761,7	11.761,7	31.949	4.268	27.681	31.097	31/10/1890
PINDAÍ	2ª	P	S	S	-	718,1	620,7	16.575	3.048	13.527	13.473	13/02/1962
PRESIDENTE DUTRA	2ª	I	S	S	-	284,7	284,7	13.833	6.352	7.481	11.645	12/04/1962
REMANSO	6ª	I	S	S	-	4.712,6	4.712,6	34.381	17.868	16.513	33.714	14/12/1857
RIACHÃO DAS NEVES	2ª	I	N	N	-	5.865,2	5.865,2	20.282	8.921	11.361	21.991	19/07/1962
RIACHO DE SANTANA	2ª	I	S	S	-	2.708,8	2.708,8	27.259	8.373	18.886	29.848	13/08/1878
RIO DE CONTAS	2ª	P	S	S	-	1.056,3	78,0	14.068	4.539	9.529	12.019	09/02/1725
RIO DO PIRES	2ª	I	S	S	-	892,8	892,8	12.101	3.239	8.862	9.574	17/11/1961
RODELAS	6ª	I	S	S	-	2.585,9	2.585,9	4.298	3.053	1.245	5.933	30/07/1962
SANTA BRÍGIDA	6ª	I	S	S	-	852,6	852,6	13.290	2.840	10.450	19.280	27/07/1962
SANTA MARIA DA VITÓRIA	2ª	I	N	N	-	1.898,0	1.898,0	41.528	20.774	20.754	42.489	04/05/1888
SANTA RITA DE CÁSSIA	2ª	I	N	N	-	6.094,6	6.094,6	23.240	10.621	12.619	22.661	26/03/1840
SANTANA	2ª	I	N	S	-	2.006,9	2.006,9	24.669	11.589	13.080	21.991	26/08/1890
SÃO DESIDÉRIO	2ª	I	N	N	-	14.876,1	14.876,1	18.977	5.539	13.438	18.542	22/02/1962
SÃO FÉLIX DO CORIBE	2ª	I	N	N	-	849,3	849,3	11.916	6.764	5.152	12.731	13/06/1989
SÃO GABRIEL	2ª	I	S	S	-	1.229,1	1.229,1	17.884	6.997	10.887	18.338	25/02/1985
SEABRA	2ª	P	S	S	-	2.658,2	964,8	37.859	12.432	25.427	42.398	14/05/1889
SEBASTIÃO LARANJEIRAS	2ª	I	S	S	-	2.011,4	2.011,4	9.090	2.529	6.561	7.255	30/07/1962
SENTO SÊ	6ª	I	S	S	-	12.629,5	12.629,5	28.387	12.380	16.007	31.685	06/07/1832
SERRA DO RAMALHO	2ª	I	S	S	-	2.678,3	2.678,3	33.164	2.159	31.005	28.048	13/06/1989
SERRA DOURADA	2ª	I	N	S	-	1.447,4	1.447,4	17.473	4.242	13.231	19.483	12/04/1962
SÍTIO DO MATO	2ª	I	S	S	-	1.716,4	1.716,4	8.699	5.665	3.034	9.787	24/02/1989
SOBRADINHO	6ª	I	S	S	-	1.328,4	1.328,4	21.208	19.482	1.726	20.735	24/02/1989
SOUTO SOARES	2ª	P	S	S	-	1.100,3	797,6	18.356	2.802	15.554	18.816	05/07/1962

V - Município incluso integral (I) ou parcialmente (P) no Vale.

PS - Município incluso no Polígono das Secas (S); município não incluso no Polígono das Secas (N).

SA - Município incluso no Semi-Árido (S); município não incluso no Semi-Árido (N).

C - Município instalado após Censo 91.

(continuação – Anexo K – Municípios do Vale do São Francisco na Bahia)

Municípios	SR	V	PS	AS	C	Área (km²)		População (hab)				Data De criação
								Censo 1991			Total 1999	
						Total	No Vale	Total	Urbana	Rural		
TABOCAS DO BREJO VELHO	2ª	I	N	S	-	1.556,5	1.556,5	11.281	2.766	8.515	12.170	13/04/1962
TANQUE NOVO	2ª	I	S	S	-	829,0	829,0	12.661	3.346	9.315	15.962	25/02/1985
UAUÁ	6ª	P	S	S	-	2.962,8	164,7	24.343	7.251	17.092	23.841	19/09/1933
UIBAÍ	2ª	I	S	S	-	518,5	518,5	13.616	6.818	6.798	13.194	22/09/1961
UMBURANAS	6ª	I	S	S	-	1.820,0	1.820,0	11.540	4.564	6.976	17.570	24/02/1989
URANDI	2ª	P	S	S	-	899,4	861,9	15.974	3.472	12.502	18.057	28/06/1889
VÁRZEA NOVA	6ª	I	S	S	-	1.169,9	1.169,9	17.144	7.117	10.027	11.218	25/02/1985
WANDERLEY	2ª	I	N	N	-	3.055,3	3.055,3	13.637	4.706	8.931	13.137	25/02/1985
XIQUE-XIQUE	2ª	I	S	S	-	5.987,5	5.987,5	40.373	26.664	13.709	41.168	06/07/1832
114	-	-	-	-	-	331.724,7	307.940,8	2.500.422	1.056.487	1.443.935	2.711.800	-

V - Município incluído integral (I) ou parcialmente (P) no Vale.**PS** - Município incluído no Polígono das Secas (S); município não incluído no Polígono das Secas (N).**SA** - Município incluído no Semi-Árido (S); município não incluído no Semi-Árido (N).**C** - Município instalado após Censo 91.

ANEXO L – Municípios do Vale do São Francisco no Distrito Federal

Municípios	SR	V	PS	SA	C	Área (km²)		População (hab)				Data de criação
								Censo 1991			Total 1999	
						Total	No Vale	Total	Urbana	Rural		
BRÁSÍLIA	1ª	P	N	N	-	5.822,1	1.335,6	1.601.094	1.515.889	85.205	1.969.868	21/04/1960
1	-	-	-	-	-	5.822,1	1.335,6	1.601.094	1.515.889	85.205	1.969.868	-

V - Município incluso integral (I) ou parcialmente (P) no Vale.

PS - Município incluso no Polígono das Secas (S); município não incluso no Polígono das Secas (N).

SA - Município incluso no Semi-Árido (S); município não incluso no Semi-Árido (N).

C - Município instalado após Censo 91.

ANEXO M – Municípios do Vale do São Francisco em Goiás

Municípios	SR	V	PS	SA	C	Área (km²)		População (hab)				Data de criação
								Censo 1991			Total 1999	
						Total	No Vale	Total	Urbana	Rural		
CABECEIRAS	1ª	I	N	N	-	1.117,4	1.117,4	6.464	4.183	2.281	5.579	14/11/1958
CRISTALINA	1ª	P	N	N	-	6.188,7	295,6	24.937	17.652	7.285	32.245	18/07/1916
FORMOSA	1ª	P	N	N	-	5.827,7	1.728,8	62.982	49.659	13.323	78.388	01/08/1843
3	-	-	-	-	-	13.133,8	3.141,8	94.383	71.494	22.889	116.212	-

V - Município incluído integral (I) ou parcialmente (P) no Vale.

PS - Município incluído no Polígono das Secas (S); município não incluído no Polígono das Secas (N).

SA - Município incluído no Semi-Árido (S); município não incluído no Semi-Árido (N).

C - Município instalado após Censo 91.

ANEXO N – Municípios do Vale do São Francisco em Pernambuco

Municípios	SR	V	PS	SA	C	Área (km²)		População (hab)				Data de criação
								Censo 1991			Total 1999	
						Total	No Vale	Total	Urbana	Rural		
AFOGADOS DA INGAZEIRA	3ª	I	S	S	-	386,0	386,0	29.617	18.222	11.395	33.873	05/05/1852
AFRÂNIO	3ª	I	S	S	-	1.488,6	1.488,6	13.305	3.053	10.252	14.145	20/12/1963
ÁGUAS BELAS	3ª	I	S	S	-	887,5	887,5	38.355	15.138	23.217	34.793	13/06/1871
ALAGOINHA	3ª	P	S	S	-	180,1	75,8	11.068	5.137	5.931	11.731	31/12/1948
ARARIPINA	3ª	I	S	S	-	1.914,4	1.914,4	60.585	26.938	33.647	65.438	11/09/1928
ARCOVERDE	3ª	P	S	S	-	380,6	190,8	55.776	49.465	6.311	60.191	11/09/1928
BELÉM DE SÃO FRANCISCO	3ª	I	S	S	-	1.842,7	1.842,7	22.002	11.424	10.578	20.680	11/09/1928
BETÂNIA	3ª	I	S	S	-	1.232,6	1.232,6	11.226	2.150	9.076	10.386	31/12/1958
BODOCÓ	3ª	I	S	S	-	1.604,9	1.604,9	28.507	7.053	21.454	24.753	22/05/1924
BOM CONSELHO	3ª	P	S	S	-	798,1	326,5	41.177	20.176	21.001	40.662	30/04/1860
BREJINHO	3ª	I	S	S	-	85,1	85,1	7.403	1.865	5.538	6.881	20/12/1963
BUIQUE	3ª	I	S	S	-	1.279,0	1.279,0	38.123	9.867	28.256	38.572	12/05/1854
CABROBÓ	3ª	I	S	S	-	1.629,9	1.629,9	23.965	12.905	11.060	27.040	11/09/1928
CAETES	3ª	P	S	S	-	324,2	124,5	20.626	4.374	16.252	19.217	20/12/1963
CALUMBI	3ª	I	S	S	-	218,6	218,6	6.878	1.629	5.249	7.152	20/12/1963
CARNAÍBA	3ª	I	S	S	-	429,7	429,7	25.931	5.591	20.340	17.883	29/12/1953
CARNAUBEIRA DA PENHA	3ª	I	S	S	C	999,4	999,4	0	0	0	11.006	01/10/1991
CEDRO	3ª	I	S	S	-	173,0	173,0	9.005	4.321	4.684	8.089	20/12/1963
CUSTÓDIA	3ª	I	S	S	-	1.484,6	1.484,6	28.849	12.824	16.025	26.789	11/09/1928
DORMENTES	3ª	I	S	S	C	1.392,1	1.392,1	0	0	0	13.499	01/10/1991
EXU	3ª	P	S	S	-	1.500,3	1.194,1	31.941	10.728	21.213	30.762	10/06/1907
FLORES	3ª	I	S	S	-	963,8	963,8	21.810	5.285	16.525	20.300	26/05/1858
FLORESTA	3ª	I	S	S	-	3.690,3	3.690,3	32.336	12.444	19.892	23.984	30/04/1864
GRANITO	3ª	I	S	S	-	519,7	519,7	5.947	1.175	4.772	5.883	20/12/1963
IATI	3ª	I	S	S	-	567,5	567,5	18.586	5.431	13.155	15.437	20/12/1963
IBIMIRIM	3ª	I	S	S	-	1.901,5	1.901,5	28.101	13.564	14.537	24.710	20/12/1963
IGUARACI	3ª	I	S	S	-	773,6	773,6	11.239	4.531	6.708	11.454	20/12/1963
INAJÁ	3ª	I	S	S	-	1.098,7	1.098,7	23.198	6.189	17.009	10.675	31/12/1948
INGAZEIRA	3ª	I	S	S	-	246,6	246,6	4.430	1.700	2.730	4.760	20/12/1963
IPUBI	3ª	I	S	S	-	972,1	972,1	21.231	10.108	11.123	21.602	31/12/1958
ITACURUBA	3ª	I	S	S	-	438,5	438,5	3.248	2.556	692	3.949	20/12/1963
ITAÍBA	3ª	I	S	S	-	1.073,2	1.073,2	27.142	4.968	22.174	23.811	31/12/1958
ITAPETIM	3ª	I	S	S	-	409,8	409,8	15.658	6.881	8.777	15.079	29/12/1953
JATOBÁ	3ª	I	S	S	C	277,2	277,2	0	0	0	11.734	28/09/1995
LAGOA GRANDE	3ª	I	S	S	C	1.874,4	1.874,4	0	0	0	18.369	16/06/1995
MANARI	3ª	I	S	S	C	550,6	550,6	0	0	0	11.771	12/07/1995
MIRANDIBA	3ª	I	S	S	-	773,3	773,3	12.867	4.995	7.872	12.479	20/10/1958
MOREILÂNDIA	3ª	P	S	S	-	619,7	376,6	11.879	3.775	8.104	13.520	20/12/1963
OROCÓ	3ª	I	S	S	-	562,6	562,6	10.731	3.429	7.302	10.651	20/12/1963
OURICURI	3ª	I	S	S	-	2.383,9	2.383,9	73.526	22.741	50.785	47.323	18/06/1849
PARANATAMA	3ª	P	S	S	-	272,7	184,0	11.415	1.116	10.299	13.041	20/12/1963
PARNAMIRIM	3ª	I	S	S	-	2.598,5	2.598,5	18.746	5.833	12.913	18.501	09/12/1938
PEDRA	3ª	I	S	S	-	852,4	852,4	19.614	7.464	12.150	19.107	13/05/1881
PESQUEIRA	3ª	P	S	S	-	1.036,0	269,3	57.622	39.341	18.281	54.131	03/04/1762
PETROLÂNDIA	3ª	I	S	S	-	1.088,2	1.088,2	32.963	14.319	18.644	22.867	16/06/1849
PETROLINA	3ª	I	S	S	-	4.756,8	4.756,8	175.406	125.273	50.133	210.540	18/05/1870
QUIXABÁ	3ª	I	S	S	C	216,3	216,3	0	0	0	6.880	01/10/1991
SALGUEIRO	3ª	I	S	S	-	1.733,7	1.733,7	47.211	34.759	12.452	50.510	30/04/1864
SALOÁ	3ª	P	S	S	-	297,0	272,0	14.837	4.031	10.806	15.506	20/12/1963
SANTA CRUZ	3ª	I	S	S	C	1.432,1	1.432,1	0	0	0	11.160	01/10/1991
SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE	3ª	I	S	S	C	91,2	91,2	0	0	0	10.736	01/10/1991
SANTA FILOMENA	3ª	I	S	S	C	843,9	843,9	0	0	0	9.066	29/09/1995
SANTA MARIA DA BOA VISTA	3ª	I	S	S	-	2.977,8	2.977,8	42.006	10.183	31.823	33.941	07/06/1872
SANTA TEREZINHA	3ª	I	S	S	-	219,5	219,5	9.748	4.508	5.240	9.455	20/12/1963
SÃO JOSÉ DO BELMONTE	3ª	I	S	S	-	1.491,0	1.491,0	31.015	11.385	19.630	31.252	03/08/1892
SÃO JOSÉ DO EGITO	3ª	I	S	S	-	783,3	783,3	28.676	15.415	13.261	28.917	05/07/1883

V - Município incluso integral (I) ou parcialmente (P) no Vale.

PS - Município incluso no Polígono das Secas (S); município não incluso no Polígono das Secas (N).

SA - Município incluso no Semi-Árido (S); município não incluso no Semi-Árido (N).

C - Município instalado após Censo 91.

(continuação – Anexo N – Municípios do Vale do São Francisco em Pernambuco)

Municípios	SR	V	PS	AS	C	Área (km²)		População (hab)				Data De criação
								Censo 1991			Total 1999	
						Total	No Vale	Total	Urbana	Rural		
SERRA TALHADA	3ª	I	S	S	-	2.965,3	2.965,3	72.341	43.394	28.947	68.014	06/05/1851
SERRITA	3ª	P	S	S	-	1.602,3	1.548,1	19.009	3.126	15.883	15.910	27/06/1934
SERTÂNIA	3ª	I	S	S	-	2.359,4	2.359,4	31.510	15.528	15.982	28.539	24/05/1873
SOLIDÃO	3ª	I	S	S	-	130,7	130,7	5.779	986	4.793	5.236	20/12/1963
TABIRA	3ª	I	S	S	-	393,3	393,3	22.726	13.054	9.672	23.620	31/12/1948
TACARATU	3ª	I	S	S	-	1.253,7	1.253,7	17.352	5.935	11.417	15.704	29/12/1953
TERRA NOVA	3ª	I	S	S	-	362,2	362,2	6.677	3.131	3.546	7.209	31/12/1958
TRINDADE	3ª	I	S	S	-	229,3	229,3	18.799	14.080	4.719	19.932	20/12/1963
TRIUNFO	3ª	I	S	S	-	182,2	182,2	27.674	9.659	18.015	14.176	02/06/1870
TUPANATINGA	3ª	I	S	S	-	869,8	869,8	19.148	3.768	15.380	19.279	20/12/1963
TUPARETAMA	3ª	I	S	S	-	231,6	231,6	7.110	4.937	2.173	8.352	31/12/1958
VENTUROSA	3ª	P	S	S	-	326,1	320,0	12.070	6.713	5.357	13.916	31/12/1958
VERDEJANTE	3ª	I	S	S	-	449,1	449,1	8.132	1.547	6.585	8.580	31/12/1958
69	-	-	-	-	-	71.973,8	69.518,4	1.583.854	732.117	851.737	1.625.110	-

V - Município incluído integral (I) ou parcialmente (P) no Vale.

PS - Município incluído no Polígono das Secas (S); município não incluído no Polígono das Secas (N).

SA - Município incluído no Semi-Árido (S); município não incluído no Semi-Árido (N).

C - Município instalado após Censo 91.

ANEXO O – Municípios do Vale do São Francisco em Sergipe

Municípios	SR	V	PS	SA	C	Área (km²)		População (hab)				Data de criação
								Censo 1991			Total 1999	
						Total	No Vale	Total	Urbana	Rural		
AMPARO DO SÃO FRANCISCO	4ª	I	N	S	-	39,8	39,8	1.891	1.049	842	2.084	25/11/1953
AQUIDABÃ	4ª	P	S	S	-	370,2	303,4	16.275	7.643	8.632	18.097	04/04/1882
BREJO GRANDE	4ª	I	N	N	-	149,2	149,2	6.701	3.433	3.268	6.877	02/10/1926
CANHOBÁ	4ª	I	S	S	-	165,8	165,8	3.863	1.353	2.510	3.907	23/12/1937
CANINDÉ DO SÃO FRANCISCO	4ª	I	S	S	-	908,2	908,2	11.473	5.322	6.151	16.026	25/11/1953
CAPELA	4ª	P	N	N	-	431,9	63,7	25.105	14.721	10.384	26.466	19/02/1835
CEDRO DE SÃO JOÃO	4ª	I	N	S	-	73,0	73,0	5.122	4.021	1.101	5.186	04/10/1928
GARARU	4ª	I	S	S	-	640,4	640,4	10.465	2.379	8.086	9.956	15/03/1877
GRACHO CARDOSO	4ª	P	S	S	-	236,2	162,9	5.176	1.855	3.321	5.245	25/11/1953
ILHA DAS FLORES	4ª	I	N	N	-	57,6	57,6	7.125	3.181	3.944	7.956	30/01/1959
ITABI	4ª	I	S	S	-	202,9	202,9	4.834	2.438	2.396	4.860	25/11/1953
JAPARATUBA	4ª	P	N	N	-	374,0	74,3	13.004	6.190	6.814	14.025	11/06/1859
JAPOATÃ	4ª	P	N	N	-	397,4	376,1	10.549	3.325	7.224	10.203	20/10/1926
MALHADA DOS BOIS	4ª	I	N	N	-	59,3	59,3	2.550	1.024	1.526	3.074	25/11/1953
MONTE ALEGRE DE SERGIPE	4ª	I	S	S	-	418,5	418,5	9.589	5.030	4.559	10.325	25/11/1953
MURIBECA	4ª	I	N	N	-	82,0	82,0	6.682	2.369	4.313	6.989	08/10/1926
NEÓPOLIS	4ª	I	N	N	-	249,9	249,9	21.411	9.124	12.287	17.534	18/10/1679
NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	4ª	P	S	S	-	745,4	501,7	23.478	13.675	9.803	25.096	26/09/1928
NOSSA SENHORA DE LOURDES	4ª	I	S	S	-	80,6	80,6	4.668	1.969	2.699	5.714	13/05/1963
PACATUBA	4ª	I	N	N	-	407,3	407,3	11.500	2.017	9.483	10.999	25/11/1953
PIRAMBU	4ª	P	N	N	-	199,2	55,7	4.838	2.626	2.212	6.546	26/11/1963
POÇO REDONDO	4ª	I	S	S	-	1.220,1	1.220,1	20.155	4.682	15.473	18.452	25/11/1953
PORTO DA FOLHA	4ª	I	S	S	-	895,1	895,1	23.476	7.078	16.398	22.838	19/02/1835
PROPRIÁ	4ª	I	N	S	-	95,5	95,5	25.091	21.944	3.147	26.714	21/02/1866
SANTANA DO SÃO FRANCISCO	4ª	I	N	N	C	47,0	47,0	0	0	0	5.673	06/04/1964
SÃO FRANCISCO	4ª	I	N	N	-	86,8	86,8	2.222	1.737	485	2.668	17/06/1963
TELHA	4ª	I	N	S	-	56,5	56,5	2.205	837	1.368	2.627	20/01/1964
27	-	-	-	-	-	8.689,8	7.473,3	279.448	131.022	148.426	296.146	-

V - Município incluso integral (I) ou parcialmente (P) no Vale.

PS - Município incluso no Polígono das Secas (S); município não incluso no Polígono das Secas (N).

SA - Município incluso no Semi-Árido (S); município não incluso no Semi-Árido (N).

C - Município instalado após Censo 91.

ANEXO P – Municípios do Vale do São Francisco em Alagoas

Municípios	SR	V	PS	SA	C	Área (km ²)		População (hab)				Data de criação
								Censo 1991			Total 1999	
						Total	No Vale	Total	Urbana	Rural		
ÁGUA BRANCA	5ª	I	S	S	-	456,6	456,6	26.560	5.544	21.016	17.581	24/04/1875
ARAPIRACA	5ª	P	S	S	-	367,5	259,0	164.921	130.963	33.958	178.988	30/05/1924
BATALHA	5ª	I	S	S	-	322,5	322,5	13.033	8.278	4.755	13.800	17/09/1949
BELO MONTE	5ª	I	S	S	-	334,8	334,8	7.067	1.066	6.001	5.846	24/04/1958
CACIMBINHAS	5ª	I	S	S	-	273,9	273,9	13.721	4.060	9.661	7.745	19/09/1958
CAMPO GRANDE	5ª	I	S	N	-	167,1	167,1	10.041	4.004	6.037	10.560	31/05/1960
CANAPI	5ª	I	S	S	-	574,3	574,3	18.630	3.315	15.315	15.862	22/08/1962
CARNEIROS	5ª	I	S	S	-	113,5	113,5	5.687	2.036	3.651	6.097	11/07/1962
CORURIBE	5ª	P	N	N	-	971,4	118,7	49.240	13.975	35.265	44.727	23/06/1866
CRAÍBAS	5ª	P	S	S	-	276,4	264,8	17.816	5.068	12.748	19.126	23/04/1982
DELMIRO GOUVEIA	5ª	I	S	S	-	609,3	609,3	41.214	31.957	9.257	40.140	16/06/1952
DOIS RIACHOS	5ª	I	S	S	-	142,3	142,3	10.011	3.413	6.598	12.528	07/06/1960
ESTRELA DE ALAGOAS	5ª	I	S	S	C	265,5	265,5	0	0	0	15.111	05/10/1989
FEIRA GRANDE	5ª	I	S	N	-	156,6	156,6	19.052	2.813	16.239	18.774	05/04/1954
FELIZ DESERTO	5ª	P	N	N	-	92,2	24,1	3.438	2.641	797	3.982	23/07/1960
GIRAU DO PONCIANO	5ª	I	S	S	-	504,3	504,3	27.801	7.553	20.248	27.226	15/07/1958
IGACI	5ª	P	S	N	-	335,0	94,8	26.127	5.058	21.069	22.992	27/12/1957
IGREJA NOVA	5ª	I	N	N	-	429,9	429,9	19.849	4.010	15.839	19.165	11/09/1890
INHAPI	5ª	I	S	S	-	375,7	375,7	14.791	4.046	10.745	15.623	22/08/1962
JACARÉ DOS HOMENS	5ª	I	S	S	-	142,9	142,9	4.746	2.242	2.504	5.686	09/11/1957
JARAMATAIA	5ª	I	N	S	-	104,1	104,1	4.372	2.128	2.244	5.466	17/05/1962
JUNQUEIRO	5ª	P	N	N	-	221,6	81,8	22.221	5.133	17.088	23.339	09/07/1947
LAGOA DA CANOA	5ª	I	S	S	-	103,3	103,3	15.900	4.909	10.991	19.317	28/08/1962
LIMOEIRO DE ANADIA	5ª	P	N	N	-	335,8	35,7	19.447	1.528	17.919	18.951	31/05/1882
MAJOR ISIDORO	5ª	I	S	S	-	455,8	455,8	17.257	7.813	9.444	17.371	17/09/1949
MARAVILHA	5ª	I	S	S	-	280,9	280,9	11.380	3.602	7.778	15.141	15/07/1958
MATA GRANDE	5ª	I	S	S	-	923,4	923,4	26.475	4.430	22.045	23.121	18/03/1837
MINADOR DO NEGRÃO	5ª	I	S	S	-	167,3	167,3	9.355	1.620	7.735	4.873	27/08/1962
MONTEIRÓPOLIS	5ª	I	S	S	-	86,4	86,4	6.140	1.820	4.320	6.626	15/06/1960
OLHO D'ÁGUA DAS FLORES	5ª	I	S	S	-	184,3	184,3	15.653	9.430	6.223	18.582	02/12/1953
OLHO D'ÁGUA DO CASADO	5ª	I	S	S	-	324,1	324,1	6.414	3.773	2.641	5.440	22/08/1962
OLHO D'ÁGUA GRANDE	5ª	I	S	N	-	119,0	119,0	4.413	920	3.493	4.624	22/08/1962
OLIVENÇA	5ª	I	S	S	-	173,6	173,6	10.130	1.605	8.525	10.256	24/04/1958
OURO BRANCO	5ª	I	S	S	-	205,4	205,4	9.346	4.423	4.923	8.938	17/05/1962
PALESTINA	5ª	I	S	S	-	49,1	49,1	3.628	2.213	1.415	4.426	27/08/1962
PÃO DE AÇÚCAR	5ª	I	S	S	-	661,8	661,8	21.506	9.025	12.481	24.860	03/03/1854
PARICONHA	5ª	I	S	S	C	262,7	262,7	0	0	0	8.089	05/10/1989
PENEDO	5ª	I	N	N	-	690,8	690,8	52.245	38.574	13.671	55.862	12/04/1636
PIAÇABUÇU	5ª	P	N	N	-	242,9	222,1	16.914	10.297	6.617	14.754	31/05/1882
PIRANHAS	5ª	I	S	S	-	409,1	409,1	14.458	1.718	12.740	21.405	03/06/1887
POÇO DAS TRINCHERAS	5ª	I	S	S	-	304,1	304,1	11.489	1.215	10.274	9.806	15/07/1958
PORTO REAL DO COLÉGIO	5ª	I	N	N	-	237,0	237,0	17.557	5.731	11.826	17.149	07/07/1876
SANTANA DO IPANEMA	5ª	I	S	S	-	439,6	439,6	36.088	20.146	15.942	39.265	24/04/1875
SÃO BRÁS	5ª	I	S	N	-	140,6	140,6	6.313	2.733	3.580	6.181	09/07/1947
SÃO JOSÉ DA TAPERA	5ª	I	S	S	-	521,8	521,8	27.413	6.363	21.050	28.567	24/12/1957
SÃO SEBASTIÃO	5ª	I	N	N	-	307,0	307,0	24.696	7.350	17.346	28.863	31/05/1960
SENADOR RUI PALMEIRA	5ª	I	S	S	-	361,2	361,2	9.413	3.062	6.351	7.436	13/05/1982
TEOTÔNIO VILELA	5ª	P	N	N	-	299,1	153,9	29.664	21.830	7.834	35.754	12/12/1986
TRAIPU	5ª	I	S	S	-	701,7	701,7	22.680	6.360	16.320	24.722	28/04/1835
49	-	-	-	-	-	16.225,2	14.338,2	966.312	431.793	534.519	1.010.743	-

V - Município incluído integral (I) ou parcialmente (P) no Vale.

PS - Município incluído no Polígono das Secas (S); município não incluído no Polígono das Secas (N).

SA - Município incluído no Semi-Árido (S); município não incluído no Semi-Árido (N).

C - Município instalado após Censo 91.

ANEXO Q – Municípios do Vale do Rio Parnaíba no Maranhão

Municípios	SR	Área Total (km²)	População (hab)						Ano de criação
			Censo 1991			Censo 2000			
			Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	
ÁGUA DOCE DO MARANHÃO	7ª	434,8	10.467	927	9.540	9.703	2.747	6.956	1997
ALTO PARNAÍBA	7ª	11.195,3	10.336	4.508	5.828	10.174	6.038	4.136	1881
ANAPURUS	7ª	613,5	10.249	3.269	6.980	10.280	4.601	5.679	1964
ARAIOSES	7ª	1.596,1	33.562	7.577	25.985	34.906	9.134	25.772	1938
BALSAS	7ª	12.616,8	41.648	30.633	11.015	60.163	50.144	10.019	1892
BARÃO DE GRAJAÚ	7ª	2.189,3	13.500	5.666	7.834	15.349	7.887	7.462	1911
BENEDITO LEITE	7ª	1.807,8	5.221	1.679	3.542	5.288	2.232	3.056	1935
BREJO	7ª	1.060,1	24.094	8.452	15.642	27.513	10.656	16.857	1820
BURITI	7ª	1.409,1	22.856	4.900	17.956	24.126	7.195	16.931	1888
CAXIAS	7ª	5.313,2	131.345	84.331	47.014	139.756	103.485	36.271	1811
COELHO NETO	7ª	976,1	39.669	31.052	8.617	42.214	34.747	7.467	1931
DUQUE BACELAR	7ª	310,0	7.539	2.725	4.814	9.413	4.173	5.240	1954
FORTALEZA DOS NOGUEIRAS	7ª	1.657,4	9.038	2.952	6.086	11.301	5.925	5.376	1961
LAGOA DO MATO	7ª	1.194,9	8.663	0	8.663	9.446	2.695	6.751	1997
LORETO	7ª	3.610,5	9.465	3.458	6.007	10.024	4.840	5.184	1873
MAGALHÃES DE ALMEIDA	7ª	574,6	11.495	5.067	6.428	13.021	6.279	6.742	1952
MATÕES	7ª	1.812,9	25.318	5.246	20.072	26.433	9.479	16.954	1952
MILAGRES DO MARANHÃO	7ª	641,6	4.513	0	4.513	5.149	1.399	3.750	1997
NOVA COLINAS	7ª	804,0	3.390	0	3.390	3.904	1.637	2.267	1997
NOVA IORQUE	7ª	968,0	4.934	2.315	2.619	4.543	2.597	1.946	1886
PARNARAMA	7ª	3.604,7	31.332	7.671	23.661	32.469	11.007	21.462	1870
PASTOS BONS	7ª	1.636,6	13.591	6.093	7.498	15.460	9.160	6.300	1880
RIACHÃO	7ª	6.154,8	20.589	6.628	13.961	20.983	9.676	11.307	1835
SAMBAÍBA	7ª	3.005,6	5.743	1.512	4.231	5.261	2.295	2.966	1953
SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	7ª	1.855,4	20.852	6.712	14.140	28.150	11.499	16.651	1935
SANTANA DO MARANHÃO	7ª	1.402,5	9.240	0	9.240	10.944	1.340	9.604	1997
SÃO BERNARDO	7ª	1.228,3	18.890	4.949	13.941	22.720	8.764	13.956	1935
SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO	7ª	879,6	4.354	0	4.354	6.289	4.079	2.210	1997
SÃO FÉLIX DE BALSAS	7ª	2.205,8	6.244	932	5.312	5.144	1.283	3.861	1959
SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO	7ª	2.772,1	12.917	2.083	10.834	12.854	3.205	9.649	1835
SÃO JOÃO DOS PATOS	7ª	1.574,0	21.436	16.127	5.309	23.182	18.817	4.365	1931
SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	7ª	3.540,3	14.147	7.396	6.751	14.870	9.720	5.150	1948
SUCUPIRA DO RIACHÃO	7ª	568,6	4.116	0	4.116	4.287	2.133	2.154	1997
TASSO FRAGOSO	7ª	4.442,9	6.197	2.096	4.101	6.393	3.034	3.359	1961
TIMON	7ª	1.720,5	107.439	90.814	16.625	129.692	113.066	16.626	1890
TUTÓIA	7ª	1.429,8	29.898	8.329	21.569	37.728	11.589	26.139	1890

ANEXO R – Municípios do Vale do Rio Parnaíba no Piauí

Municípios	SR	Área Total (km²)	População (hab)						Ano de criação
			Censo 1991			Censo 2000			
			Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	
ACAUÃ	7ª	994,9	5.217	0	5.217	5.147	675	4.472	1997
AGRICOLÂNDIA	7ª	99,2	5.457	3.623	1.834	5.340	3.942	1.398	1962
ÁGUA BRANCA	7ª	90,2	12.323	10.887	1.436	14.517	13.075	1.442	1954
ALAGOINHA DO PIAUÍ	7ª	429,4	8.074	1.225	6.849	6.868	1.948	4.920	1986
ALEGRETE DO PIAUÍ	7ª	263,7	4.169	0	4.169	4.713	2.662	2.051	1993
ALTO LONGÃ	7ª	1.667,0	12.323	3.137	9.186	12.000	5.604	6.396	1938
ALTOS	7ª	1.311,8	35.325	21.148	14.177	39.122	26.199	12.923	1922
ALVORADA DO GURGUÉIA	7ª	2.342,1	4.636	0	4.636	4.211	1.479	2.732	1997
AMARANTE	7ª	1.336,8	16.528	8.323	8.205	16.884	8.916	7.968	1871
ANGICAL DO PIAUÍ	7ª	212,3	6.129	4.285	1.844	6.788	5.065	1.723	1954
ANÍSIO DE ABREU	7ª	354,9	6.353	2.660	3.693	7.166	3.348	3.818	1962
ANTÔNIO ALMEIDA	7ª	604,5	3.233	1.250	1.983	2.851	1.916	935	1963
AROAZES	7ª	869,3	5.323	1.953	3.370	6.025	3.171	2.854	1962
ARRAIAL	7ª	658,0	5.280	1.622	3.658	4.909	2.495	2.414	1963
ASSUNÇÃO DO PIAUÍ	7ª	1.631,2	6.289	0	6.289	6.933	2.832	4.101	1997
AVELINO LOPES	7ª	1.198,9	7.697	3.344	4.353	9.625	5.118	4.507	1961
BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	7ª	8.001,1	6.052	0	6.052	7.779	3.656	4.123	1993
BARRA D'ALCÂNTARA	7ª	316,9	4.465	0	4.465	4.107	1.615	2.492	1997
BARRAS	7ª	1.775,7	38.021	14.446	23.575	40.891	18.809	22.082	1889
BARREIRAS DO PIAUÍ	7ª	1.962,8	2.959	1.175	1.784	3.098	1.582	1.516	1962
BARRO DURO	7ª	139,2	5.839	4.182	1.657	6.787	5.029	1.758	1962
BATALHA	7ª	1.553,8	20.439	6.469	13.970	24.127	7.930	16.197	1938
BELA VISTA DO PIAUÍ	7ª	371,8	3.121	0	3.121	2.963	758	2.205	1997
BELÉM DO PIAUÍ	7ª	223,3	3.182	0	3.182	2.429	879	1.550	1997
BENEDITINOS	7ª	805,2	9.979	4.029	5.950	9.712	5.214	4.498	1925
BERTOLÍNIA	7ª	1.225,6	5.305	3.404	1.901	5.117	3.537	1.580	1938
BETÂNIA DO PIAUÍ	7ª	1.161,6	6.766	0	6.766	8.640	1.029	7.611	1997
BOA HORA	7ª	340,1	4.058	0	4.058	5.170	1.023	4.147	1997
BOCAINA	7ª	275,0	3.890	1.197	2.693	4.208	1.493	2.715	1963
BOM JESUS	7ª	5.709,1	13.912	8.498	5.414	15.924	10.961	4.963	1938
BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ	7ª	864,2	5.502	0	5.502	4.625	1.216	3.409	1993
BONFIM DO PIAUÍ	7ª	356,0	4.915	0	4.915	4.881	1.159	3.722	1993
BOQUEIRÃO DO PIAUÍ	7ª	284,5	5.616	0	5.616	5.567	1.877	3.690	1997
BRASILEIRA	7ª	909,7	9.133	0	9.133	7.366	2.926	4.440	1993
BREJO DO PIAUÍ	7ª	1.870,6	2.619	0	2.619	3.986	1.194	2.792	1997
BURITI DOS LOPES	7ª	526,6	17.469	7.776	9.693	18.598	9.332	9.266	1938
BURITI DOS MONTES	7ª	2.296,0	6.992	0	6.992	7.284	1.845	5.439	1993
CABECEIRAS DO PIAUÍ	7ª	672,5	8.073	0	8.073	8.498	1.389	7.109	1993
CAJAZEIRAS DO PIAUÍ	7ª	556,8	2.461	0	2.461	2.667	866	1.801	1997
CALDEIRÃO GRANDE DO PIAUÍ	7ª	453,9	5.579	0	5.579	5.481	1.311	4.170	1993
CAMPINAS DO PIAUÍ	7ª	824,6	5.894	1.231	4.663	5.141	1.544	3.597	1963
CAMPO ALEGRE DO FIDALGO	7ª	805,7	4.938	0	4.938	4.451	410	4.041	1997
CAMPO GRANDE DO PIAUÍ	7ª	342,2	3.056	0	3.056	4.882	1.180	3.702	1997
CAMPO LARGO DO PIAUÍ	7ª	436,1	5.474	0	5.474	5.743	1.044	4.699	1997
CAMPO MAIOR	7ª	1.664,4	44.765	31.853	12.912	43.126	31.928	11.198	1889
CANAVIEIRA	7ª	1.887,9	3.960	1.290	2.670	4.114	1.854	2.260	1993
CANTO DO BURITI	7ª	4.419,4	17.958	8.585	9.373	18.371	10.154	8.217	1938
CAPITÃO DE CAMPOS	7ª	535,3	10.161	4.639	5.522	10.036	5.641	4.395	1956
CAPITÃO GERVÁSIO OLIVEIRA	7ª	1.516,7	2.502	0	2.502	3.433	358	3.075	1997
CARACOL	7ª	452,1	7.075	3.124	3.951	8.040	3.013	5.027	1947
CARAÚBAS DO PIAUÍ	7ª	470,7	3.773	0	3.773	4.809	635	4.174	1997
CARIDADE DO PIAUÍ	7ª	419,8	4.099	0	4.099	4.062	1.091	2.971	1997
CASTELO DO PIAUÍ	7ª	2.246,8	18.743	8.277	10.466	18.339	9.242	9.097	1938
CAXINGÓ	7ª	498,4	3.621	0	3.621	4.147	758	3.389	1997
COCAL	7ª	918,6	22.683	7.652	15.031	24.150	10.647	13.503	1947
COCAL DE TELHA	7ª	315,2	5.492	0	5.492	4.248	2.234	2.014	1997
COCAL DOS ALVES	7ª	288,4	4.307	0	4.307	5.155	1.334	3.821	1997

(continuação – Anexo R – Municípios do Vale do Rio Parnaíba no Piauí)

Municípios	SR	Área Total (km²)	População (hab)						Ano de criação
			Censo 1991			Censo 2000			
			Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	
COIVARAS	7ª	587,2	3.529	0	3.529	3.507	875	2.632	1993
COLÔNIA DO GURGUÊIA	7ª	420,2	4.449	0	4.449	5.012	3.886	1.126	1993
COLÔNIA DO PIAUÍ	7ª	963,5	6.846	0	6.846	7.251	2.650	4.601	1993
CONCEIÇÃO DO CANINDÊ	7ª	874,6	4.358	1.554	2.804	4.926	2.607	2.319	1954
CORONEL JOSÉ DIAS	7ª	1.796,3	4.148	0	4.148	4.415	1.013	3.402	1993
CORRENTE	7ª	3.045,9	19.858	9.572	10.286	23.226	12.552	10.674	1872
CRISTALÂNDIA DO PIAUÍ	7ª	1.231,8	5.963	1.739	4.224	6.493	2.309	4.184	1962
CRISTINO CASTRO	7ª	2.139,5	8.097	4.897	3.200	9.269	6.170	3.099	1953
CURIMATÁ	7ª	2.378,9	7.546	3.606	3.940	9.518	5.267	4.251	1953
CURRAIS	7ª	3.079,0	4.215	0	4.215	4.232	701	3.531	1997
CURRAL NOVO DO PIAUÍ	7ª	759,7	4.948	0	4.948	4.220	1.050	3.170	1997
CURRALINHOS	7ª	357,3	4.459	0	4.459	3.641	797	2.844	1997
DEMERVAL LOBÃO	7ª	229,1	10.192	7.790	2.402	12.489	10.254	2.235	1963
DIRCEU ARCOVERDE	7ª	1.035,2	5.523	1.329	4.194	6.066	1.855	4.211	1979
DOM EXPEDITO LOPES	7ª	189,1	5.058	2.812	2.246	5.954	3.335	2.619	1963
DOM INOCÊNCIO	7ª	3.383,1	8.992	428	8.564	8.909	856	8.053	1989
DOMINGOS MOURÃO	7ª	836,5	4.273	739	3.534	4.284	950	3.334	1962
ELESBÃO VELOSO	7ª	1.323,4	14.573	8.841	5.732	15.002	10.133	4.869	1954
ELISEU MARTINS	7ª	1.022,0	4.297	2.822	1.475	4.188	2.801	1.387	1957
ESPERANTINA	7ª	926,5	32.065	17.297	14.768	34.094	20.748	13.346	1938
FARTURA DO PIAUÍ	7ª	727,9	5.425	0	5.425	4.685	895	3.790	1993
FLORES DO PIAUÍ	7ª	1.047,4	4.850	1.744	3.106	4.372	1.753	2.619	1963
FLORESTA DO PIAUÍ	7ª	168,4	2.416	0	2.416	2.416	586	1.830	1997
FLORIANO	7ª	3.403,7	51.494	43.531	7.963	54.591	46.684	7.907	1897
FRANCINÓPOLIS	7ª	256,7	5.311	2.462	2.849	5.254	3.122	2.132	1961
FRANCISCO AYRES	7ª	627,0	5.028	2.003	3.025	5.236	2.375	2.861	1963
FRANCISCO MACEDO	7ª	136,7	2.285	0	2.285	2.337	639	1.698	1997
FRANCISCO SANTOS	7ª	566,4	7.049	3.432	3.617	7.043	3.354	3.689	1960
FRONTEIRAS	7ª	786,4	9.204	4.761	4.443	10.012	5.746	4.266	1938
GEMINIANO	7ª	466,8	4.201	0	4.201	4.790	839	3.951	1997
GILBUÊS	7ª	3.489,4	8.935	2.734	6.201	10.229	4.521	5.708	1938
GUADALUPE	7ª	1.020,8	9.368	8.681	687	10.308	9.596	712	1938
GUARIBAS	7ª	3.741,5	4.063	0	4.063	4.814	898	3.916	1997
HUGO NAPOLEÃO	7ª	279,0	3.633	2.702	931	3.703	2.945	758	1963
ILHA GRANDE	7ª	122,5	6.819	0	6.819	7.890	6.505	1.385	1997
INHUMA	7ª	1.027,4	13.174	5.561	7.613	14.426	6.614	7.812	1954
IPIRANGA DO PIAUÍ	7ª	488,2	7.525	3.951	3.574	8.428	4.923	3.505	1960
ISAÍAS COELHO	7ª	743,5	7.637	1.163	6.474	7.658	1.693	5.965	1963
ITAINÓPOLIS	7ª	782,8	10.665	2.191	8.474	10.381	2.572	7.809	1954
ITAUEIRA	7ª	2.571,1	11.009	4.607	6.402	10.347	5.125	5.222	1952
JACOBINA DO PIAUÍ	7ª	1.453,2	5.531	0	5.531	5.690	851	4.839	1993
JAICÓS	7ª	889,2	14.379	5.301	9.078	15.859	7.375	8.484	1832
JARDIM DO MULATO	7ª	471,3	4.311	0	4.311	3.990	1.169	2.821	1993
JATOBÁ DO PIAUÍ	7ª	650,4	4.254	0	4.254	4.314	657	3.657	1997
JERUMENHA	7ª	1.694,0	4.184	1.898	2.286	4.515	2.594	1.921	1890
JOÃO COSTA	7ª	1.870,7	2.933	0	2.933	3.025	453	2.572	1997
JOAQUIM PIRES	7ª	762,7	12.796	2.637	10.159	13.076	3.670	9.406	1960
JOCA MARQUES	7ª	164,1	3.634	0	3.634	4.349	1.188	3.161	1997
JOSÉ DE FREITAS	7ª	1.639,9	29.451	13.712	15.739	32.858	18.110	14.748	1924
JUAZEIRO DO PIAUÍ	7ª	842,2	3.010	0	3.010	4.523	970	3.553	1997
JÚLIO BORGES	7ª	1.336,6	3.784	0	3.784	4.866	936	3.930	1997
JUREMA	7ª	1.251,4	3.436	0	3.436	4.047	498	3.549	1997
LAGOA ALEGRE	7ª	267,9	5.527	0	5.527	6.849	2.337	4.512	1993
LAGOA DE SÃO FRANCISCO	7ª	183,7	4.848	0	4.848	5.795	1.684	4.111	1997
LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ	7ª	1.366,5	3.717	0	3.717	4.450	842	3.608	1993
LAGOA DO PIAUÍ	7ª	456,7	3.149	0	3.149	3.488	939	2.549	1997

(continuação – Anexo R – Municípios do Vale do Rio Parnaíba no Piauí)

Municípios	SR	Área Total (km²)	População (hab)						Ano de criação
			Censo 1991			Censo 2000			
			Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	
LAGOA DO SÍTIO	7ª	765,5	3.935	0	3.935	4.138	1.590	2.548	1997
LAGOINHA DO PIAUÍ	7ª	62,2	2.977	639	2.338	2.231	1.033	1.198	1997
LANDRI SALES	7ª	1.220,3	5.681	3.809	1.872	5.628	3.901	1.727	1957
LUÍS CORREIA	7ª	1.077,0	22.614	8.277	14.337	24.253	10.297	13.956	1938
LUZILÂNDIA	7ª	735,9	25.034	12.508	12.526	24.042	13.453	10.589	1938
MADEIRO	7ª	177,2	6.421	0	6.421	6.771	2.544	4.227	1997
MANOEL EMÍDIO	7ª	1.714,0	5.107	2.504	2.603	5.151	2.566	2.585	1963
MARCOLÂNDIA	7ª	140,7	4.792	0	4.792	6.178	4.748	1.430	1993
MARCOS PARENTE	7ª	750,3	4.157	3.020	1.137	4.279	3.054	1.225	1962
MASSAPÊ DO PIAUÍ	7ª	553,5	5.462	0	5.462	5.988	771	5.217	1997
MATIAS OLÍMPIO	7ª	235,2	8.422	3.435	4.987	9.727	4.210	5.517	1953
MIGUEL ALVES	7ª	1.419,1	27.511	7.935	19.576	29.849	9.609	20.240	1911
MIGUEL LEÃO	7ª	100,4	1.254	709	545	1.370	749	621	1963
MILTON BRANDÃO	7ª	1.188,9	5.800	0	5.800	6.900	1.609	5.291	1997
MONSENHOR GIL	7ª	559,4	8.296	3.307	4.989	10.309	4.877	5.432	1963
MONSENHOR HIPÓLITO	7ª	375,3	6.276	2.118	4.158	6.764	2.630	4.134	1956
MONTE ALEGRE DO PIAUÍ	7ª	2.273,7	9.446	2.373	7.073	10.230	2.672	7.558	1955
MORRO CABEÇA NO TEMPO	7ª	2.224,1	5.792	0	5.792	4.426	704	3.722	1997
MORRO DO CHAPÉU DO PIAUÍ	7ª	300,5	4.208	0	4.208	6.006	1.729	4.277	1997
MURICI DOS PORTELAS	7ª	465,1	6.390	0	6.390	6.375	1.002	5.373	1997
NAZARÉ DO PIAUÍ	7ª	1.252,0	7.831	3.103	4.728	7.805	3.331	4.474	1955
NOSSA SENHORA DE NAZARÉ	7ª	353,2	3.475	0	3.475	3.865	1.082	2.783	1997
NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS	7ª	340,6	6.077	1.948	4.129	7.214	2.705	4.509	1961
NOVA SANTA RITA	7ª	1.133,1	3.563	0	3.563	4.150	402	3.748	1997
NOVO ORIENTE DO PIAUÍ	7ª	505,7	6.752	2.760	3.992	6.760	3.333	3.427	1961
NOVO SANTO ANTÔNIO	7ª	547,1	3.259	0	3.259	3.155	307	2.848	1997
OEIRAS	7ª	2.749,0	32.072	16.002	16.070	33.910	19.629	14.281	1761
OLHO D'ÁGUA DO PIAUÍ	7ª	219,3	2.431	0	2.431	2.283	943	1.340	1997
PADRE MARCOS	7ª	321,1	5.537	2.009	3.528	7.178	2.553	4.625	1964
PAES LANDIM	7ª	356,1	3.903	1.773	2.130	4.184	2.324	1.860	1962
PAJEÚ DO PIAUÍ	7ª	1.238,8	4.009	0	4.009	2.894	1.185	1.709	1997
PALMEIRA DO PIAUÍ	7ª	2.160,7	4.445	800	3.645	5.199	1.414	3.785	1962
PALMEIRAIS	7ª	1.365,5	10.576	3.100	7.476	12.154	4.381	7.773	1934
PAQUETÁ	7ª	492,4	4.184	0	4.184	4.386	498	3.888	1997
PARNAGUÁ	7ª	3.282,7	8.163	2.810	5.353	9.345	4.052	5.293	1938
PARNAÍBA	7ª	432,5	117.266	105.104	12.162	132.282	124.988	7.294	1844
PASSAGEM FRANCA DO PIAUÍ	7ª	1.018,8	4.709	0	4.709	4.195	2.314	1.881	1993
PATOS DO PIAUÍ	7ª	779,4	5.835	0	5.835	5.634	1.200	4.434	1993
PAULISTANA	7ª	1.587,6	14.464	6.309	8.155	16.529	8.939	7.590	1938
PAVUSSU	7ª	1.506,2	4.099	0	4.099	3.973	1.634	2.339	1997
PEDRO II	7ª	1.957,0	34.377	16.391	17.986	36.201	20.917	15.284	1854
PEDRO LAURENTINO	7ª	826,9	2.849	0	2.849	2.002	448	1.554	1997
PICOS	7ª	819,5	61.350	45.571	15.779	68.974	52.547	16.427	1890
PIMENTEIRAS	7ª	4.564,2	9.623	2.827	6.796	11.306	4.152	7.154	1954
PIO IX	7ª	1.988,4	16.126	3.562	12.564	16.505	4.278	12.227	1938
PIRACURUCA	7ª	2.134,8	20.514	14.202	6.312	24.786	17.881	6.905	1832
PIRIPIRI	7ª	1.308,0	57.125	39.341	17.784	60.154	43.537	16.617	1874
PORTO	7ª	243,4	8.851	4.558	4.293	10.573	6.695	3.878	1938
PORTO ALEGRE DO PIAUÍ	7ª	1.160,4	2.176	0	2.176	2.421	1.201	1.220	1997
PRATA DO PIAUÍ	7ª	185,0	2.710	1.760	950	3.117	2.390	727	1962
QUEIMADA NOVA	7ª	1.438,4	6.965	0	6.965	8.332	729	7.603	1993
REDENÇÃO DO GURGUÊIA	7ª	2.437,4	6.882	3.476	3.406	7.781	4.679	3.102	1962
REGENERAÇÃO	7ª	1.271,9	16.226	11.017	5.209	17.471	13.241	4.230	1934
RIACHO FRIO	7ª	2.254,9	4.503	0	4.503	4.321	1.626	2.695	1997
RIBEIRA DO PIAUÍ	7ª	1.082,6	5.176	0	5.176	3.879	523	3.356	1997
RIBEIRO GONÇALVES	7ª	3.934,7	5.862	2.680	3.182	5.722	2.990	2.732	1938
RIO GRANDE DO PIAUÍ	7ª	595,3	5.690	3.043	2.647	6.131	3.967	2.164	1961

(continuação – Anexo R – Municípios do Vale do Rio Parnaíba no Piauí)

Municípios	SR	Área Total (km²)	População (hab)						Ano de criação
			Censo 1991			Censo 2000			
			Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	
SANTA CRUZ DO PIAUÍ	7ª	615,3	6.051	2.966	3.085	5.776	3.854	1.922	1956
SANTA CRUZ DOS MILAGRES	7ª	1.020,5	3.596	0	3.596	3.334	1.737	1.597	1993
SANTA FILOMENA	7ª	5.391,2	5.616	1.916	3.700	6.031	2.521	3.510	1938
SANTA LUZ	7ª	1.110,6	4.458	1.898	2.560	4.780	2.581	2.199	1962
SANTA ROSA DO PIAUÍ	7ª	352,8	5.382	0	5.382	5.223	3.452	1.771	1993
SANTANA DO PIAUÍ	7ª	155,7	4.321	0	4.321	4.595	1.753	2.842	1993
SANTO ANTÔNIO DE LISBOA	7ª	406,9	5.073	2.809	2.264	5.154	3.364	1.790	1963
SANTO ANTÔNIO DOS MILAGRES	7ª	32,5	1.170	0	1.170	1.876	622	1.254	1997
SANTO INÁCIO DO PIAUÍ	7ª	875,9	3.206	1.381	1.825	3.447	1.904	1.543	1963
SÃO BRAZ DO PIAUÍ	7ª	556,7	4.524	0	4.524	4.192	935	3.257	1993
SÃO FÉLIX DO PIAUÍ	7ª	648,6	3.946	1.663	2.283	3.397	1.762	1.635	1954
SÃO FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUÍ	7ª	911,2	3.272	0	3.272	3.806	705	3.101	1997
SÃO FRANCISCO DO PIAUÍ	7ª	1.428,1	6.675	1.272	5.403	6.356	1.787	4.569	1956
SÃO GONÇALO DO GURGUÊIA	7ª	1.237,9	2.131	0	2.131	2.322	873	1.449	1997
SÃO GONÇALO DO PIAUÍ	7ª	136,0	4.031	2.637	1.394	4.249	3.266	983	1963
SÃO JOÃO DA CANABRAVA	7ª	581,7	4.402	1.108	3.294	4.240	1.245	2.995	1989
SÃO JOÃO DA FRONTEIRA	7ª	1.090,7	4.553	0	4.553	4.886	1.613	3.273	1997
SÃO JOÃO DA SERRA	7ª	959,1	7.288	2.564	4.724	6.675	3.163	3.512	1963
SÃO JOÃO DA VARJOTA	7ª	387,0	3.940	0	3.940	4.375	1.055	3.320	1997
SÃO JOÃO DO ARRAIAL	7ª	200,2	4.442	0	4.442	5.734	2.324	3.410	1997
SÃO JOÃO DO PIAUÍ	7ª	1.488,8	14.326	9.155	5.171	17.670	11.353	6.317	1906
SÃO JOSÉ DO DIVINO	7ª	319,2	3.791	1.238	2.553	4.881	2.195	2.686	1993
SÃO JOSÉ DO PEIXE	7ª	1.370,1	4.162	1.565	2.597	3.825	1.891	1.934	1956
SÃO JOSÉ DO PIAUÍ	7ª	287,7	6.525	1.825	4.700	6.706	1.898	4.808	1963
SÃO JULIAO	7ª	291,8	5.560	1.708	3.852	5.700	2.134	3.566	1960
SÃO LOURENÇO DO PIAUÍ	7ª	680,0	3.515	0	3.515	4.274	691	3.583	1993
SÃO LUÍS DO PIAUÍ	7ª	204,4	2.437	0	2.437	2.488	594	1.894	1997
SÃO MIGUEL DA BAIXA GRANDE	7ª	205,6	1.746	0	1.746	2.030	1.247	783	1997
SÃO MIGUEL DO FIDALGO	7ª	786,6	3.296	0	3.296	2.991	933	2.058	1997
SÃO MIGUEL DO TAPUIO	7ª	5.305,6	18.541	6.129	12.412	18.808	6.595	12.213	1930
SÃO PEDRO DO PIAUÍ	7ª	527,8	11.520	5.877	5.643	12.510	7.103	5.407	1933
SÃO RAIMUNDO NONATO	7ª	2.606,8	23.637	13.479	10.158	26.890	17.202	9.688	1912
SEBASTIÃO BARROS	7ª	1.055,7	5.107	0	5.107	4.524	465	4.059	1997
SEBASTIÃO LEAL	7ª	3.005,7	3.704	0	3.704	3.835	1.408	2.427	1997
SIGEFREDO PACHECO	7ª	992,8	8.656	0	8.656	9.046	2.306	6.740	1993
SIMÕES	7ª	1.103,7	13.100	3.451	9.649	13.621	4.542	9.079	1954
SIMPLÍCIO MENDES	7ª	1.362,2	10.331	5.710	4.621	10.966	6.673	4.293	1938
SOCORRO DO PIAUÍ	7ª	586,6	4.343	1.394	2.949	4.675	1.517	3.158	1962
SUSSUAPARA	7ª	208,7	4.352	0	4.352	5.042	1.191	3.851	1997
TAMBORIL DO PIAUÍ	7ª	1.711,3	1.695	0	1.695	2.413	1.034	1.379	1997
TANQUE DO PIAUÍ	7ª	418,9	1.401	0	1.401	2.318	1.087	1.231	1997
TERESINA	7ª	1.679,8	598.114	556.911	41.203	715.360	677.470	37.890	1832
UNIÃO	7ª	1.182,2	35.970	13.948	22.022	39.801	16.089	23.712	1853
URUÇUI	7ª	8.578,5	15.661	8.953	6.708	17.011	11.112	5.899	1902
VALENÇA DO PIAUÍ	7ª	1.344,9	17.631	10.882	6.749	19.887	14.110	5.777	1889
VÁRZEA BRANCA	7ª	425,5	4.728	0	4.728	5.203	949	4.254	1993
VÁRZEA GRANDE	7ª	227,4	4.393	2.185	2.208	4.475	2.647	1.828	1961
VERA MENDES	7ª	312,2	2.842	0	2.842	2.907	586	2.321	1997
VILA NOVA DO PIAUÍ	7ª	179,2	2.933	0	2.933	2.906	500	2.406	1997
WALL FERRAZ	7ª	273,0	3.651	0	3.651	3.998	979	3.019	1997

ANEXO S – Municípios do Vale do Rio Parnaíba no Piauí

Municípios	SR	Área Total (km²)	População (hab)						Ano de criação
			Censo 1991			Censo 2000			
			Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	
ARARENDÁ	*	354,7	9.323	3.045	6.278	10.008	4.075	5.933	1993
CARNAUBAL	*	292,2	13.625	5.417	8.208	15.230	6.925	8.305	1957
CRATEÚS	*	2.799,6	66.652	39.945	26.707	70.898	47.549	23.349	1832
CROATÁ	*	382,7	14.884	4.930	9.954	16.064	7.298	8.766	1989
GRANJA	*	2.705,0	41.501	15.897	25.604	48.484	22.564	25.920	1776
GUARACIABA DO NORTE	*	537,1	30.312	9.285	21.027	35.037	14.826	20.211	1879
IBIAPINA	*	368,1	20.031	6.009	14.022	22.157	8.231	13.926	1933
INDEPENDÊNCIA	*	3.178,2	24.031	8.086	15.945	25.262	10.265	14.997	1933
IPAPORANGA	*	646,4	10.849	1.821	9.028	11.247	3.203	8.044	1989
IPU	*	636,0	35.689	17.736	17.953	39.078	22.404	16.674	1842
IPUEIRAS	*	1.131,7	35.099	12.931	22.168	38.219	15.775	22.444	1935
NOVA RUSSAS	*	741,4	28.509	17.481	11.028	29.347	20.844	8.503	1933
NOVO ORIENTE	*	951,1	26.792	9.251	17.541	26.119	12.709	13.410	1957
PORANGA	*	247,4	11.057	4.486	6.571	11.737	7.135	4.602	1957
QUITERIANÓPOLIS	*	1.069,4	16.871	2.595	14.276	18.355	5.068	13.287	1989
SÃO BENEDITO	*	301,1	36.700	15.258	21.442	39.894	20.970	18.924	1872
TAMBORIL	*	2.046,6	26.260	8.533	17.727	25.973	12.401	13.572	1933
TIANGUÁ	*	647,5	44.005	25.413	18.592	58.069	37.299	20.770	1933
UBAJARA	*	290,5	23.374	9.113	14.261	27.095	12.490	14.605	1915
VICOSA DO CEARÁ	*	1.302,0	40.865	10.505	30.360	45.427	14.478	30.949	1882

* Os municípios do Ceará no Vale do Parnaíba não fazem parte da área da CODEVASF